

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Da multidão aos públicos: A sociogênese da polarização política pós-2013

KATIA DE SOUZA RAMOS

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Paiva Rio Camargo

Rio de Janeiro - 2022

KATIA DE SOUZA RAMOS

Da multidão aos públicos: A sociogênese da polarização política pós-2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, da Universidade Cândido Mendes, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

BANCA:

VERÔNICA TOSTE DAFLON

(Universidade Federal Fluminense)

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

(Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Universidade Candido Mendes)

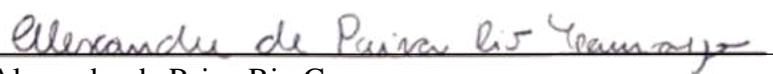
ALEXANDRE DE PAIVA RIO CAMARGO – Orientador

(Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Universidade Candido Mendes)

Rio de Janeiro - 2022

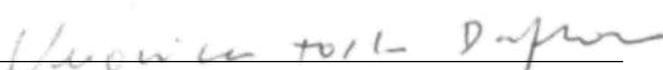
KÁTIA DE SOUZA RAMOS**“Da multidão aos públicos: a sociogênese da polarização política pós -2013.”**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.



Alexandre de Paiva Rio Camargo

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM



Profa. Dra Verônica Toste Daflon

Membro da Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Rogério Ferreira de Souza

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/UCAM

RIO DE JANEIRO

2022

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade
Candido Mendes
Bibliotecários responsáveis: João Victor Mendes Souza – CRB-7 7166
Paulo César do Prado – CRB-7 7131

R175m Ramos, Katia de Souza
Da multidão aos públicos: A sociogênese da
polarização política pós-2013. Katia de Souza Ramos. –
Rio de Janeiro, 2022.
140 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Candido
Mendes, IUPERJ, 2022.
Orientação de: Alexandre de Paiva Rio Camargo

1. Manifestação política I. Universidade Candido
Mendes II. Título.

CDU 323.233”2013/2016”

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vencida! Mais uma conquista apesar de toda a dificuldade encontrada no caminho.

O ato de escrever uma dissertação é solitário, mas sua resultante é fruto da interação desenvolvida com várias pessoas ao longo dos anos, um processo de troca constante de ideias, que enriqueceram e contribuíram sensivelmente para a elaboração e conclusão do trabalho. Ao longo deste percurso, muitas pessoas desempenharam papel fundamental e merecem o meu profundo e sincero agradecimento.

Agradeço a minha família, especialmente, meu irmão Paulo, pelo apoio incondicional; A à Jéssica Leite pelo incentivo em continuar com o mestrado quando perdi minha mãe, em 2019; a todos os meus amigos que acreditaram em mim. Agradeço, especialmente, ao Professor Alexandre Camargo pela dedicação e tolerância nos meus momentos mais difíceis, que contribuiu decisivamente para que fosse possível concluir a dissertação em Sociologia Política com êxito. Muito Obrigada!

DEDICATÓRIA

Dedico essa conquista a uma guerreira, que fez de mim a mulher que sou hoje, minha mãe, Maria de Lourdes de Souza – *in memoriam*: onde quer que você esteja, a lembrança do seu amor estará guardada em mim.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Jornadas de junho de 2013 – Manifestação de 17 de junho de 2013 (1)	20
Figura 2 – Jornadas de junho de 2013 – Manifestação de 17 de junho de 2013 (2)	22
Figura 3 – Jornal O Globo, 21 de junho de 2013	29
Figura 4 – Jornal Folha de São Paulo, 13 de junho de 2013	30
Figura 5 – Jornal Estado de São Paulo, 19 de junho de 2013	37
Figura 6 – Legados de junho: como o levante da sociedade civil virou briga entre “coxinhas” e “petralhas”	45
Figura 7 – A gênese de 2013: formação do campo patriota	46
Figura 8 – Greve dos professores no Rio de Janeiro – 17 de outubro de 2013	50
Figura 9 – Convocação do MPL	77
Figura 10 – Convocação do VPR (1)	78
Figura 11 – Convocação do VPR (2)	79
Figura 12 – Convocação do MBL (1)	81
Figura 13 – Convocação do MBL (1)	81
Quadro 1 – Comparativo de número de seguidores/inscritos e número de visualizações/publicações	82
Figura 14 – Novo protesto contra Dilma Rousseff em São Paulo – 06 de dezembro de 2014	88
Figura 15 – Manifestação pró- <i>impeachment</i> de 15 de março de 2015	96
Figura 16 – Convocatória do VPR	100
Figura 17 – Manifestação pró- <i>impeachment</i> de 15 de março de 2016	102
Figura 18 – Manifestação de 13 de março – Outra escala	104
Figura 19 – <i>Prints</i> do MBL	105
Quadro 2 – Comparativo de número de manifestantes em 2015 e 2016	108
Quadro 3 – Comparativo de número de manifestantes	112
Figura 20 – Manifestação contra o <i>impeachment</i> de 13 de março de 2016	113
Figura 21 - Cartograma das manifestações ocorridas no dia 13 de março e a expectativa de ocorrência das manifestações no dia 15 de março de 2015	116
Figura 22 - Manifestação contra o <i>impeachment</i> de 20 de agosto de 2015	118
Figura 23 - Manifestação contra o <i>impeachment</i> de 16 de dezembro de 2015	119
Figura 24 - <i>Prints</i> da UNE	119
Figura 25 - <i>Prints</i> do público de direita	120
Figura 26 - Manifestação contra o <i>impeachment</i> de 18 de março de 2016	122
Quadro 4 - Comparativo de número de manifestantes contra o <i>impeachment</i> em 2015 e 2016	124

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – A multidão de 2013 e a formação de públicos	14
1.1 – Categorias empíricas e analíticas da multidão	17
1.2 – As redes sociais como estratégia para levar às multidões às ruas em junho de 2013 e desdobramentos	33
1.3 – O início da construção da polarização política	43
Capítulo 2 – A sociogênese dos públicos identificados à direita	54
2.1 – Afetos e a constituição de públicos	56
2.2 – Os públicos identificados à direita anteriores a 2013	60
2.3 – Novos atores identificados à direita e suas demandas	69
2.4 – Os novíssimos movimentos sociais: Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre	75
2.5 – Os eventos de 2014	83
2.6 – A construção da figura do inimigo	88
Capítulo 3 – A consolidação da polarização política	90
3.1 – As manifestações contra a Presidente Dilma Rousseff em 2015 e 2016	92
3.2 – Perfil socioeconômico e político/ideológico do público de direita	106
3.3 – As manifestações contra o <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff	112
3.4 - Perfil socioeconômico e político/ideológico dos manifestantes de esquerda	122
Conclusão	128
Referências Bibliográficas	133

RESUMO

As manifestações ocorridas em 2013 caracterizaram-se, principalmente, pela lógica de mobilização pelas redes sociais. Entre 2014 e 2016, novas manifestações ocorreram, porém com configuração diferente ao ano anterior, pois surgiram os novíssimos movimentos sociais, com posicionamento político à direita, e registrando a polarização política na sociedade. Neste lapso temporal entre 2013 e 2016, nosso recorte temporal, a multidão explode e seus estilhaços deram origem a públicos de direita. Assim, a pesquisa tem por objeto as manifestações ocorridas no período entre 2013 e 2016, na sociedade brasileira. O objetivo da pesquisa foi contribuir para um debate sobre o significado político e social das manifestações ocorridas em 2013 e seus desdobramentos a partir dos conceitos de multidão e público. Para isso nos apropriamos de um autor clássico como Gabriel Tarde e um contemporâneo como Antonio Negri. As manifestações de 2013 trouxeram à tona um novo espaço de mobilização na sociedade e novos atores que possibilitaram o aumento dos conflitos no espaço público. Assim, estiveram presentes nas mobilizações de 2013 pessoas e grupos sociais diversificados, de ideologias diferenciadas, que partilhavam um sentimento de indignação generalizado. Entre 2014 e 2015, observamos o surgimento de novos grupos de direita e a construção da polaridade política cujo ápice foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, com uma sociedade efetivamente polarizada.

Palavras-chave: Multidão. Público. Polarização Política. Redes Sociais. Opinião Pública. Manifestações.

ABSTRACT

The demonstrations that took place in 2013 were mainly characterized by the logic of mobilization through social networks. Between 2014 and 2016, new demonstrations took place, but with a different configuration to the previous year, as the brand new social movements emerged, with a political position to the right, and registering the political polarization in society. In this time span between 2013 and 2016, our time frame, the crowd explodes and its shrapnel gave rise to right-wing audiences. Thus, the research has as its object the manifestations that occurred in the period between 2013 and 2016, in Brazilian society. The objective of the research was to contribute to a debate on the political and social meaning of the demonstrations that took place in 2013 and their consequences based on the concepts of crowd and public. For this, we appropriate a classic author like Gabriel Tarde and a contemporary one like Antonio Negri. The 2013 demonstrations brought to light a new space for mobilization in society and new actors that made it possible to increase conflicts in the public space. Thus, diverse people and social groups, with different ideologies, who shared a generalized feeling of indignation, were present at the 2013 mobilizations. Between 2014 and 2015, we observed the emergence of new right-wing groups and the construction of political polarity whose apex was the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016, with an effectively polarized society.

Key words: Crowd. Public. Political polarization. Social networks. Public opinion. Manifestations.

Introdução:

As manifestações ocorridas em 2013, denominadas jornadas de junho de 2013, caracterizaram-se, principalmente, pela lógica de mobilização pelas redes sociais. Destacamos que não se tratou de um movimento com eventos homogêneos¹. De 2014 a 2016, novas manifestações ocorreram, porém com configuração diferente ao ano anterior, pois surgiram os novíssimos movimentos sociais, tais como, o Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre, com posicionamento político à direita, e registrando a polarização política na sociedade. Os partidos políticos recuperaram sua importância nas manifestações, a partir de 2014 e voltaram a ocupar um espaço de participação e representação política. Neste lapso temporal entre 2013 e 2016, nosso recorte temporal, a multidão explode e seus estilhaços deram origem a públicos de direita. Assim, a pesquisa tem por objeto *as manifestações ocorridas no período entre 2013 e 2016, na sociedade brasileira*.

A pesquisa adquire relevância por permitir analisar, pelo viés sociológico, como as manifestações de 2013, os atores sociais novíssimos e suas práticas, foram responsáveis pela emergência de grupos de direita, consolidando a polarização política evidenciada em 2016. O objetivo geral da pesquisa é contribuir para um debate sobre o significado político e social das manifestações ocorridas em 2013 e seus desdobramentos, a partir do uso de um enfoque teórico ainda ausente do debate sobre o tema.

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona um novo espaço de mobilização da sociedade e novos atores que possibilitaram o aumento dos conflitos no espaço público. Assim, estiveram presentes nas mobilizações de 2013 pessoas e grupos sociais diversificados, de ideologias diferenciadas, que partilhavam um sentimento de indignação generalizado. Entre 2014 e 2015, observamos o surgimento de novos grupos de direita e a construção da polaridade política cujo ápice foi o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, com uma sociedade efetivamente polarizada. Neste contexto, a hipótese da pesquisa é que, apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, *a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda*. Para verificarmos nossa hipótese, estruturamos esta

¹ De acordo com Alonso (2017, pp. 51-53), os eventos podem ser separados em quatro fases: a eclosão de 06 a 10 de junho, a diversificação de 11 a 16 de junho, a massificação de 17 a 24 de junho e o declínio após 25 de junho.

dissertação em três capítulos, construindo o argumento que permitirá sustentar nossa hipótese de pesquisa.

No primeiro capítulo, apresentamos a multidão como categoria analítica e empírica, respectivamente. Para a segunda categoria, partimos do uso corrente do vocábulo multidão, que no nosso recorte temporal passou a ser objeto de grande visibilidade tanto na mídia convencional, quanto nas redes sociais. Consultamos as edições tanto do Jornal O Globo, quanto da Folha de São Paulo, principalmente, para entender qual o sentido que era aplicado a multidão. As manchetes destes jornais imprimiram à multidão um *ethos* de violência. Para a categoria analítica, buscamos suporte em Gabriel Tarde e em Michael Hardt e Antonio Negri. As manifestações de junho de 2013 destacaram a multidão com suas variadas singularidades, que foram sendo explicitadas na medida em que se ampliaram, pois novos manifestantes se somaram àqueles, que no início reivindicavam a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Nesse contexto, as singularidades estavam apresentadas nos inúmeros cartazes com reivindicações diversas (de saúde a corrupção, por exemplo), que eram empunhados por pessoas de diversas origens mostrando que a multidão é irreduzível, uma vez que as diferenças estavam expressas, deixando claro que não havia uma unidade, porém havia um elemento em comum: a insatisfação com as políticas públicas nas mais diversas áreas, principalmente de saúde, educação e segurança pública. Considerando nossa hipótese da pesquisa², inserimos a categoria analítica, de público de Gabriel Tarde cuja contribuição adquire notável relevância uma vez que este autor constrói o conceito de público a partir da noção de multidão. Foi importante inserir uma outra categoria de análise, a ideia de opinião, que se constrói para formar os valores que uma sociedade faz de suas práticas, comportamentos, ideias e instituições. Assim, a opinião é uma ideia central para a constituição do *público*. (Tarde, 2015, p.17). Inserimos também o conceito de opinião de Walter Lippmann, que chamava atenção para a questão do mundo em que vivemos, uma vez que é vasto e complexo e as pessoas tendem a buscar informação através dos meios de comunicação de massa.(2010, pp. 11–17). Desta forma, a imprensa teria papel decisivo na formação de opiniões uma vez que possibilitou pessoas distantes e desconhecidas entre si se aliarem em torno de uma opinião comum. Destacamos também a utilização das redes sociais digitais como as ferramentas importantes para mobilização e organização das manifestações, que permitiu a reunião de diversos atores, como por exemplo, partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos, *black blocks* e também pessoas com um

² Apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda.

repertório nacionalista, posicionadas à direita do espectro político. Apontamos, por meio das imagens apresentadas em jornais, que a polarização política, mesmo que incipiente já estava nas ruas.

O segundo capítulo aponta para uma sociedade dividida entre aqueles que defendiam a melhoria dos serviços públicos e mais presença do Estado; de outro, aqueles que se sentiam prejudicados e/ou ameaçados pelas mudanças sociais promotoras de inclusão social que vinham ocorrendo desde 2002. Nesse sentido, a insatisfação foi sendo agravada, principalmente, pelos veículos da mídia tradicional, que criou as condições para que um determinado grupo de pessoas pudessem compartilhar de valores semelhantes, vindo a constituir um público de direita. Mais uma vez chamamos a atenção para nossa hipótese: apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda. Outra variável apresentada para verificação da hipótese, foi a construção do afeto do medo, a partir das notícias divulgadas sobre as manifestações, bem como os discursos que produziram uma relação entre os afetos e as constituição de públicos, pois criaram o medo e o ressentimento. Para isso buscamos apoio em Wladimir Safatle, que mostrou o medo como um afeto político que está diretamente ligado à questão dos indivíduos, constituindo um elemento de coesão social, propiciando a formatação um público alinhado à direita. Mostramos que os grupos de direita sempre estiveram presentes na sociedade bem como os diversos elos de formação desse grupo sejam liberais, conservadores, autoritários, fundamentalistas dentre outros também estavam presentes. Como exemplo da presença dos grupos de direita, apresentamos uma análise das narrativas do Instituto Millenium e Instituto Mises Brasil, os quais foram escolhidos em função de sua importância para a conformação ideológica dos grupos que, pela primeira vez, tecem suas identidades em torno do seu reconhecimento como “neoliberais”, “libertários” e/ou “anarcocapitalistas”. No pós-2013 surgiram os novíssimos movimentos sociais, cujo início foi viabilizado pela *internet*, que possibilitou criar algumas das condições as quais permitem um movimento sem liderança sobreviver, se organizar, e depois, se expandir. Neste cenário, emergem o Movimento Brasil Livre – MBL e o Vem Pra Rua – VPR, em 2014, os novíssimos movimentos sociais. Com a reeleição da presidenta Dilma em 2014, a identificação entre direita e esquerda passa a ser contundente e as diferenças ideológicas eclodem apontando para a polarização política que se mostrou resistente até 2016. Para manter a sociedade polarizada, uma das estratégias foi a construção de um inimigo, com os grupos de esquerda se mobilizando contra a proposta neoliberal do Partido da Social Democracia

Brasileira (Doravante PSDB) e a direita contra o antipetismo, processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Por último, o terceiro capítulo evidencia que na medida em que a popularidade da presidenta Dilma diminuiu, as direitas conquistaram mais adeptos caracterizando a polarização política da sociedade. Apresentamos capas de jornais com as imagens das manifestações de 2015/2016, que mostram a sociedade polarizada e, também, um posicionamento político claro da mídia convencional, em especial a impressa, com destaques ou omissões de fatos, expressos nas manchetes, mapas, legendas e comentários. Observamos que houve destaque para signos, especialmente no que se refere as cores verde e amarelo, simbolizando manifestações “ordeiras e pacíficas”, criando na população um afeto de esperança e um medo do vermelho que representava o inimigo do Brasil. A forma da veiculação das manifestações também foi responsável pela construção de um elo de ligação, permitindo a construção de um elemento de coesão para a consolidação de um público de direita e não de esquerda, sempre apresentada como símbolo da corrupção e de todas as mazelas do Brasil. Buscamos traçar o perfil dos manifestantes. Nas redes sociais, especialmente o *Twitter* e o *Facebook*, os manifestantes alinhados à direita foram muito ativos, fazendo chamadas para as manifestações e demonstrando repúdio à esquerda. Destacamos algumas das etapas da Operação Lava a jato que contribuíram para a construção da narrativa para a concretização do *impeachment*. Traçamos o perfil socioeconômico e político dos manifestantes, a partir dos dados divulgados pelo Instituto Datafolha. Também apresentamos o perfil político-ideológico utilizando a pesquisa coordenada pelo Núcleo de Estudos e Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo (FPA) intitulada “*Projeto: Manifestações março – comparativo 13 e 18 e 2015 /2016*”, realizada na avenida Paulista. Neste contexto, os públicos de direita foram consolidados e institucionalizados, estabelecendo um fato social, porém os grupos de esquerda não conseguiram constituir um público.

Assim, com essa estrutura e com os conteúdos apresentados, acreditamos que poderemos contribuir, com um outro recorte conceitual, para um debate sobre o significado político e social das manifestações ocorridas em 2013 e seus desdobramentos.

Capítulo 1: A multidão de 2013 e a formação de públicos

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o vocábulo “multidão” apresenta três sentidos de uso corrente, quais sejam: grande quantidade ou ajuntamento de pessoas; abundância, cópia, profusão, grande porção de pessoas; povo. Assim, é possível observar que existe uma diversidade de termos definindo coletivos humanos, que ocupam espaço nas diversas mídias. Tal vocábulo foi bastante utilizado durante os eventos ocorridos entre os anos de 2013 e 2016 e foram objeto de grande visibilidade, com ampla cobertura da mídia e das redes sociais, passando a ser pauta principal dos veículos de comunicação, que são responsáveis, em grande parte, pela formação da opinião pública.

Após a realização de cada uma das manifestações, era possível ver nos jornais impressos as seguintes chamadas: *“O Brasil nas ruas – SEM CONTROLE” – Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados*³ e *“Milhares vão às ruas contra tudo”*⁴ em jornais que estamparam manchetes e imagens relacionadas a um *ethos* belicoso, imprimindo à multidão um caráter violento. Ao pensar esses eventos como um fenômeno sociológico, observamos que o conceito de multidão poderia ser interessante para entender qual é o papel social das jornadas de junho de 2013, quais inovações introduziram e, que elementos ganharam uma nova roupagem depois delas. Assim, neste capítulo, buscaremos refinar a compreensão das manifestações de junho de 2013 a partir do conceito de multidão, aqui abordado como um fator de agência e mudança social.

O termo multidão concentrou atenção tanto da mídia impressa quanto das redes sociais ao longo das jornadas de junho de 2013. Considerando que a expressão multidão passou a fazer parte do nosso cotidiano recente, entendemos ser relevante analisar o sentido a ela atribuído pela mídia convencional, pois essa dimensão de pre-*noção* permite aos atores envolvidos descrever o real, como uma forma de consolidar suas próprias narrativas sobre os eventos. Assim, a legitimidade e as pautas dos grupos são questionadas na e pela mídia impressa, reverberando na sociedade a ideia de multidão como uma ameaça. Ao mesmo tempo, buscamos esclarecer que multidão é

³ Fonte: Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consultaaoacervo/?navegacaoPorData=201020130621>. Acesso em 12/03/2021.

⁴ Fonte: Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&originURL=>. Acesso em 12/03/2021.

uma categoria analítica que pode introduzir um novo recorte conceitual para entender as jornadas de junho de 2013. Para confrontar a multidão enquanto categoria empírica apresentaremos imagens e textos de jornais e para a categoria analítica, nos embasaremos nos conceitos de Gabriel Tarde e de Hardt e Negri. Para Tarde, a multidão *“é o grupo social do passado; depois da família, é o mais antigo de todos os grupos sociais”* (2005, p.13), teria *“surgido aparentemente por geração espontânea”* (2005, p.33) e teria apenas *“conexão física e não psíquica”* (2005, p.6), que só poderia se mover dentro de um pequeno raio. Para Hardt e Negri, a multidão se caracteriza pelo ajuntamento de pessoas de forma não artificial, mobilizadas em torno de pelo menos um interesse comum, que compartilham um sentimento de solidariedade, senso de comunhão e coesão mental, permanecendo individualizadas, ou seja, com a convicção plena de suas identidades singulares. Nesse sentido, os autores entendem que a multidão *“é composta de um conjunto de singularidades”* (2004, p. 139) que, embora múltipla, *“não é fragmentada, anárquica ou incoerente”* (2004, p. 139) e acrescentam: *“as ações e constituição da multidão estão baseadas no que tem em comum, não na sua identidade ou unidade”* (2004, p. 140). As manifestações de junho de 2013 destacaram a multidão com suas variadas singularidades, que foram sendo explicitadas na medida em que se ampliaram. Novos manifestantes se somaram àqueles, que no início reivindicavam a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Nesse contexto, as singularidades estavam apresentadas nos inúmeros cartazes com reivindicações diversas (de saúde a corrupção, por exemplo), que eram empunhados por pessoas de diversas origens mostrando que a multidão é irreduzível, uma vez que as diferenças estavam expressas, deixando claro que não havia uma unidade. Destacamos que nesta multidão havia um elemento em comum: a insatisfação com as políticas públicas nas mais diversas áreas, principalmente de saúde, educação e segurança pública.

As manifestações de junho de 2013 não constituíram eventos homogêneos. De acordo com Alonso (2017, pp. 51/53), os eventos podem ser separados em quatro fases: a eclosão de 06 a 10 de junho, a diversificação de 11 a 16 de junho, a massificação de 17 a 24 de junho e o declínio após 25 de junho. A eclosão foi marcada pelo protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL) cuja pauta de reivindicação era a redução da tarifa dos transportes públicos. Em seguida, começou a fase da diversificação com o aumento das adesões e a heterogeneidade de pautas em reivindicação e depois, a fase da massificação com grande participação popular, mais adesões e a aprovação da opinião pública. A pesquisa feita nos acervos dos Jornais O Globo e Folha de São Paulo, para análise das capas, corroboram a periodização acima apresentada.

Destacamos que a hipótese da pesquisa é que, apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda. Para análise será necessária a utilização de outra categoria analítica, qual seja, a de *público* de Gabriel Tarde. Para que possamos dimensionar a relevância da contribuição deste autor para a pesquisa, precisamos entender que este autor constrói o conceito de público a partir da noção multidão. O primeiro é “*uma evolução mental e social bem mais avançada que a formação de uma multidão*” (2005, p.9), que de certa forma poderia ser comparada a “*sociedades animais mais inferiores*” (2005, p.6), caracterizadas principalmente por uma conexão apenas física. Assim, a principal diferença entre o público e a multidão seria a coesão mental, que une um público, porém inexiste na multidão.

Neste capítulo, foi importante inserir outra categoria analítica no debate, a ideia de *opinião*, que se constrói para formar os valores que uma sociedade faz de suas práticas, comportamentos, ideias e instituições. Assim, a opinião é uma ideia central para a constituição do *público*. (Tarde, 2015, p.17). Outro autor que também aborda o conceito de opinião é Walter Lippmann, que chamava atenção para a questão do mundo em que vivemos, uma vez que é vasto e complexo, as pessoas tendem a buscar informação através dos meios de comunicação de massa. (2010, pp. 11 – 17). Desta forma, a imprensa teria papel decisivo na formação de opiniões uma vez que possibilitou pessoas distantes e desconhecidas entre si se aliarem em torno de uma opinião comum.

Outro destaque no capítulo são as estratégias adotadas para levar a multidão às ruas em junho de 2013, cujo destaque foi a utilização das redes sociais digitais baseadas *na internet* e plataformas sem fio, que foram as ferramentas importantes para mobilização e organização. Observamos que a *internet* cria algumas das condições as quais permitem um movimento sobreviver, se organizar, e depois, se expandir. Evidenciamos que durante as jornadas de junho de 2013 foi possível perceber nas ruas a presença de partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos, *black blocks* e também pessoas com um repertório nacionalista, mais “à direita”. Todos esses atores foram reunidos pelas redes sociais, formando uma multidão com um interesse em comum que a princípio era a redução das tarifas do transporte urbano e melhoria dos serviços públicos. Algumas das imagens apresentadas nas manifestações de 2013 apontam para uma incipiente polarização ideológica que estava anunciada nas ruas, no âmbito das multidões, que posteriormente vai adquirindo expressão nacional a partir da formação dos públicos, que vai se consolidando com o contínuo retorno às ruas. Destacamos que, a partir desse segundo momento, quem vai para as ruas não é mais

a multidão, mas um público organizado a partir da experiência da rua que vai ativar a dimensão afetiva fundamental para a participação política. (Bringel e Pleyers, 2015, p.11).

O capítulo está estruturado em três seções: uma primeira, em que apontamos o uso empírico e analítico da multidão, respectivamente. Segunda, que aborda as estratégias para levar a multidão às ruas, e uma terceira apontando para o início da construção da polarização política em junho de 2013. Assim, acreditamos estar construindo o argumento que permitirá sustentar nossa hipótese de pesquisa, ao longo dos capítulos subsequentes.

1.1 – Categorias empíricas e analíticas da multidão.

Em 17 de junho de 2013, Alonso (2017) aponta como o início da fase de massificação, ocorreram manifestações em algumas capitais, que fizeram parte de um evento maior denominado “jornadas de junho de 2013”, que com suas novas práticas e a emergência de atores, com suas respectivas formas de ativismos, evidenciaram conflitos os quais estavam para além daqueles observados pelos movimentos considerados “progressistas” no âmbito do processo de redemocratização do país, nos anos 1970 e 1980. (Bringel e Sposito, 2020, p.4). Observamos que as manifestações foram convocadas por grupos ligados à esquerda do espectro político, porém a variedade das pautas de reivindicações permitiu a emergência de novos atores sociais, sejam os movimentos sociais alinhados à direita, sejam pessoas que até então não participavam de protestos. Os fatos ocorridos nas manifestações do dia 17 de junho foram apropriados pela mídia, especialmente a imprensa convencional. Destacamos que as manchetes, as imagens e os discursos produzidos possam ter criado insumos para a construção de opinião e a formação de públicos novos ou a reestruturação de outros que já existiam.

Nesse sentido, faremos uma leitura mais apurada da capa do jornal O Globo de 18 de junho (Figura 1): a fotografia em primeiro plano, mostra que uma *“multidão toma a Avenida Rio Branco no centro do Rio, no maior dos protestos realizados ontem no país”*. Isso nos leva a compreender o vocábulo “multidão” como um agrupamento de pessoas, reunidas em torno de objetivos em comum, que naquele contexto era o de protestar, principalmente, contra o aumento das tarifas de transporte público. A imagem

foi feita a partir de um plano acima do nível das ruas, provavelmente de um helicóptero⁵, com direção da Candelária para a Cinelândia, com uma angulação que causa a sensação da multidão ocupando a via pública até “perder de vista”, sugerindo que a multidão “é um aglomerado de pessoas”. Ao olhar esse momento cristalizado por meio da fotografia, abstraindo das manchetes, apenas entenderíamos que um grupo de pessoas estavam nas ruas, uma massa homogênea, sem destaque para cores, signos e bandeiras. A manchete - “O Brasil nas ruas – Convocados por redes sociais, Protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais – Redução de tarifas de ônibus é a mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maioria das cidades, mas acabaram tumultuados em algumas cidades Rio, Porto Alegre, Brasília e São Paulo” – destaca algumas das características das Jornadas de Junho de 2013 terminando com a ideia do tumulto e da violência, o que pode ser observado na fotografia em segundo plano “A batalha da Alerj”, dizendo que “(...) começou pacífica, terminou em tumulto quando um grupo de radicais, sem apoio da maioria, tentou invadir o prédio da Assembleia Legislativa, no Centro. Eles lançaram coquetéis molotov, incendiaram um carro e depredaram três agências bancárias(...)”. Comparando as mensagens, podemos evidenciar que a forma como os eventos são representados na mídia impressa mostra um deslocamento no sentido do termo multidão que vai do *pacífico* para a *violência*, contribuindo para a formação da opinião, que por sua vez é determinante para a construção de públicos.

Registramos que o conceito de público nasceu no século XVI com o aparecimento da imprensa, possibilitando a ampliação do debate dos mais variados temas, passando a ter maior notoriedade nos séculos XVII e XVIII e era constituído por um pequeno número de pessoas que liam os jornais e se reuniam em salões, cafés e clubes. Em paralelo a este público, existia uma multidão amorfa de pessoas que se manifestavam nos acontecimentos políticos, sociais e econômicos. O público emerge das multidões e possuiria um desenvolvimento mental e social mais avançado do que a multidão. Tal ideia estaria subsidiada no fato de ser possível pertencer a várias multidões ao mesmo tempo, porém não seria crível pertencer a vários públicos ao mesmo tempo, porque público é um agrupamento de pessoas que possuem uma “coesão mental” por imitação, mas que não precisam necessariamente estar fisicamente próximos. A emergência do público também pode ser explicada pela crescente

⁵ A pesquisadora desenvolve suas atividades profissionais na Candelária, Centro do Rio de Janeiro e a concentração desta manifestação ocorreu na Candelária, o que permitiu observar a presença da imprensa e de helicópteros filmando e fotografando a multidão concentrada e em deslocamento.

necessidade de sociabilidade dos seus participantes, os quais realizam uma comunicação regular através de informações e sentimentos comuns. (Tarde, 2005, pp 5-31).

Uma das diferenças mais relevantes entre público e multidão consiste em entender que a multidão está mais vulnerável aos elementos físicos e étnicos. Em sentido contrário, em um público não existe uma homogeneidade de posições étnicas, nem a influência dos elementos físicos da natureza, mas a tentativa de uma reflexão, na qual cada indivíduo se apresenta como agente crítico. Assim, em um público assistimos à emergência de uma individualidade de caráter crítico, enquanto que na multidão a individualidade étnica e as condições físicas existentes no meio social estão relacionados ao sentimento de pertencimento. Tarde (2005, pp.5-31) entende que o público apresenta uma discussão crítica, ao mesmo tempo em que nos chama a atenção para o fato deste não ser mais do que uma “clientela comercial”, implicando no que poderia parecer, a primeira vista, uma contradição, mas o mesmo autor entende que haveria dois tipos de público para os jornais e/ou revistas: um que poderia ser denominado estável ou consolidado, quando admite a discussão crítica de forma contínua e outro instável ou flutuante, quando a crítica acaba sendo minimizada em razão de interesses econômicos. Tarde sinaliza para o poder de convencimento dos jornais sobre os públicos e acrescenta, que

(...) é assim que, pouco a pouco, os públicos aumentam, enquanto as multidões diminuem e diminui mais rapidamente sua importância. (...) As grandes conversões de massa, hoje são os jornalistas que as realizam. Assim, seja qual for a natureza dos grupos entre os quais se divide uma sociedade, tenham eles um caráter religioso, econômico, político (...) o público é, de certo modo, seu estado final e, por assim dizer, sua denominação comum; é a esse grupo (...), de estado de espírito em perpétua mutação tudo se reduz. (Tarde, 2005, p. 28)

Neste sentido, podemos inferir que os públicos podem ser persuadidos a partir dos meios de comunicação, seja por meio das redes sociais ou da mídia convencional, particularmente, a imprensa. Apresentaremos a seguir uma análise das capas de jornais com manchetes e chamadas das manifestações de junho de 2013.

Figura 1 – Jornadas de Junho de 2013 – Manifestação de 17de junho de 2013 (1)

O Brasil nas ruas

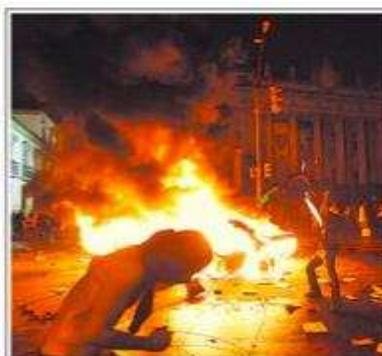
Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais

Redução de tarifas de ônibus é a mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maioria das cidades, mas acabaram em tumulto em Rio, Porto Alegre, Brasília e São Paulo



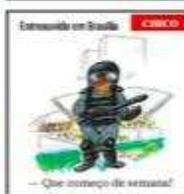
"A nova marcha dos 100 mil". Multidão em a Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, no dia da primeira manifestação contra o governo.

Nesta mobilização como há muito não se viu no Brasil, pelo menos 240 mil pessoas, em sua maioria jovens, tomaram controla as ruas de 11 capitais para protestar principalmente contra o aumento das tarifas de ônibus. No Rio, o protesto foi estimado em 100 mil. Em tempos de internet, as ruas foram marcadas pelo uso intensivo das redes sociais para convocar participantes e pela ausência de partidos políticos, sindicatos e da União Nacional dos Estudantes entre as organizações. Destacam, o esvaziamento da polícia no momento. Em São Paulo, o governo reagiu a proposta de usar a tropa de choque os atores locais de bandidos. Os protestos foram pacíficos na maioria das cidades, mas, no final, grupos isolados provocaram atos de violência em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e São Paulo. No capital federal, manifestantes atacaram o legislativo policial e sobiram no teto do Congresso. Em São Paulo e em Curitiba, houve tentativas de invasão das sedes dos governos. Para além, outras temas, como gastos com a Copa e o projeto que libera poderes de investigação do MP, apareceram nas listas. **FAPRIMA 11**



A BATALHA DA ALERJ

No Rio, a manifestação, que começou pacífica, tornou-se em tumulto quando um grupo de indivíduos, sem apoio da maioria, tentou invadir o prédio da Assembleia Legislativa, no Centro. Sem qualquer controle efetivo, incendiaram um carro e depredaram três agências bancárias. A PM reagiu com tiros para o ar. O saldo do confronto foi de 28 feridos (sem lesões letais) e mais de 20 policiais.



— Que momento de tensão!

DEMA MARQUES: "As manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. É o preço dos jovens se manifestarem."

EX-PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE: "Desqualifica toda a ação de indisciplinadas e graves erros. Duas que não violamos nada sequer."

EX-PRESIDENTE LULA: "A única certeza é que o movimento social e as reivindicações não são contra de polícia, mas de temas de negociação." **REDA 10**

Fonte: Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>. Acesso em 21/04/2021

De modo geral, podemos dizer que as jornadas de junho de 2013 inauguraram uma nova forma de manifestação, que constituíram um marco, com uma multidão ocupando o espaço público da rua em várias cidades brasileiras, caracterizando-se pela lógica de mobilização por meio das redes sociais, da ausência de uma liderança reivindicada ou facilmente identificada, explícita e a ausência dos atores sociais tradicionais como os partidos políticos e sindicatos. Entretanto, não é razoável generalizar as jornadas de junho quanto a ausência de liderança porque as primeiras manifestações foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁶, para uma pauta específica e, esse mesmo movimento, se define como *“apartidário, não anti-partidário”*,

⁶ Disponível em <https://www.mpl.org.br>. Acesso em 23/04/2021

acrescentando ainda que os partidos políticos não participam do movimento, porém as pessoas de partidos políticos podem participar, enquanto indivíduos. Assim, como característica das primeiras fases das jornadas, o discurso da ausência de partidos políticos deve ser relativizada. A matéria *“Manifestantes reagem à presença de partidos políticos”*⁷, da edição em tela corrobora a ideia: *“Presidente Nacional do PSOL (...). Disse que o partido tem tido militantes nas ruas desde a primeira passeata (...)”*.

Se a matéria de capa do Jornal O Globo de 18 de março (Figura 1), no senso comum, sugere que a multidão *“é um aglomerado de pessoas”*, que estão agrupadas com objetivos em comum, para Tarde a multidão seria *“o grupo social do passado; depois da família, é o mais antigo de todos os grupos sociais”* (2005, p.13), teria *“surgido aparentemente por geração espontânea”* (2005, p.33) e teria apenas *“conexão física e não psíquica”* (2005, p.6), que só poderia se mover dentro de um pequeno raio. Para Hardt e Negri, a multidão se caracteriza pelo ajuntamento de pessoas de forma não artificial, mobilizadas em torno de pelo menos um interesse comum, que compartilham um sentimento de solidariedade, senso de comunhão e coesão mental, permanecendo individualizadas, ou seja, com a convicção plena de suas identidades singulares. Para os dois últimos autores, a multidão *“é composta de um conjunto de singularidades”* (2004, p. 139) que, embora múltipla, *“não é fragmentada, anárquica ou incoerente”* (2004, p. 139) e acrescentam: *“as ações e constituição da multidão estão baseadas no que tem em comum, não na sua identidade ou unidade”* (2004, p. 140).

As imagens mostradas na capa do Jornal Folha de São Paulo (Figura 2) também são interessantes para pensarmos o papel da multidão nas jornadas de junho de 2013 e seus desdobramentos. A manchete é repleta de mensagens subjacentes: *“milhares vão às ruas”*: é uma chamada que mostra a ideia de multidão no senso comum, como um aglomerado de pessoas com um objetivo, como um sujeito coletivo; a expressão *“contra tudo”*, por sua vez, desqualifica o papel da multidão, uma vez que aponta para um desconhecimento sobre sua razão de ser, não tendo por tanto um objetivo; *“grupos atingem palácios”* aponta para a subversão da ordem, pois palácio refere-se aos poderes constituídos como a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a sede de governo de São Paulo, que foram *“atacados”* e sofreram *“tentativa de invasão”*, indicando o caráter violento e a ilegalidade das ações realizadas pela multidão. Curiosamente, não é abordada a invasão ao Congresso Nacional, apesar da capa do jornal mostrar a sua ocupação por manifestantes. De um lado, mostra uma imagem sem

⁷ <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aoacervo/?navegacaoPorData=201020130618>

movimento, de outro, apela para uma imagem que pode transmitir um sentimento de medo das ações das multidões, pois mostra sombras que se agigantam sobre o prédio do poder legislativo, que poderiam ter o objetivo de apropriação das casas legislativas que representam o povo e os estados federados, respectivamente.

Figura 2 - Jornadas de Junho de 2013 – Manifestação de 17 de junho de 2013 (2)

FOLHA DE S. PAULO

EM 100 ANOS A SERVIÇO DO BRASIL

TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013

Milhares vão às ruas 'contra tudo'; grupos atingem palácios

MANIFESTAÇÃO É A MAIOR NO PAÍS DESDE O 'FORA COLLOR' (1992) EM SP, MAIS DE 65 MIL PROTESTAM, DIZ DATAFOLHA ASSEMBLEIA DO RIO É ATACADA E SEDE DO GOVERNO PAULISTA SOBRE TENTATIVA DE INVASÃO

Centenas de milhares de pessoas foram às ruas em 17 de junho de 2013 para protestar contra a corrupção, o aumento dos custos de energia, a corrupção, o governo de Dilma Rousseff e para reivindicar o trabalho de melhor qualidade, mais saúde, educação e segurança, entre outras demandas. Também foram atingidos o prédio do Palácio do Planalto, o governador Alckmin (PSDB) e o governador do Rio de Janeiro (PTB).

Foi a maior onda de protestos e petições para a crise política, em 1992, por oposição ao então presidente Collor. A maioria dos manifestantes foi pacífica, mas houve confrontos com a polícia no Rio de Janeiro, um prédio do Palácio dos Encargados foi destruído — a polícia impediu a entrada. Muitos cidadãos participaram em 17 de junho, com grupos ligados à Assembleia Legislativa. Em Brasília, milhares marcharam em frente ao Congresso Nacional.

No capital paulista, a manifestação ocorreu às 14h, quando o governador, o então governador, o governador e o governador. O governador paulista, a manifestação ocorreu às 14h, quando o governador, o governador e o governador. O governador paulista, a manifestação ocorreu às 14h, quando o governador, o governador e o governador.

FORA DILMA!
FORA CABRAL!
FORA ALCKMIN!

FIFA BU HOJE

COMO É O LADO BOM DA LUTA? NÃO É SÓ POR ISSO

Fonte: Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&originURL=>. Acesso em 12/03/2021.

A imagem centralizada na capa do jornal mostra o *“Largo da Batata, local da concentração inicial dos manifestantes na capital paulista”*. Nesta, observamos ruas que parecem estar totalmente ocupadas por manifestantes, revelando uma multidão que está delimitada por edifícios, transmitindo a ideia que a multidão estaria contida ou sob controle. Percebemos ainda que a imagem tem um efeito de adensamento dos manifestantes, o que pode denotar uma imagem de passividade e conformismo e que não há violência, não há a ideia de movimento e também não conseguimos identificar faixas ou cartazes, tampouco cores ou frases, enfim não se consegue distinguir símbolos, dando a sensação de uma massa amorfa.

Em letras menores, no lado esquerdo, aparecem imagens de cartazes com as mensagens *“Somos os filhos da revolução, acredite não é só por R\$0,20”*; *“Fifa go home”*; *“Fora Alckmin”*; *“Fora Dilma, Fora Cabral / PT = pilantragem e traição”*, que apontam para pautas específicas, contrariando a manchete *“contra tudo”*, a multidão está presente conhecendo a sua razão de ser. O grupo de imagens apresentadas na capa do jornal Folha de São Paulo constrói mensagens de sentido oposto, pois a imagem aparentemente ordeira e pacífica da multidão no Largo da Batata não compatibiliza com as demais, porque parece que o sentido é exatamente oposto. As palavras e as imagens são construídas de forma a criar uma ideia de perigo causada pela multidão.

O conjunto das imagens é representativo do significado da multidão na visão contemporânea, pois é heterogênea, formada por singularidades, e ao mesmo tempo colaborativa, com subjetividade nas ações. Nesse sentido, entendemos que a multidão é, ao mesmo tempo, sujeito e produto de lutas, movimentos e desejos de transformação, produzindo as riquezas, a realidade, o mundo social, as singularidades e subjetividade. Trata-se de uma multidão de corpos, que expressa a potência enquanto conjunto e singularidade. Nesse sentido, contém um princípio auto formativo, ou seja, a multidão ao criar, está também se criando, assim como se auto-organizando. (Hardt e Negri, 2005, pp. 139/145). Salientamos que as multidões constituem um fenômeno global e que sempre ocorreu nas diversas partes do mundo, porém foi no final do século XX e início do XXI, que ganharam espaço nos meios de comunicação do mundo globalizado, seja a mídia convencional ou as redes sociais. Tais redes foram responsáveis, nos anos 2010, por levar as multidões a ocupar o espaço público. Assim, os movimentos sociais disseminaram-se por meio da *internet* em todo o mundo. Tais movimentos foram observados em primeiro lugar nos países do mundo árabe cuja característica principal em comum era o desprezo da população pelo governo e pela classe política, sendo

ditatoriais ou uma falsa democracia. (Castells, 2013, pp.7/32). Como exemplo, podemos citar o movimento 15M (na Espanha), que ficou popularizado com o nome de “indignados” e foi caracterizado por protestos espontâneos de cidadãos inicialmente organizados pelas redes sociais e idealizados em primeiro momento pela *internet*. Nos Estados Unidos, surgiu o movimento *Occupy Wall Street*, foi espontâneo e conectado no espaço virtual e no espaço urbano. (Castells, 2013, p.89). Destacamos também o evento da Primavera Árabe que ocorreram na Líbia, Egito e Tunísia, a partir de 2010. (Castells, 2013, pp.7-22). Os exemplos citados mostram as multidões acontecendo em diversos países e continentes evidenciando tratar-se de um fenômeno global, com a participação de culturas diferentes e com expressivo contingente de manifestantes. Destacamos que apesar das diferentes motivações e dos resultados obtidos, existem pontos em comum nesses movimentos, como por exemplo o uso de tecnologia para a divulgar e a composição da multidão formada por distintos segmentos sociais apontando para diversidade de pautas.

Ainda que a multidão não seja uma identidade nem uniforme, suas diferenças internas devem descobrir o comum que lhe permite a comunicação e ação em conjunto (Hardt e Negri, 2005, p. 14). A multidão adquiriu capacidade de mobilização a partir da associação de um grupo de pessoas que buscam ampliar a potência das ações, visando melhores condições de vida. Em Junho de 2013, inicialmente, a motivação comum era o aumento das tarifas de transporte público, a multidão eclodiu e como apresentado na capa do jornal Folha de São Paulo (Figura 2) “*não é só por R\$0,20*”, apontavam os cartazes. Na realidade, tratava-se da reivindicação de um conjunto de demandas sociais que emergiram, fazendo com que a multidão continuasse a ocupar as ruas. A pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha⁸, em 21 de julho, revelou que para 66% dos entrevistados as manifestações deveriam continuar mesmo após o governador e o prefeito de São Paulo revogarem o aumento das tarifas públicas. Dentre os motivos alegados para a continuidade destacam-se: saúde (40%), educação (20%), corrupção (17%), “melhoria de tudo” (11%) e segurança (8%). Nesse sentido, o mote “*não é só por R\$0,20*” foi o estopim, pois as jornadas de junho de 2013 foram marcadas por uma luta de segmentos sociais insatisfeitos com a corrupção, sucateamento dos serviços públicos dentre outras questões que colaboraram para a subtração da cidadania gerando na população um arroubo de indignação para com os rumos da política brasileira. Assim, em um discurso contemporâneo, a multidão acaba por ser uma forma

⁸ Disponível em: [http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/\(40%\),opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/(40%),opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf). Acesso em: 19/11/21

de resistência a um contexto, que marcado por fortes desigualdades sociais, pode surgir uma linguagem comum oriunda da indignação, do protesto e da exaustão das situações que individualmente não teriam solução, algum tipo de resistência e com tentativas de viabilizar novas vias para a solução dos problemas. Para Hardt e Negri (2005:13), a multidão:

é um conceito aberto e abrangente que tenta apreender a importância das recentes mudanças na economia global (...) a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida”.

A multidão de junho de 2013 nasce de um sentimento de indignação, tentando buscar soluções para os problemas existentes na sociedade. Devemos destacar que uma de suas características é a singularidade, por isso quando aquela multidão se movimentou não era uma massa homogênea, mas uma diversidade de questionamentos e necessidades. Assim, a principal diferença entre o público e a multidão seria a coesão mental cuja construção requer uma homogeneidade de ideias e objetivos que foram sedimentados, principalmente, pelos meios de comunicação tradicionais como a imprensa ou pelas redes sociais. Para Tarde (2015, p. X), a coesão ocorre pela imitação, pois quando os indivíduos imitam e compartilham valores e sentidos, eles se aproximam criando um elo entre si. De acordo esse autor (2015, p.X), tais opiniões estavam presentes na sociedade, em estado latente, esperando o momento adequado para brotar e os agentes que poderiam, por *imitação* dar uma forma a elas. Por isso, o autor em tela diz que “*A imitação, compulsória ou espontânea, eletiva ou inconsciente, transforma a descoberta individual num fato social*”. (Tarde, 2005, p.XIII). Assim, o que garante a coesão em um grupo é a sociabilidade que decorre de um processo de imitação, uma vez que os indivíduos imitam e compartilham determinados valores e sentidos. Os indivíduos observam os comportamentos, crenças e ideias dos outros e, na medida em que vão se aproximando uns dos outros, constroem uma coesão que permite a formação de um público, consolidando e propagando a opinião.

A abordagem de Tarde (2005, pp.60 – 63) demonstra como a opinião é formada e como disputa com a tradição e a razão para formar os valores que uma sociedade faz de suas crenças, práticas, ideias e instituições. Importante lembrar que em sociedades tradicionais, nas tribos, nos clãs, nas cidades muradas, as ideias sobre determinado assunto eram absorvidas de forma lenta, nos contatos interpessoais que seus membros

mantinham entre si, ficando as opiniões limitadas àquelas espacialidades. Antes do advento da imprensa, a conversa entre as pessoas, inclusive a troca de correspondências, eram as responsáveis pela difusão de notícias e opiniões. Assim, pode-se dizer que o jornal foi o instrumento que permitiu que pessoas desconhecidas se aliassem em torno de uma opinião, mesmo sem estarem em situação de co-presença ou fisicamente articuladas entre si.

Tarde reconhece a importância e o impacto da difusão de opinião sobre uma nação, especialmente no que se refere ao sentimento de nacionalismo, a política e as eleições. Nesse sentido, o citado autor nos ensina que *“são os jornais que inflamam a vida nacional, que excitam os movimentos de conjunto dos espíritos e das vontades em suas flutuações grandiosas cotidianas”* (2005, p. 74). O jornal é um importante instrumento de propagação das opiniões na medida em que busca construir imagens com o intuito de influenciar as pessoas, interferindo no modo de pensar e de agir, pois as insere no interior das ideias e crenças que defendem. Dessa forma, esse é um veículo com potencial capacidade de influenciar, de convencer, distorcer fatos, bem como provocar emoções e sentimentos. Assim, os jornais seriam os responsáveis pela fusão das opiniões pessoais em opiniões locais, e destas em opinião nacional e em opinião mundial, unificação grandiosa do espírito público (2005, p. 140). Por outro lado, os jornalistas podem ser manipuladores despóticos e, até mesmo, formadores de opinião, para Tarde (2005, p. 21) *“(...) grandes publicistas. Estes, bem mais que os homens de Estado, mesmo superiores, fazem a opinião e conduzem o mundo”*. Assim, Tarde acredita que os jornalistas têm grande influência sobre o público. Hodiernamente, poderíamos atribuir às redes sociais um papel decisivo na difusão das opiniões, sendo oportuno lembrar o que nos aponta Hardt e Negri (2005, pp.13 - 14):

(...) a Internet constitui uma boa imagem de base ou modelo para a multidão, pois, em primeiro lugar, os vários pontos nodais se mantêm diferentes mas estão todos conectados na rede, e além disso as fronteiras externas da rede são de tal forma abertas que novos pontos nodais e novas relações podem estar sendo constantemente acrescentados.

Nesse sentido, os veículos de disseminação da opinião são também responsáveis pela formação dos públicos. Se as multidões estavam sujeitas aos caprichos da natureza, o público não estaria submetido às intempéries, uma vez que o leitor *“pode refletir em silêncio sobre o que lê e, apesar de sua passividade habitual, poderá mudar de jornal, até encontrar o que lhe convém, ou que ele julga lhe convir”* (Tarde, 2005, p. 18). Como mencionado anteriormente Tarde entende o público como

uma “*evolução da multidão*”. Observamos que essa expressão denota uma certa docilidade e adestramento, decorrentes do avanço tecnológico dos meios de comunicação. Assim, a opinião é uma ideia central para a constituição do público, como nos disse Tarde (2005, p.59), “*a opinião está para o público (...) assim como a alma está para o corpo*”. A opinião é construída e concorre com o binômio tradição - razão para formar os juízos e valores que a sociedade faz de seus comportamentos, ideias e instituições (Tarde, 2005, pp. 60-63). Para o autor em tela, opinião é um agrupamento momentâneo e, de certa forma, lógico sobre comportamentos que passam a ser imitados em contextos específicos (mesmo país e época), de uma mesma sociedade, representando a passagem de uma opinião individual para uma opinião coletiva. Lippmann (2010, pp. 11 – 17) chamava atenção para a questão da complexidade do mundo contemporâneo, considerando as dimensões de espaço e tempo, que não permite ao indivíduo compreendê-lo, sozinho. Por isso, ao formarmos uma opinião sobre qualquer tema precisamos confiar em informações produzidas e divulgadas por instituições. Considerando que seria impossível para o ser humano conhecer todos os acontecimentos ao seu redor, as pessoas tendem a buscar informação através dos meios de comunicação de massa. Assim, ao formarmos uma opinião sobre qualquer tema, teremos obrigatoriamente que contar com informações produzidas e veiculadas por instituições e não obtidas exclusivamente de nossa experiência individual. Ao longo da obra “Opinião Pública” de Walter Lippman, são apontados alguns fatores que agem sobre as imagens construídas em nossas “cabeças”, como por exemplo, a falta de contato direto com os acontecimentos, a atenção e o interesse diante das informações e acontecimentos, os estereótipos, a censura, os interesses particulares e os interesses comuns dentre outros. A partir desses fatores, o autor em tela entende que:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas. (Lippman, p.40)

Considerando os fatores supracitados, as pessoas tendem a buscar informação para construir suas opiniões a partir de veículos de comunicação de massa como, por exemplo, os jornais. Para Tarde, o jornal “*começou por ser apenas um eco prolongado das conversas e correspondências, acabou tornando-se a fonte quase única destas*”. (2005, p.139). Assim, o advento da imprensa periódica possibilitou a formação de

agrupamento entre pessoas desconhecidas em torno de uma opinião. No caso das jornadas de junho de 2013, as manifestações ganharam visibilidade por meio das mídias sociais e da cobertura jornalística, sendo que os jornais enfatizam a violência e a ilegalidade, desqualificando os objetivos originais. A desqualificação pode advir do protesto contra a política e os políticos, indicando uma crise de representatividade,

sob um clima geral de insatisfação em relação às instituições da democracia representativa e descrença nas organizações políticas tradicionais, os protestos de junho recolocaram as ruas como lugar da luta política, rompendo com um padrão de institucionalização das demandas que marcou o período democrático. (Tatagiba, 2018, p. 114)

O fato é que os partidos alinhados à esquerda do espectro político, quando conquistaram a hegemonia no governo, distanciaram-se da população e *“enterraram a pauta da participação popular e da gestão participativa direta”*. (Rolnik, 2013, p.11). Assim, *“a questão da representação não envolve apenas a crise dos partidos e da política e, portanto, a necessidade de uma reforma política, uma das principais agendas das ruas”*. (Rolnik, 2013, p.11). Para a mesma autora, haviam segmentos da sociedade, incluindo os jovens, *“que queriam se manifestar não encontravam espaço uma vez que as redes sociais não garantem inclusão na “formação da opinião pública” cujo monopólio é exercido pela grande mídia”*. (Rolnik, 2013, p.11). Nesse contexto, o Jornal Folha de São Paulo⁹, em 15 de março, expressava em seu editorial a desqualificação das manifestações:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 - abaixo da inflação, é útil assinalar- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista.

Ao mesmo tempo em desqualifica, também chama a atenção para situações de violência, como pode ser observado na Figuras 3 e 4 apresentadas abaixo.

⁹ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19526&anchor=5877526&origem=busca&originURL=&pd=49db7c81de848d7454d05dbffe464067>. Acesso em 22/11/21

Figura 3 - Jornal o Globo, 21 de junho de 2013

Sem controle

**Em noite de novos conflitos, depredações e saques,
Itamaraty e prefeitura do Rio são atacados**

Partidos políticos tentam entrar em manifestações e são expulsos



Vandalismo. Misturados aos manifestantes, grupos de radicais cercam e tentam invadir o prédio do Itamaraty; eles chegaram à área logo às janelas e tiveram de ser cortados pela Polícia Militar; cerca de 30 mil pessoas protestaram no DF

Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/consultaaoacervo/?navegacaoPorData=201020130621>.
Acesso em 12/03/2021.

Figura 4 – Jornal Folha de São Paulo, 13 de junho de 2013

NÚMEROS DO PROTESTO

-  87 ônibus depredados
-  8 policiais militares feridos
-  30 manifestantes feridos
-  19 detidas, das quais 6 já foram soltas

Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo

Polícia acionará Tropa de Choque em ato hoje, e Alckmin cobrará manifestantes por prejuízos

Mantega recua e zera imposto para segurar a alta do dólar

Dois dias depois de afirmar à **Folha** que não pretendia retirar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) de operações com dólar no mercado futuro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que a alíquota de 1% deixará de existir.

O objetivo é atrair mais dólares ao país e segurar a escalada da moeda americana, que ontem subiu para R\$ 2,149, a maior cotação em quatro anos. **Mercado 01**

Dilma Rousseff vê pessimismo em críticos do governo

Em um momento de queda de popularidade, a presidente Dilma acusou os críticos de serem como o "velho do Restelo", personagem do poeta português Luís de Camões e símbolo do pessimismo. Segundo ela, o "velho do Restelo não terá a última palavra no Brasil". **Poder 04**

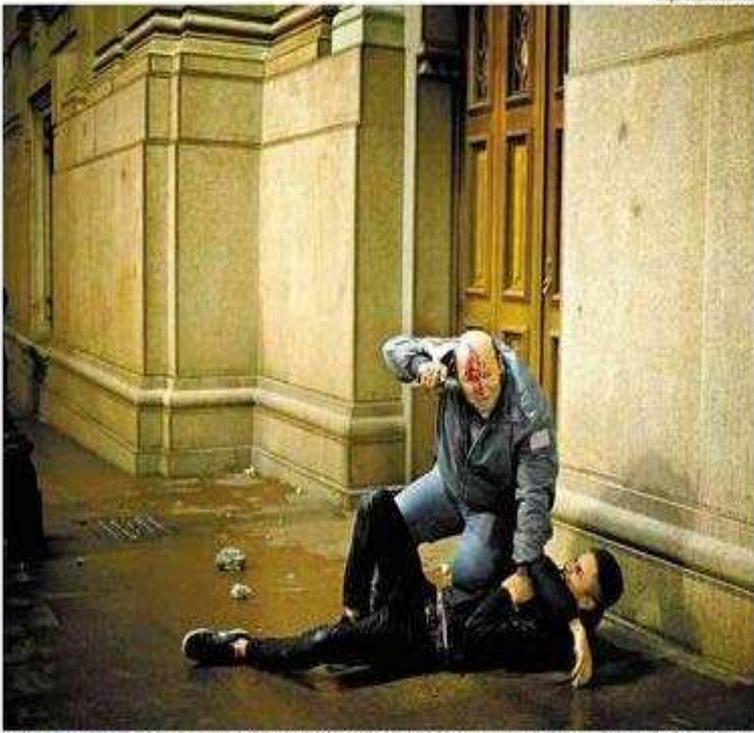


Foto - 13 Jun 13/Serv97

» ENCURRALADO Ferido, policial militar Wanderlei Vignoli agarra militante e aponta arma a manifestantes para evitar que fosse linchado no protesto de anteontem em SP; um dia depois, ele disse que teve medo de morrer ao ser cercado **Cotidiano 1 C2**

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) chamou de "badernes" e "vândalos" os manifestantes que incendiaram ônibus em protesto anteontem, no centro de São Paulo, contra o aumento das tarifas de transporte.

"A polícia vai responsabilizar e exigir o ressarcimento de patrimônio destruído, seja público ou privado. Isso é absoluta violência, vandalismo, baderna e é inaceitável", afirmou Alckmin. Ele está em Paris com o prefeito Fernando Haddad (PT), que também condenou a violência durante a manifestação.

O ato deixou um rastro de destruição na cidade. Ao menos 87 ônibus foram danificados, vidros de lojas e bancos, queimados, e estações de metrô, depredadas.

Novo protesto está marcado para hoje, às 17h, em frente ao Theatro Municipal.

A Polícia Militar diz que será mais dura na repressão a atos de vandalismo e que não relevará nem casos isolados. A Tropa de Choque seguirá a manifestação.

Após reunião com líderes dos protestos, o Ministério Público diz que levará a Haddad e Alckmin proposta de suspensão por 45 dias da tarifa de R\$ 3,20. **Cotidiano 1 C1**

Fonte: <https://acervo.folha.uol.com.br/files/flip/11/5/72/87/5877205/600/5877205.jpg>. Acesso em 12/03/2021.

As manchetes dos jornais apresentadas nas Figuras 3 e 4 acima são emblemáticas, mostram uma multidão que se torna violenta, enfrentando a força policial, colocando-se contra o Estado e contra a ordem. Não estamos negando os confrontos nem os atos violentos, apenas chamamos a atenção para o uso de imagens e textos que desqualificam as manifestações. Em ambas as matérias, podemos observar a construção de um *ethos* violento, a partir das imagens, pois mesclam baderna, crime e violência, eclipsando uma dimensão maior das Jornadas de Junho cujo início se caracterizava como uma grande mobilização popular, pacífica e democrática. Assim, os discursos foram sendo reinterpretados, associados a violência e distribuídos para a população, como uma verdade absoluta, contribuindo para a construção da opinião sobre as manifestações. A importância do jornal também foi discutida no âmbito das

Ciências Sociais. Para Lippmann (2010, 281p) “(...) *cada um de nós tende a julgar um jornal (...) por seu tratamento daquela parte das notícias com a qual nos sentimos envolvidos. O jornal trata com uma multiplicidade de eventos que estão além das nossas experiências. (...)*”.

Para Tarde (2005, p. 19) “(...) *todo jornal tem gancho, e esse gancho, cada vez mais em destaque, fixa a atenção da totalidade dos leitores, hipnotizados por esse ponto brilhante*”. Ambos os autores entendem os jornais como um instrumento de consolidação da opinião, e como mostrado nas Figuras 3 e 4, as ações da multidão foram adjetivadas com as palavras “saque” e “vandalismo” ligando a multidão à ilegalidade.

O título da Figura 4 ““Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo” - Polícia acionará Tropa de Choque em ato hoje, e Alckmin cobrará manifestantes por prejuízo” leva a grande parte da população crer que os manifestantes que formavam a multidão são “baderneiros” e “vândalos” destruidores de patrimônio público e privado. O título da Figura 3 ““O Brasil nas ruas – SEM CONTROLE” – Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados”, da mesma forma que na Figura anterior, “Itamaraty e Prefeitura” são atacados indica uma subversão da ordem demonstrando a violência dos manifestantes bem como a ilegalidade das ações, contribuindo para a construção da opinião sobre a virulência da multidão. A expressão “Sem Controle” nos remete a reflexão de Gabriel Tarde, que reconhece o caráter irracional das multidões, uma vez que se deixam inflamar e conduzir, de forma irrefletida e até mesmo irresponsável, cuja força não pode ser controlada por qualquer regramento, “*nelas o indivíduo é envolvido por inteiro, irresistivelmente arrastado por uma força sem contrapeso*”. (Tarde, 2005, p. 15).

Em um discurso contemporâneo, a multidão acaba por ser uma forma de resistência a um contexto, que, sendo marcado por fortes desigualdades sociais, pode gerar uma linguagem comum oriunda da indignação, do protesto e da exaustão das situações que individualmente não teriam solução, algum tipo de resistência e com tentativas de viabilizar novas vias para a solução dos problemas. Para Hardt e Negri (2005, p.13), a multidão:

é um conceito aberto e abrangente que tenta apreender a importância das recentes mudanças na economia global (...) a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a

produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida.

Assim, entendemos que as manifestações de junho de 2013 evidenciaram a multidão com suas múltiplas singularidades que foram expressas em cartazes dispostos na capa do Jornal Folha de São Paulo (Figura 2), por exemplo, que apresentavam outras reivindicações tais como saúde, educação, combate à corrupção, dentre outras. A multiplicidade das demandas sugere que os grupos demandantes não devem ser vistos como uma massa homogênea, mas como sujeitos singulares, que nas manifestações expressaram em conjunto suas respectivas singularidades.

Como apresentado no início do capítulo, o vocábulo “multidão” é polissêmico. No âmbito das Ciências Sociais o conceito pode ser entendido como um agrupamento humano irracional e bárbaro ou, na contemporaneidade, como uma força capaz de romper com o poder constituído. Apesar deste último ter sido considerado pertinente por parte de alguns estudiosos para explicar as manifestações que ocorreram entre 2013 e 2016, Hardt e Negri receberam várias críticas sobre o “*caráter abstrato, poético ou mistificador de sua noção de multidão*” (Pereira Filho, 2018, p. 38). Uma outra crítica à teoria de Hardt e Negri estaria relacionada à “*suposta imanência radical da democrática da multidão*” (Rezende, 2015, s/p). Se a multidão é efetivamente uma potência para a consolidação da democracia, no caso das manifestações brasileiras ocorridas em 2013, isso não aconteceu, uma vez que surgiram demandas cujo caráter pouco tem de democrático, implicando em uma contradição. Observamos que 2013 inseriu o Brasil em uma narrativa que já estava sendo construída internacionalmente, pois, se olharmos para o cenário internacional, observaremos a ocorrência de manifestações de esquerda, como nos ensinam Gajanigo e Souza (2014, p. 6):

Presenciamos, (...), com o agravamento da crise econômica e financeira em 2008, o surgimento de inúmeras manifestações e mobilizações sociais voltadas para causas radicalmente democráticas. São causas politicamente contra-hegemônicas, que propõem novas agendas políticas, éticas e morais, exigindo novos rumos e formas para a democracia e para as políticas econômicas e sociais (...) como no caso dos movimentos Occupy, nos Estados Unidos, dos Indignados na Espanha (...) além de inúmeros outros movimentos em várias regiões do mundo.

Esses movimentos ocorridos nos Estados Unidos e Espanha têm pontos em comum com as jornadas de junho, pois tem como pano de fundo o sentimento de traição por parte dos governos, levando à crise de representatividade, além das desigualdades

econômicas. Nas manifestações de 2013 participaram indivíduos e grupos sociais diversos, com amplo espectro ideológico que demonstraram “a indignação difusa, a ambivalência dos discursos, a heterogeneidade das demandas e a ausência de mediação de terceiros, algo também notório em várias mobilizações de massa contemporâneas, a exemplo da Espanha e dos Estados Unidos”. (Bringel, 2015, s/p). Ressaltamos que esses movimentos bem como as Jornadas de Junho de 2013 foram articulados e disseminados por meio das redes sociais. A seguir buscaremos esclarecer quais as estratégias utilizadas para chamar a multidão para as ruas, bem como identificar os principais atores sociais.

1.2 - As redes sociais como estratégia para levar a multidão às ruas em junho de 2013 e desdobramentos

Uma das inovações de junho de 2013 foi a utilização das redes sociais digitais baseadas *na internet* e plataformas sem fio, que foram as ferramentas importantes para mobilização e organização dos eventos. Entretanto, o uso deste instrumento não é inédito, remonta aos anos 1990, como observamos nos acontecimentos em torno do movimento zapatista de 1998. As primeiras manifestações antiglobalização em Seattle em 1999 trouxeram em seu bojo o surgimento de uma mídia independente, dentro da qual se destacava a *Indymedia*, que por divulgar as imagens veiculadas pela mídia convencional, passou a ser o centro da mídia alternativa, pois qualquer pessoa podia escrever textos, postar vídeos e fotos inclusive com a benesse do anonimato, uma vez que a publicação não passava por nenhuma forma de moderação, o que parecia algo revolucionário para fazer frente à grande mídia. Por divulgar informações referentes a mobilizações e opiniões posicionadas à esquerda, a *Indymedia* passou gradualmente a ser alvo de ataques de grupos de direita no mundo todo. (Machado e Miskolci, 2019, 948-950pp).

No Brasil, na segunda metade dos anos 1990, Olavo de Carvalho foi um dos pioneiros do ativismo de direita na *internet*. Em seu *site* publicava textos com teses de natureza conservadora, buscando articular pensadores de direita atraindo um grande número de seguidores. Em 2002, criou sua própria rede de informação alternativa, a Mídia sem Máscara (MSM) para fazer frente aos meios de comunicação de esquerda. Entretanto, tanto a MSM como a *Indymedia* começaram a perder muito de sua força com a migração gradual do público para as redes sociais, a partir do aumento significativo do número de pessoas com acesso à *internet* e, particularmente, sua entrada em plataformas como o *Facebook*. Na década de 2010, no Brasil, a banalização

do uso de *smartphones* implicou em aumento significativo do número de usuários da *internet*, que associados à chegada dos serviços de redes sociais comerciais, modificaram a rede de um espaço de conexões mais abertas para um ecossistema reduzido de plataformas que concentra a maior parte do tráfego *online*. Em 2013, a partir das Jornadas de Junho, o uso político das redes sociais comerciais impactou a sociedade, possibilitando a abertura de um leque de oportunidades para a criação de alianças circunstanciais de grupos em torno de interesses em comum. (Machado e Miskolci, 2019, 948-950pp).

Destacamos que a *internet* é uma rede de comunicação, que pode ser definida como uma rede de redes, formada por um arranjo comunicacional fundamentado em protocolos abertos, organizados em camadas, com funções específicas, que permitem a distribuição de informações digitalizadas, e foi disseminada no mundo impulsionada pelo princípio da neutralidade da *internet*, uma vez que cada camada deveria ser neutra em relação ao funcionamento da outra. Assim, aquele que teria o controle da camada física¹⁰ não poderia controlar a camada lógica¹¹. Ressaltamos que a camada física é dominada por alguns grupos de telecomunicações, que compõem um segmento econômico altamente lucrativo¹². E, na medida em que o uso das redes sociais se amplia, houve também um aumento do fluxo de informações, que passam pelas camadas físicas desses oligopólios. Essas corporações perceberam o poder que dispunham sobre a *internet*, uma vez que esta depende de sua infraestrutura, ou seja, quem controla a infraestrutura física da rede, também controla o fluxo digital da rede,

¹⁰ é aquela que trata de como os bits são transformados em sinais eletromagnéticos e transportados por conectores, cabos e fibras.

¹¹ As camadas de enlace, rede, transporte e aplicação podem ser chamadas de camadas lógicas, pois elas organizam os protocolos sobre o fluxo de informações, sobre os elementos imateriais da rede.

¹² De acordo com a Forbes, em 2015, a Comcast Corporation continuava a ocupar a primeira posição no ranking. No Brasil, o mercado de comunicações é dominado pelas seguintes empresas: 1. Oi Móvel, comprada pelas operadoras Vivo, Claro e TIM de telefonia; 2. Copel Telecomunicações, comprada pelo grupo Bordeaux/Planner; 3. Pheonix Tower do Brasil, comprada pela provedora de infraestrutura para telefonia móvel Highline, que é comandada pelo fundo Digital Colony. A compra foi uma forma de ampliar o número de torres controladas pela companhia, estendendo sua atuação pelo Brasil. 4. Oi (torres), também comprada pela Highline; 5. Oi (data center), comprada Piemonte, instituição de gestão de ativos e serviços financeiros. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/06/5-maiores-aquisicoes-no-setor-brasileiro-de-telecomunicacoes-em-2020/#foto3>. Acesso em 23/11/21.

representando uma ameaça à neutralidade da *internet*, como aponta Silveira (2011, p.56):

Em 2007, Free Press denunciou a Comcast Corporation, maior operadora de televisão a cabo e segundo maior fornecedor de infraestrutura de banda larga dos EUA, por interromper ou dificultar o acesso ao BitTorrent (P2P), uma das aplicações mais utilizadas na internet. Em 2008, a Federal Communications Commission (FCC) avaliou que a Comcast deveria ser punida por, secretamente, intervir no funcionamento de aplicativos da internet em sua rede ao interromper ou dificultar o acesso dos usuários ao BitTorrent. Em 2010, a Justiça norte-americana dá ganho de causa a Comcast afirmando que a FCC não tem autoridade para impedir que a corporação regule o tráfego peer-to-peer em nome do gerenciamento de rede. Tal decisão quebrou o princípio da neutralidade da rede ao permitir que a operadora pudesse fazer com que alguns pacotes de dados tivessem sua velocidade reduzida e até pudessem ser paralisados e destruídos em sua rede física.

Assim, a neutralidade da *internet* foi destruída a partir do momento em que o controlador da infraestrutura passa a ter o poder de decidir o que pode ou não ser transmitido por sua rede. Neste contexto, as corporações de telecomunicações podem interferir na inclusão digital autônoma dos lugares, impedindo que estes criem novos conteúdos ou tecnologias sem a devida autorização, pois possuem o poder de conexão acima do interesse das populações e dos Estados, o que implica no aumento das assimetrias. (Silveira, 2011, p.57)

Ressaltamos que a *internet* é um espaço social que é determinante e determinado, com regras próprias, no qual existe uma assimetria da informação, reforçando aquelas existentes em outros espaços, ou as recriando. Entendemos que tanto a exclusão digital quanto a precária capacitação para o uso da *internet* aumentam a assimetria da informação. Por outro lado, o excesso de informação pode gerar a dificuldade em selecionar informações, comprometendo a compreensão da situação e, por consequência, implicando diretamente na tomada de decisão. Isso levou a necessidade de filtragem das informações de conteúdos nas plataformas digitais, inclusive com a comercialização de publicidade, que podem manter o usuário “amarrado” a um conteúdo filtrado, tornando duvidosa a isonomia na apresentação dos dados nos *sites* de busca bem como a ideia da neutralidade da *internet*. (Nunes, s/d, s/p). O fato é que os meios de comunicação além de influenciar as atitudes e comportamentos, acabam por destacar a fragilidade do indivíduo diante dos meios de

comunicação, caracterizando a assimetria entre o poder da mídia e a vulnerabilidade do indivíduo.

Reafirmamos a importância da utilização das redes sociais para mobilização e organização das jornadas de junho 2013, que possibilitaram a criação de novas formas de sociabilidade distantes das estruturas institucionalizadas, dessa forma ampliando o acesso à informação, fato que pode direcionar as narrativas em função de interesses obscuros. Considerando que a produção da informação não é feita apenas por indivíduos de forma isolada, podemos dizer que existe uma pluralidade de atores que disputam a interpretação do significado dos fatos, criando narrativas próprias, representando diferentes correntes e contracorrentes no ambiente político. Se qualquer pessoa pode ser o produtor da informação, isso pode nos conduzir a ideia de uma *“cultura democrática de compartilhamento e de relações horizontalizadas nas redes”* (Costa, 2013, p.23), o que levaria à convicção de existir uma estrutura igualitária entre os participantes. Machado e Miskolki (2019, p.957) corroboram esse pensamento e acrescentam que:

As redes sociais dão a falsa impressão de que a horizontalidade das interações equivaleria a um contexto mais democrático, mas diversos pesquisadores (...) mostraram que redes são contextos desiguais e hierárquicos em que alguns exercem o papel de formadores de opinião, enquanto a maioria apenas repercute. Em uma rede como o Facebook, a maior parte dos usuários demonstra ser suscetível a formadores de opinião que reduzem disputas políticas a uma gramática moral, aproximando-as de uma concepção individualizada de mundo. Assim, grupos de interesse, líderes populistas e até celebridades ganham poder na vocalização de interpretações simplificadoras e polarizadas da realidade social.

A utilização das redes evidenciou uma característica peculiar sobre essas manifestações: a ausência de uma liderança explícita, como os partidos políticos, sindicatos etc. As pessoas convidavam amigos e o envolvimento ocorria por meio da afetividade entre aqueles que convidavam e os que aceitavam o convite, mesmo que as identidades e demandas individuais continuassem a existir, corroborando o “mito da horizontalidade”. Destacamos que as manifestações ocorridas entre os dias 07 e 16 de junho¹³ tinham como pauta prioritária o valor das tarifas dos transportes públicos, o que

¹³ Realizamos uma pesquisa no acervo do Jornal a Folha de São Paulo, e analisamos todas as capas do mês de junho. Estas indicavam que as manifestações destes dias tinham como pauta principal a redução das tarifas dos transportes públicos.

representou o gatilho para demandas que se seguiram. Os atos realizados a partir de 17 de junho¹⁴ evidenciaram um pluralismo de reivindicações, que apontavam para a necessidade de melhoria na qualidade de vida coletiva. A imagem obtida no Jornal O Estado de São Paulo (Figura 5) indica que as manifestações de junho de 2013 apontaram demandas para além do transporte público, aquelas que visavam melhoria da qualidade de vida coletiva.

Figura 5 – Jornal O Estado de São Paulo, 19 de junho de 2013



Cartazes protestavam contra corrupção, impunidade, falta de recursos para saúde e educação

Fonte: Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/crop/1200x900/roldao-arruda/wp-content/uploads/sites/32/2013/06/partido222.jpg>. Acesso em 31/05/2021.

Isso nos fez atentar para outra questão: como os manifestantes se identificaram e se localizaram entre si, posto que estes não estavam mais divididos preliminarmente em classes sociais, mas foram organizados por grupos com interesses e valores diversos, e compareceram às manifestações atendendo aos apelos das redes sociais. Vale lembrar, que nos anos 2010, essas redes foram responsáveis por levar multidões a ocupar o espaço público não só no Brasil, mas em outros países, evidenciando tratar-se de um fenômeno mundial, com a participação de culturas diferentes e diversidade de reivindicações e, de modo geral, dirigiam-se a um poder constituído. Em países árabes (Líbia e Egito, por exemplo), os protestos eram contra os governos corruptos e longevos.

¹⁴ Como apresentado na Figura 2 - Jornadas de Junho de 2013 – Manifestação de 17/06/2013.

Na Espanha, o movimento 15M, que ficou popularizado com o nome de “indignados” foi caracterizado por protestos espontâneos de cidadãos inicialmente organizados pelas redes sociais e idealizados em primeiro momento pela *internet*. Nos Estados Unidos, surgiu o movimento *Occupy Wall Street*, foi espontâneo e conectado no espaço virtual e no espaço urbano. (Castells, 2013, p.89).

Destacamos, ainda, a existência de um traço comum entre os manifestantes que era o posicionamento antipartidário e antipolítico oriundo da falta de representatividade política, que acabou por ser um fio condutor da aproximação das pessoas. (Machado e Miskolki, 2019, pp.957-959). O posicionamento contra as lideranças políticas, associado à crise crescente de representatividade das democracias, fez emergir a necessidade de reforma política de um sistema que valoriza os interesses de uma pequena parcela da sociedade em detrimento dos interesses coletivos. Neste cenário de descontentamento em razão, principalmente, da ausência de representatividade, Hardt e Negri (2005, p. 306) entendem que a *“representação cumpre duas funções contraditórias: liga a multidão ao governo e ao mesmo tempo a separa.”* A multidão é, ao mesmo tempo, sujeito e produto de lutas, movimentos e desejos de transformação, produzindo riquezas, a realidade, o mundo social, as singularidades e subjetividade. Trata-se de uma multidão de corpos, que expressa sua potência enquanto conjunto e, enquanto, singularidade. Nesse sentido, contém um princípio auto formativo, ou seja, a multidão ao criar, está também se criando, e se auto-organizando, essa é a (re)configuração da multidão. Na medida em que vai sendo construída uma rede de cooperação e interconexão, a subjetividade da multidão vai se intensificando. Assim, entendemos que não é pertinente continuar a entender a multidão como um conjunto de corpos irracionais, predispostos a violência como os jornais retrataram nas manifestações, mas sim, efetivamente como resistência às políticas implementadas ou pela reivindicação destas.

Entre a multidão e os outros movimentos coletivos, como por exemplo a turba e a massa, oriundos das necessidades ou anseios fundamentais de se viver e produzir, pode-se afirmar que exista uma diferença substancial. A primeira apresenta a característica da singularidade, que de acordo com Hardt e Negri (2005, p. 139) refere-se a *“um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade (...)”*. Ou seja, quando a multidão se move, nunca é simplesmente uma massa, é uma multiplicidade de elementos e questionamentos de vida; *“são singularidades que agem em comum”* (p.146). A multidão é um conceito de classe, que também é um conceito

político, “na medida em que uma classe só pode ser uma coletividade que luta em comum” (p. 144). A questão em pauta é mais complexa, pois muitas vezes existem demandas que são comuns a todos os grupos, como a luta contra a corrupção ou o sentimento de falta de representatividade.

Entretanto, a mídia impressa tradicional construiu a ideia da homogeneização das diferenças, mostrando uma massa homogênea e manipulável. Ou seja, uma posição conservadora associada ao controle da massa. Por um viés progressista, Junho de 2013 evidenciou que a multidão não suprimiu as singularidades dos participantes, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades. A massa unificada contraposta à multiplicidade das singularidades é defendida por Hardt e Negri (2004):

(...) A multidão, contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente. (...) o conceito de multidão também deve ser contrastado com uma série de conceitos que designam entidades e coletividades plurais, como a turba, as massas e o populacho. (...) Os componentes das massas, (...) não são singularidades (...) os sujeitos sociais são (...) passivos, no sentido de que não são capazes de agir por si mesmos, precisando ser conduzidos. (...) Por isto é que são tão susceptíveis à manipulação externa. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (...), mas naquilo que tem em comum. (Hardt & Negri, 2004, pp. 139/140)

Ao pensarmos, com Negri e Hardt, a multidão enquanto classe, devemos observar que a teoria não se restringe aos operários e suas formas de organização, pois as transformações nas condições de produção tem por base o conhecimento, a comunicação, a afetividade, enfim, outros parâmetros de produtividade que se organizam por meio de redes informacionais e de comunicação. (Hardt e Negri, 2005, pp. 139 - 145). Assim, em 2013 a multidão ocupou as ruas com cartazes e faixas atestando seu caráter de protesto, pois como afirmam os autores, (2005, p. 424) “*o que a multidão produz não são apenas bens ou serviços; a multidão produz também e sobretudo cooperação, comunicação, formas de vida e relações sociais*”.

Em junho de 2013, a multidão foi às ruas para protestar inicialmente contra o aumento de tarifas no transporte público (Fase da eclosão). Nas fases de diversificação e eclosão, ondas de protestos se espalharam pelo país, sendo observados cartazes com as seguintes expressões: “*vem pra rua*”, “*o gigante acordou*”, “*não é só 20 centavos*”, “*redução já*”, “*passage livre*” entre outros (Fases da diversificação e

massificação). As manifestações foram intensificadas a partir da participação não só de trabalhadores e estudantes, como de grande parte da população, uma vez que à pauta do movimento foram incorporadas outras dimensões relacionadas aos problemas da sociedade, questões estruturais, tais como a corrupção, problemas em hospitais, educação, gastos com a Copa do Mundo, justiça, segurança pública etc. Nesse contexto, os novíssimos movimentos sociais protagonizam as manifestações de junho de 2013. Registramos que o novo não é necessariamente progressista, algo que represente um avanço para as relações sociais ou, ainda, a conquista de novos direitos. O novo também poderá consistir em um retorno aos valores passados, ao conservadorismo ou até mesmo ao autoritarismo. (Gohn, 2017, p.14).

Nas manifestações de 2013, Gohn (2017, p.21) identificou o surgimento dos “*novíssimos movimentos sociais*”. Observamos que estes movimentos não apresentam demandas inéditas da sociedade, pois o novo nasce do velho, a partir de estruturas que se modificam, criando outra situação. Por isso, o novo não é a resultante de um processo estrutural, mas algo que se instaura na realidade, a partir da ação humana cuja construção é realizada por diferentes sujeitos, os quais geram narrativas que buscam dar sentido e direção a tais ações. (Gohn, 2017, pp. 13 - 14). Afinal, como diria Rolnik (2013, p.9):

A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas (...).

No que diz respeito às referidas manifestações, um dos protagonistas da mobilização da multidão foi o Movimento Passe Livre (MPL), que utilizando as redes sociais, participou ativamente na convocação da população. Poderíamos dizer que o MPL foi um gatilho da explosão da multidão em 2013 e que se define como um “*movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário*”¹⁵, que defende principalmente o direito à mobilidade urbana a partir da gratuidade do transporte público. Destacamos que o objetivo de curto prazo da redução da tarifa foi atingido, quanto à gratuidade seria um escopo quase que utópico em função da mercantilização dos meios de transportes. O importante é que este movimento criou uma cultura política distinta do que se conhecia até então, como por exemplo, a

¹⁵ Disponível em: <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>. Acesso em 20/09/2020.

realização das manifestações sem os tradicionais carros de som, sem liderança explicitamente definida, tomada de decisões por consenso, além de um signo visual de identificação que era uma camiseta branca e preta com o desenho de uma catraca, o que permitiu estabelecer um sentimento de pertencimento a uma demanda comum. (Gohn, 2017, pp. 32-35)

Ainda sobre 2013, Alonso (2017, pp. 49-55) observou a presença de três repertórios de confronto: o socialista, o autonomista e o patriota. Em 2013, foi considerado novidade o uso do repertório autonomista como o utilizado pelo MPL, que inseriu novas formas de conduzir as manifestações: deliberação por consenso, negação de lideranças e de hierarquia de gênero, além da adoção de performances cênicas de violência simbólica e física. Autoridades, que chamaram as lideranças para a mesa de conversas, ficaram confusas quando estas não compareceram, uma vez que o MPL não as tinha, ao menos formalmente. Os protestos continuaram e, na sua esteira, o repertório socialista somou-se ao autonomista. Lembramos que esses dois já tinham entrado em conflito quando do início das manifestações. Como resultante dessa soma de forças, foram incluídas as pautas relativas típicas do repertório socialista, como políticas públicas e agenda redistributiva, enquanto que para os autonomistas a pauta foi estendida para além do transporte público, tornando-se efetivamente “mais que 20 centavos”, acrescentando a questão de gênero, dentre outras. Assim, as manifestações de junho de 2013 contaram com a participação de indivíduos e grupos sociais bastante diversificados dentro de um amplo leque ideológico. Assim, ficou evidenciada a indignação difusa, a ambivalência dos discursos e a heterogeneidade das demandas. (Bringel e Pleyres, 2015, p.7).

Como já apontado no item anterior, as manifestações ocorridas em algumas das cidades brasileiras não constituíram fato isolado, pois também aconteceram na Tunísia, Egito, Espanha e Estados Unidos, por exemplo. Assim, os diversos grupos sociais ocuparam os espaços públicos, expressando seu sentimento de indignação global, causando surpresa nas respectivas sociedades. Tal espanto foi devido, principalmente, à natureza dos protestos emergentes. (Bringel, 2020, p.4). Para Bringel (2017, p.32/33) depois da queda do Muro de Berlim, as teorias sociais começaram a estudar de forma mais sistematizada, a sobreposição entre a política e o ativismo. Assim, observou-se mudanças sociais e geopolíticas que levaram a uma globalização sem precedentes de processos, estruturas e fluxos sociais, assim como uma reestruturação das práticas e dinâmicas de articulação e contestação dos atores sociais. Toda essa modificação

permitiu a ascensão, nos anos 2010 do século XXI, de uma “*nova geopolítica da indignação global*” (Bringel, 2015, p.31), da qual o Brasil também participou.

Os novíssimos movimentos sociais passaram por um processo de reconfiguração, cuja abrangência é global, apresentando características semelhantes como, por exemplo, um distanciamento dos movimentos clássicos, a heterogeneidade das pautas reivindicatórias, e a alteração nas visões de mudança social. No cerne dessas mudanças, chamou a atenção o amplo ciclo de protestos da última década, que ultrapassou as fronteiras nacionais, ocupando as ruas de vários países com um sentimento em comum: a indignação. (Bringel e Sposito, 2020, p.4/5). O sentimento de indignação tinha centralidade nas manifestações brasileiras a partir de 2013, combinando raiva e valores morais, por isso é importante a análise da cultura, relativa à construção das subjetividades das pessoas e dos grupos, para entender seus pontos de vista, suas interpretações dos fatos e os significados que criam ou atribuem à realidade, seus princípios morais. (Gohn, 2017, p.17).

Uma vez que a multidão ocupou as ruas, estavam postas as condições para a formação de públicos. Para Tarde (2005, p. 5), não se confunde multidão com público, pois são categorias de análise distintas. Entretanto, entendemos que não é possível abordá-las individualmente, pois nem sempre que explode a multidão, seus estilhaços formam públicos, mas, como também mostra a experiência brasileira, todo público tem sua origem na multidão. A imprensa tem papel importante no contexto da formação de públicos, como nos diria Tarde (2005: 6/7):

(...) Não seria em reunião de homens nas ruas ou em praças públicas que tem origem e se desenvolvem esses grandes arrebatamentos que hoje tomam de assalto os corações mais firmes, as razões mais resistentes e fazem os parlamentos ou os governos lhe consagrarem leis ou decretos. Coisa estranha, os homens que assim se empolgam, que se sugestionam mutuamente, ou melhor, que transmitem uns aos outros a sugestão vinda de cima, esses homens não se tocam, não se veem nem se ouvem: estão sentados em sua casa, lendo o mesmo jornal e dispersos num vasto território(...). (Grifo nosso).

Bringel e Pleyers (2015, p.11) entendem que em junho de 2013, a polarização ideológica estava anunciada nas ruas, fato observado a partir das agressões a manifestantes que portavam signos visuais identificados à esquerda. Entendemos, porém, que tal polarização estava inicialmente diluída na indignação da multidão que ocupava as ruas. Observamos que a polarização política nasce nas ruas, no âmbito das

multidões, e depois vai adquirir expressão nacional a partir da formação dos públicos, e vai se consolidando com o contínuo retorno às ruas. Destacamos que, nesse momento, quem vai para as ruas não é mais a multidão, mas um público organizado a partir da experiência da rua que vai ativar a dimensão afetiva fundamental para a participação política. No próximo item, apresentaremos indícios que nos levam a acreditar que a polarização política consolidada em 2016 foi iniciada com as manifestações das jornadas de junho de 2013.

1.3 - O início da construção da polarização política.

Em junho de 2013, grupos sociais de origens e anseios distintos puderam dividir as ruas, como mostraram as Figuras apresentadas anteriormente. Na capa do Jornal O Globo sobre a manifestação de 17 de junho (Figura 1) não era possível, de imediato, observar signos que pudessem distingui-los, compondo a multidão. Para Tarde (2005, p. 33) “*A multidão, grupo amorfo, surgido aparentemente por geração espontânea, é sempre sublevada, em realidade, por um corpo social do qual um membro lhe serve como fermento e lhe confere cor*”. Tal processo de fermentação é realizado pelos meios de comunicação, sejam os tradicionais ou os digitais, uma vez que estes possuem protagonismo nos processos e na circulação de sentidos que compõem o repertório dos indivíduos. Assim, desempenham papel relevante na forma como percebemos a realidade e, a multidão não é imune a este processo, como atestam as figuras acima apresentadas que criaram imagens associando a multidão ao vandalismo e baderna, sacrificando a pluralidade constitutiva da multidão. Ao mesmo tempo em que a multidão é articulada pelos meios de comunicação e pelas redes, estas permitem visibilidade, também criam imagens que distorcem seu sentido. Assim, a multidão não pode ser representada por uma imagem, uma vez que não possui controle sobre sua representação, pois os discursos são aqueles produzidos pelas mídias, podendo ter sua voz cooptada e as demandas interpretadas em função dos interesses conjunturais.

Alonso (2017, pp.49-53) observou a presença de três repertórios nas jornadas de 2013, dentre eles, o patriota, cujos manifestantes recuperaram símbolos e signos de duas grandes manifestações de caráter nacional, quais sejam: *Diretas Já* (1984) e *Fora Collor* (1992). Se na primeira, o que estava em disputa, além das eleições presidenciais diretas, eram melhores condições de vida (saúde e educação, por exemplo), trabalho e cidadania; na segunda, era basicamente a corrupção e o *impeachment* do presidente à época. Em 2013, o fato foi que as manifestações cresceram com a adesão de torcidas organizadas e pessoas que nunca foram ativistas, convocadas por amigos ou por redes sociais que trouxeram a simbologia da pátria: bandeira, cores e hino nacionais e,

acrescente-se o tema corrupção embasado no escândalo do Mensalão. Como consequência,

A diversificação atingiu seu máximo, e o ciclo adquiriu sua forma final de mosaico, com três setores distintos de mobilização, cada qual com suas pautas e estilos de ativismos, em convivência. E sem harmonia. No dia 20, rasgaram-se bandeiras, e o comando da rua foi disputado no braço. (Alonso, 2017, p.53)

Se, no início, as manifestações foram convocadas por grupos ligados à esquerda (movimento passe livre), rapidamente a agenda múltipla de reivindicações superou a categorização por espectro político: todo mundo foi para a rua, inclusive uma parcela da população que não tinha tradição de protestar, que não estavam vinculadas a partidos políticos ou que não participavam de movimentos sociais como pode ser observado nas Figuras 2, 5 e 6, nas quais são apresentados cartazes amadores e poucas faixas. Singer (2013), em seu estudo *“Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas”*, fez uma descrição da composição social dos manifestantes. Seleccionamos a manifestação de 20 de junho ocorrida no Rio de Janeiro:

1 – Sobre a faixa etária:

Mais jovens (12 a 24 anos)	41%
Idade intermediária (25 a 34 anos)	39%
Mais velhos (Acima de 35 anos)	20%

2 – Sobre a escolaridade:

Mais baixa (Ensino Fund.)	2%
Intermediária (Ensino médio / Superior incompleto)	20%
Alta (Superior completo)	78%

3 – Sobre a renda familiar mensal:

Mais baixa (Até 1 Sal. Mínimo)	34%
Intermediária 1 (De 2 a 5 Sal. Mínimo)	54%
Intermediária 2 (De 6 a 10 Sal. Mínimo)	1%
Alta (Mais de 11 Sal. Mínimo)	10%

De forma breve, as variáveis pesquisadas apontam para uma participação Intergeracional, com predomínio dos mais jovens que somados a faixa etária intermediária constituíam cerca de 80% da base dos que estavam na rua. Considerando que 98% dos presentes na manifestação possuíam ensino médio e superior completo, pode-se afirmar a presença de um perfil, *“no mínimo, de classe média baixa (ensino médio) e com fortes tintas de classe média tradicional, dando sustentação à percepção de que as manifestações teriam sido expressão desse setor social”*. (Singer, 2013, p. 30). Sobre

a renda, 88% dos participantes não possuíam renda familiar acima de cinco salários mínimos. Isso nos leva a considerar que a escolaridade remete para a classe média tradicional, porém pelo viés da renda, “*seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas*”. (Singer, 2013, p. 31). Esses manifestantes foram para as ruas desvinculado de sindicatos, partidos políticos e outras instituições tradicionais de representação política e de classe, com a ideia de ser protagonista de suas reivindicações. Depois, as manifestações crescem e é difícil falar em posicionamento, porque estavam presentes grupos tanto à esquerda, quanto à direita. Mas, em seguida, houve um deslocamento da pauta para reivindicações fortemente alinhadas com a direita, com destaque para o repertório patriota cujo um dos *slogans* pode ser observado na Figura 6, indicando o início da polarização política verificada em 2016.

Figura 6 – Legados de Junho: como o levante da sociedade civil contra o Estado virou briga entre “coxinha” e “petralha”.



Fonte: Disponível em:

<https://media.gazetadopovo.com.br/2016/06/33994218ba0c8f3d92a152e224ba9c2d-gpMedium.jpg>. Acesso em 29/03/2021

Notamos que ainda não se observam cores como forma de distinção entre grupos. Entretanto, é possível perceber a formação de um público, uma vez que para sua constituição é necessário mais do que um simples grupamento de corpos, pressupondo vínculo de ideias ou de valores morais. Para a existência do público, é preciso que se crie as condições materiais, assim, para Tarde (2015, p.10) “*O público*

só pode começar a nascer após o primeiro grande desenvolvimento da invenção da imprensa, no século XVI". Se para Tarde, o público passa a existir com a Modernidade, evidenciamos que as multidões sempre existiram. Podemos dizer que elas estavam presentes na Antiguidade, Idade Média e na Modernidade, porém na medida em que as configurações sociais se modificam elas vão adquirindo novos contornos e matizes. A transformação da multidão em públicos expressa uma necessidade crescente de sociabilidade que demanda um processo de intra comunicação constante dos membros dos públicos por meio de um fluxo contínuo de informações para que os vínculos que os conectam se solidifiquem, emergindo, assim, a percepção e a definição de um interesse comum expresso em uma visão de mundo coerente, antes inexistente ou difusa e não formalizada, como indica a Figura 7.

Figura 7 – A gênese de 2013: formação do campo patriota



Fonte: Disponível em https://miro.medium.com/max/2362/1*15hKxf94rtcE4lwKr49Dxg.jpeg. Acesso em 30/03/2021.

O campo patriota, conforme conceituado por Alonso (2017), estava presente desde o início das manifestações de 2013, apesar destas terem sido uma iniciativa do campo autonomista. A coexistência desses campos, e o conseqüente embate entre opiniões opostas, que estariam em estado latente na sociedade. Assim, as ideias de um mundo idealizado do passado e da tradição, dos valores nacionalistas e religiosos ou, ainda, da minimização do poder estatal e valorização do livre mercado, como forma de redução da pobreza e da garantia da liberdade, estavam há muito presentes no pensamento político brasileiro. Destacamos que para a consolidação do público à

direita, foi necessária a construção de espaços que permitissem a criação de um elo entre os participantes, uma identificação de ideais. A construção de formação do público posicionado à direita

é um processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 (...). A partir dos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, observa-se a paulatina substituição de uma postura mais contida e técnica por um discurso bem mais agressivo com uma forte pauta moralista. (Casimiro, 2018, p.41).

As condições para a consolidação do público também foi corroborada por Tarde (2005, p.23): *“essa transformação de todos os grupos em públicos exprime-se por uma necessidade crescente de sociabilidade que torna imperiosa a comunicação regular dos associados através de uma corrente contínua de informações e excitações comuns”*. Ao longo de mês de junho, após a explosão da multidão, tais públicos ganham destaque, anunciando a polarização política vista em 2016.

Destacamos ainda que as manifestações se tornaram também uma arena de disputas de narrativas e lutas em torno dos signos tais como cores, bandeiras e objetos. Tais signos permitiram criar um elemento de identificação, criando o sentimento de pertencimento, que torna possível afirmar a diferença, ou seja, há uma intenção na exibição dos signos. Assim, passamos a observar não mais uma multidão homogênea, mas uma disputa de públicos envolvendo uma concorrência numérica, no sentido de estabelecer comparação entre as mobilizações, bem como no viés de comportamento (se foi pacífica ou violenta). Assistimos no Brasil recentemente uma luta pelo significado do verde e amarelo, do vermelho, da bandeira nacional e outros objetos, como pontuado anteriormente, ou seja, afetos presentes desde sempre na sociedade e, assim, nessas disputas, os públicos foram se consolidando e se distanciando da multidão,

A despeito de todas as dessemelhanças que observamos, a multidão e o público, esses dois extremos da evolução social, tem em comum o fato de que o vínculo dos indivíduos diversos que os compõem consiste não em *harmonizarem-se* por suas próprias diversidades, por suas especialidades reciprocamente úteis, mas em se inter-refletirem, em se confundirem por suas similitudes inatas ou adquiridas num simples e poderoso uníssono – mas com quanto mais força no público que na multidão! – , numa comunhão de ideias e paixões que dá livre jogo, aliás, a suas diferenças individuais. (Tarde, 2005, pp.28-29)

Gohn (2017, 56p) diz que *“logo após junho de 2013, as manifestações não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa”*. Concordamos com essa afirmativa, pois o que vimos foi a ocorrência de atos pontuais, com pauta específica tanto à direita, quanto à esquerda. Os movimentos sociais que participaram das políticas públicas do Estado, nos anos 2000, não protagonizaram as manifestações no pós - junho de 2013, não formaram novos públicos à esquerda, possivelmente, porque este público estava alinhado ao governo estabelecido. Assim, as instituições e os respectivos canais de representação, atuavam como instância de legitimação e legalização dos objetivos políticos do governo, não conseguindo ter um teor inovador, nem apresentar proposta de uma nova política e como consequência, não formou novos públicos à esquerda. Observando em perspectiva numérica, na gestão PT houve avanço significativo na criação de espaços de participação popular com a criação de treze novos conselhos nacionais e nove que foram reformulados, além da realização de quarenta conferências nacionais e três internacionais. (Bezerra, 2017, pp. 18-22). Entretanto, para os movimentos sociais, a ascensão do PT ao poder executivo federal, significou a inserção de suas lideranças nos órgãos estatais em cargos e funções de confiança, além da ocupação dos espaços institucionais de participação popular (conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos). Neste contexto, a participação das principais lideranças era de caráter colaboracionista, substituindo as estratégias de ação direta e confronto, pela negociação e cooperação, implicando institucionalização de alguns movimentos sociais. O aumento real do salário mínimo, a ampliação do acesso ao crédito e o investimento em obras de infraestrutura estimularam a economia e foram importantes para a incorporação de parte dos trabalhadores brasileiros ao mercado formal de trabalho. Entretanto, a massa de empregos criada caracterizava-se pela baixa remuneração e precariedade, sem uma melhoria substantiva nas condições de vida dos trabalhadores brasileiros que dependem de transporte público e dos serviços públicos de educação e saúde. A situação econômica e social em particular da parcela jovem da população brasileira não se alterou significativamente. Embora essa parcela da população tenha hoje maior escolarização, ela tem trabalhado mais horas, em atividades que não correspondem a sua escolarização, e tem sido mal remunerada. Em linhas gerais, o quadro de deterioração da economia e das condições de vida e trabalho dos brasileiros criou um ambiente para a organização e a mobilização de parcelas significativas da população. (Ferraz, 2019, pp. 346-363).

Outro fator que pode ter contribuído, para não formar novos públicos à esquerda, foram as denúncias de corrupção e a nova conjuntura econômica passou a ser uma

fonte de desgaste e descrença da população no governo e nos políticos, especialmente no governo federal. (Gohn,2017, p.57). Destacamos ainda, que no contexto das manifestações de junho de 2013, foi editada a lei das organizações criminosas (Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013), prevendo que a reunião de quatro ou mais indivíduos, para a prática de crimes cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional, seja autuada como organização criminosa. Assim, se tornou possível acusar os integrantes dos movimentos sociais de formarem uma organização criminosa, pelo simples fato de pertencer ou dirigir algum movimento. Exemplo emblemático ocorreu quando da greve dos professores em outubro de 2013, no Rio de Janeiro, quando a *“Polícia Civil do Rio anunciou que vai usar a nova Lei de Organização Criminosa, (...) e prevê punição de até 13 anos e quatro meses de prisão, para punir as pessoas flagradas em atos de vandalismo durante as manifestações promovidas na capital fluminense”*¹⁶. O evento foi objeto de primeira capa do Jornal O Globo (Figura 8) com a sugestiva e ameaçadora manchete “Crime e Castigo”, informando que durante a manifestação 190 pessoas foram detidas, destas 84 foram presas e 70 indiciadas pela lei das organizações criminosas. Estes motivos parecem ter influenciado a não formação de públicos à esquerda.

¹⁶Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/sindicato-dos-professores-defende-black-blocs-e-avisa-que-vai-criar-sua-autodefesa/>. Acesso em 10/07/2021.

Figura 8 – Greve dos Professores no Rio de Janeiro – 17 de outubro de 2013



Fonte: Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020131017>. Acesso em 10/07/2021.

Na esteira das manifestações de junho de 2013, entendemos também ser oportuno lembrar o episódio da greve dos garis no Rio de Janeiro, em 2014. A categoria, que não se sentia representada pelo sindicato, partiu para um processo de auto – organização, independente do sindicato, elegendo os representantes da comissão de negociação, enfrentando o prefeito, a empresa estatal e a justiça, que considerou a greve ilegal. Mesmo assim, lograram alcançar uma parte de suas reivindicações. Assim, o movimento grevista exigiu capacidade para superar anos de passividade enquanto sujeitos coletivos para uma condição de auto organização, para a luta autônoma e para o movimento nas ruas. De acordo com Silva (2018, p. 98): *“Entre os garis ficou comum repetir: “quando a senzala se revolta, os senhores da casa grande ficam loucos”*. Esta categoria profissional é majoritariamente negra, moradora das áreas periféricas, *“cujo trabalho braçal é constantemente relacionado ao trabalho cativo africano”* Silva (2018, p. 98). A greve foi um instrumento que permitiu romper com a ideia do trabalhador

braçal dócil, uma vez que se rebelaram com a situação. Por isso, essa greve deve ser entendida como

uma greve negra considerando as suas dimensões:

- 1) sociológica, pela composição sócio - racial do garis, uma categoria majoritariamente formada por negros e negras, moradores das favelas e periferias, por homens e mulheres cujo trabalho braçal é extremamente desprestigiado e constantemente discriminado;
 - 2) conflitualidade, pela exigência da insurgência dos garis contra a representação da Comlurb e da Prefeitura, contra a decisão do TRT-RJ e contra a burocracia sindical do Asseio-RJ;
 - 3) dialética na luta de classe, que impôs a necessidade da auto-organização dos garis para a luta e para a resistência;
 - 4) epistemológica, ao exigir novos paradigmas analíticos.
- Silva (2018, p. 99)

Feitas essas considerações, a greve dos garis foi um bom exemplo para mostrar uma ação direta, com adesão social e que foi vitoriosa na sua demanda. No entanto, o movimento foi diluído e não construiu um público à esquerda, ainda que possuíssem a “coesão mental” referida por Tarde. Retomando a dimensão sociológica apontada acima por Silva, destacamos que *“no Brasil, as políticas de ação afirmativa passaram a contar com estatísticas etnorraciais oficiais para justificar sua introdução, orientar sua implementação e monitorar resultados”* (Loveman, 2021, p. 140). Como exemplo de tais ações, no período de 2002-2014, podemos mencionar a expansão ao ensino superior, as políticas redistributivas de renda e ações afirmativas que favoreceram a população negra. Evidenciamos que essas demandas adquiriram visibilidade a partir do censo demográfico, que é a principal fonte de informações para o planejamento de políticas públicas. A partir da redemocratização nos anos 1980, podemos observar a participação de grupos sociais, por exemplo o Movimento Negro, no desenho das pesquisas censitárias, resultando na ampliação de temas e, conseqüentemente, em um leque maior de informações e também na politização da classificação racial. Nesse sentido, Loveman (2021, pp. 139-140), observa que:

Equipados com um corpo crescente de evidências estatísticas de desigualdade etnorracial, ativistas e seus aliados dentro dos governos começaram a pressionar por políticas sociais direcionadas. O registro da desigualdade etnorracial foi base para os apelos aos Estados para complementarem promessas de proteção legal contra discriminação, com medidas proativas, corretivas e reparadoras para reduzir as disparidades existentes de condição e oportunidade. Em contextos em que os atores dos movimentos sociais ou seus aliados ocupavam posições dentro do estado, políticas direcionadas diretamente à desigualdade etnorracial tornaram-se uma prioridade visível.

Além do reconhecimento oficial, a visibilidade contribui para a constituição de novos sujeitos e demandas, além de permitir questionar a construção da nacionalidade. Evidenciamos que no âmbito dos censos, as estatísticas eram utilizadas para justificar um nacionalismo, que buscava uma figura que pudesse representar uma identidade nacional, no caso, o pardo. No contexto da construção da polarização política, a classificação racial foi (re)politicizada pela visão do pardo enquanto um elemento nacional e foi apropriada pelos públicos de direita conservador e nacionalista, que fomentam ressentimento contra as políticas de ação afirmativas, depreciando o Movimento Negro e clamando por uma classificação racial que promova uma *“identidade nacionalista ressurgente que insiste na (re)subordinação de identidades etnorraciais distintas à identificação como brasileira”* (Loveman, 2021, p. 137). Se por um lado, as estatísticas etnorraciais oficiais podem produzir subjetividades que podem se direcionar para configurar-se às categorias oficiais, por outro, podem produzir subjetividades reativas, uma vez que produziram novas subjetividades, fazendo emergir novas identidades *“e demandas na luta política por reconhecimento, direitos e reparação para indivíduos e comunidades historicamente marginalizados – ao mesmo tempo em que alimenta a oposição nacionalista reacionária”*. (Loveman, 2021, p. 137). A subjetividade reativa está inserida em um contexto maior no que diz respeito à transversalidade de temas: por exemplo, no caso de identidade de gênero, se por um lado houveram processos para a estruturação de políticas públicas para a igualdade de gênero, por outro lado, o público conservador de direita criou narrativas para depreciar o Movimento Feminista. Ou ainda, as políticas públicas para o grupo LGBTQI como por exemplo procedimentos médicos para mudanças corporais no Sistema Único de Saúde, as portarias que reconhecem o direito ao uso do nome social ou ainda o casamento homo afetivo produz uma reação à ideia de tolerância sexual.

Neste capítulo, apresentamos elementos que fornecem subsídios para nos auxiliar na comprovação da nossa hipótese *“apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda”*. Assim, analisamos a multidão enquanto categoria analítica e empírica, respectivamente, porém foi necessário inserir os conceitos de público e opinião pública para entender a passagem da multidão para a consolidação de um público de direita. Apresentamos ainda a mobilização e organização da multidão de 2013, que poderia ter dado origem a públicos diferentes, mas originou a emergência de públicos de direita, com novos atores sociais, novas pautas e forma de organização a partir do uso das redes sociais. Destacamos ainda, elementos que foram responsáveis pela construção

da polarização política, com a configuração dos públicos de direita que emergem neste contexto. Assim, no próximo capítulo iremos discutir a sociogênese dos públicos de direita.

Capítulo 2: A sociogênese dos públicos identificados à direita

Em 2013, a insatisfação da sociedade com os serviços públicos, infraestrutura, segurança, representatividade política e corrupção do governo era grande. Por um lado, estavam aqueles que defendiam a melhoria dos serviços públicos; de outro, aqueles que se sentiam prejudicados e/ou ameaçados pelas mudanças sociais promotoras de inclusão social que vinham ocorrendo desde 2002. Assim, havia uma insatisfação generalizada na sociedade, agravada pelos veículos da mídia tradicional, que foram responsáveis, em grande parte, para a formação de públicos alinhados à direita, como diria Tarde,

Eu (...) lerei em meu jornal... E é assim que, pouco a pouco, os públicos aumentam enquanto que as multidões diminuem e diminuí mais rapidamente ainda sua importância. (...) As grandes conversões de massas, hoje, são os jornalistas que as realizam. (2005, p.28)

Lembramos que para este autor, antes da imprensa, o que existia eram *“milhares de opiniões separadas, sem nenhum vínculo”* (Tarde, 2005, p. 65). Para a formação do referido vínculo, a imprensa teve papel determinante uma vez que permitiu a associação de pessoas que nunca se conheceram. De outro viés, eliminou as circunstâncias que permitiam aos governantes um poder absoluto, uma vez que a informação deixou de ser fragmentada. Assim,

O jornalismo é uma bomba aspirante-premente de informações que, recebidas de todos os pontos do globo, cada manha, são, no mesmo dia, propagadas a todos os pontos do globo no que elas têm ou parecem ter de interessante ao jornalista, tendo em vista o objetivo que ele persegue e o partido do qual é a voz. (Tarde, 20005, p. 69)

Os jornalistas têm controle efetivo sobre os meios de comunicação social e utilizam das novas tecnologias da comunicação como as redes sociais para formarem a opinião pública, a partir de uma opinião individual. Assim, os públicos caracterizam-se por constituir um espaço ideal para a disseminação de informações e sentimentos comuns. Destacamos que a hipótese da pesquisa é que, apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda. Nesse contexto, é relevante entender que os afetos têm relação com a gênese dos públicos e também com as multidões. Na perspectiva contemporânea, a multidão se caracteriza pelo ajuntamento de pessoas, de forma não artificial, mobilizadas em torno de pelo menos um interesse comum, que compartilham

um sentimento de solidariedade, mas mantêm a convicção de suas identidades singulares, possuindo consciência de sua força política e dela faz uso na direção de seus propósitos. (Hardt & Negri, 2005, pp 9-17). Sua constituição se opera também pela circulação de afetos, os quais convergem, potencializando a energia e gerando ações efetivas, como por exemplo a institucionalização de duas reivindicações: a Lei nº 12.858 de setembro de 2013, que determinou a destinação dos *royalties* do petróleo para os setores de educação (75%) e saúde (25%), respectivamente, e a Proposta de Emenda Constitucional nº 90 / 2011, que previa a inclusão do transporte no grupo de direitos sociais estabelecidos pela Constituição Federal, foi votada e aprovada em dezembro de 2013, além da redução da tarifa dos transportes públicos. A maneira de noticiar as manifestações e os discursos produzidos levaram os corpos a sentirem a situação de determinada forma, temendo as possíveis consequências. Assim, *“uma máquina de medo e ressentimento foi colocada em funcionamento”*¹⁷. Como vimos no primeiro capítulo, a mídia construiu uma atmosfera de medo, um afeto político que está diretamente ligado à questão dos indivíduos, constituindo um elemento de coesão social, propiciando a formatação um público alinhado à direita. Este público reagiu às políticas afirmativas que vinham sendo implementadas pelo Partido dos Trabalhadores (Doravante PT), uma vez que estas geraram medo de perda do prestígio e da distinção adquiridas, criando forte aversão aos projetos ditos de esquerda. Nesse sentido, *“a principal manipulação é pintar uma “ameaça” desproporcional, criando um medo exagerado em relação à força e aos projetos reais da esquerda”*. (Motta, 2019, p. 20).

Os acontecimentos de junho de 2013 não instituíram uma nova ordem, porém permitiram emergir o afeto do ressentimento, cuja avaliação se expressa da seguinte forma: *“melhor que nada tivesse ocorrido, melhor ter ficado na situação passada, por mais que ela fosse insatisfatória, ou seja, vamos dar um jeito de voltar à antiga morada, mesmo que ela esteja em ruínas”*¹. Tais afetos, medo e ressentimento, sempre estiveram presentes na sociedade, assim como o grupo da “direita”, como nos diria Miguel (2018, p.17) *“nunca esteve ausente da política brasileira”*, e os diversos elos de formação desse grupo sejam liberais, conservadores, autoritários, fundamentalistas dentre outros também estavam presentes. Como exemplo da presença dos grupos de direita, apresentamos uma análise das narrativas do Instituto Millenium e Instituto Mises Brasil, os quais foram escolhidos em função de sua importância para a conformação

¹⁷Disponível em <http://editoraunesp.com.br/blog/uma-politica-dos-afetos-07-01-2014-13-42>. Acesso em 10/09/21

ideológica dos grupos que, pela primeira vez, tecem suas identidades em torno do seu reconhecimento como “neoliberais”, “libertários” e/ou “anarcocapitalistas”. Examinaremos como, a partir das manifestações de junho de 2013, esses atores ganharam protagonismo, consolidando novos públicos de direita, uma vez que estes conseguiram se institucionalizar, apesar das manifestações terem sido organizadas por grupos alinhados à esquerda. O afeto do medo atinge tanto os grupos alinhados à direita quanto à esquerda. Se, para a esquerda, o medo pode vir da agressividade policial mostrada amplamente na mídia, por exemplo; para a direita há o medo de mudanças implicando uma possível subversão da ordem, ou seja, o medo do rompimento da conduta sedimentadas no passado, gerando incertezas nos indivíduos quanto ao futuro. Assim, como vimos, no pós-2013 surgiram os novíssimos movimentos sociais, cujo início foi viabilizado pela *internet*, que possibilitou criar algumas das condições as quais permitem um movimento sem liderança sobreviver, se organizar, e depois, se expandir. Neste cenário, emergem o Movimento Brasil Livre – MBL e o Vem Pra Rua – VPR, em 2014.

Em 2014, a identificação entre direita e esquerda passa a ser contundente, com símbolos, cores, gritos de guerra e performances levados à rua pelas pessoas, marcando suas insatisfações e as diferenças ideológicas eclodem apontando para a polarização política que se mostrou resistente e, tem conseguido se manter até os dias atuais, perpassando pelas eleições presidenciais de 2014. Para manter a sociedade polarizada, uma das estratégias foi a construção de um inimigo, com os grupos de esquerda se mobilizando contra a proposta neoliberal do PSDB e a direita contra o antipetismo, processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

2.1 – Afetos e a constituição de públicos

As manifestações de junho de 2013 trouxeram posicionamentos à tona, sejam eles alinhados à esquerda com reivindicações de minorias políticas, mediadas principalmente pelos movimentos sem-terra, sem teto, negro, LGBTQIA+ e feminista, sejam por grupos políticos mais alinhados à direita, representados principalmente por conservadores na pauta dos costumes e o empresariado neoliberal. Assim, surge um embate entre esses grupos, uma vez que os primeiros evidenciam potências de transformação, enquanto os segundos pretendiam refreá-las. Ou seja, havia uma dinâmica de conflitos entre forças opostas que ficou evidenciado com a manifestação do dia 17 de junho, que de acordo com Alonso (2017, pp. 51/53), inaugurou a etapa da massificação de 17 a 24 de junho, marcando o início da polarização política.

Como discutimos no capítulo anterior, Alonso (2016), identifica pelo menos três grupos que participaram das jornadas de Junho: o setor dos autonomistas, que liderou a fase da eclosão das manifestações (6 de junho) com o Movimento Passe Livre (MPL), que foi às ruas trazendo formas contemporâneas de protestar, que se caracterizaram por apresentar,

deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performance cênica (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética *punk* (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política. (Alonso, 2017, p.51)

O MPL criado oficialmente em 2005 durante o Fórum Social Mundial (FSM) conta com um expressivo número de ativistas de ensino superior, com idade variando de 16 a 29 anos. Trouxeram para as ruas novidades como a não utilização de carros de som, porém usavam a música em suas performances. Inovaram também com a cor das roupas, que eram preta e branca, com o desenho de uma catraca. Não havia uma liderança declarada e nem um comando centralizado e as decisões eram construídas pelo consenso, ou seja, não aceita “*a questão da representatividade existente entre a maioria dos movimentos sociais, clássicos ou os “novos” movimentos*”. (Alonso, 2017, p. 33); o setor dos movimentos sociais de viés socialista, que marcaram a fase de diversificação dos protestos (11 de junho) e aumentaram as adesões com “*a participação de movimentos tradicionais (feministas, estudantil e negro etc.), sindicatos e pequenos partidos de esquerda (PSTU, PCO, PSOL)*” (Alonso, 2017, p. 51), com bandeiras vermelhas, narrativa redistributiva e organização vertical; por fim, um grupo de manifestantes independentes, que chegaram na última fase das manifestações, sem coordenação explícita ou experiência política, sem símbolos próprios e atraídos pela *internet*, com cartazes, roupas, pinturas no rosto, recuperando os símbolos nacionalistas dos movimentos pela redemocratização e pelo *impeachment* de Collor.¹⁸ Aderiram às manifestações “*torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias – cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia*”. (Alonso, 2017, p. 52). Destacamos que esse último setor fez emergir uma narrativa patriota com o resgate de símbolos, das cores, hino e motes tais como “*verás que um filho teu não foge*

¹⁸ ALONSO, Angela. A política das ruas. Folha, 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/09/1816167-a-politica-das-ruas.shtml>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

à luta” ou “o gigante acordou”. Neste cenário, era possível visualizar inúmeras bandeiras na rua, mas

não era um “todos contra tudo o que está aí”. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto ...) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“CorruPTos”). (Alonso, 2017, p. 52).

Neste contexto, a multidão que havia sido formada em junho de 2013 estava dando origem aos públicos de direita, com elementos de coesão que tinham o viés do conservadorismo moral, com ataques a minorias e proposição de políticas autoritárias, por meio de intervenção militar ou judicial, além da pauta da corrupção, que promoveu o afeto da indignação. Além deste, estava o medo das políticas afirmativas que vinham sendo implementada, levando a classe média às ruas para afirmar suas preferências políticas. Destacamos que esse evento não foi inédito em 2013,

em 1964 apoiaram os militares com João Goulart, em 1968 parte delas estava com as esquerdas contra a ditadura, em 1984 marcharam com as demais forças populares pela democracia, em 1992 expressaram sua indignação moral contra a corrupção, algo que voltaria a mobilizá-las de 2013 em diante. (Cardoso, 2020, p.15)

Apontamos como relevante a ampliação do acesso ao ensino superior de uma camada da população, bem como o incremento ao consumo, que foi chamada de classe “C”, que ascendeu socialmente a partir de 2003. Essa mudança é um aspecto importante para as pessoas que reivindicavam outras formas de atuação política e o reconhecimento de que tais políticas atuavam sobre os corpos, impactando em seus respectivos cotidianos. Por isso, era preciso estar atento a multiplicidade de afetos: emoções, desejos e sentimentos de pertencimento e identidade, pois *“quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos”* (Safatle, 2015, p. 17). Nesse contexto, o corpo se torna produto de afetos, que possui ao mesmo tempo uma realidade física e uma realidade psicológica, implicando em dimensões corporal e mental, respectivamente. As formas de sentir são compartilhadas pelos que afetam e os que são afetados. Safatle (2015, p.23) afirma que *“um corpo não é apenas o espaço no qual afecções são produzidas, ele também é produto de afecções. As afecções constroem o corpo em sua geografia, em suas regiões de*

intensidade, em sua responsividade” (Safatle, 2015, p. 23). As afecções são o corpo sendo afetado pelo exterior, um encontro pontual de um corpo com outro, por isso, são corpos que se relacionam com outros corpos, sofrem alteração gerando afetos que bloqueiam ou potencializam a força de ação. Assim,

podemos pensar a política a partir da maneira como afetos determinados produzem modos específicos de encarnação. Nem todas as corporeidades são idênticas; algumas são unidades imaginárias, outras são articulações simbólicas, outras são dissociações reais. Cada regime de corporeidade tem seu modo de afecção.” Safatle (2015, p.23)

Destacamos, portanto, que essa consideração sobre afeto é importante porque se trata de uma questão relacional entre corpos distintos. Ao considerarmos os acontecimentos de Junho de 2013, aqueles corpos que foram às ruas estavam afetando e sendo afetados concomitantemente. Lembramos que *“o afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo”* (Safatle, 2015, p. 54) que é um laço constitutivo das multidões. De outro lado, o medo é o afeto que constitui os públicos, em especial, os de direita. O processo de emissão/recepção das informações é fundamental para a construção da opinião, independente do meio utilizado, seja pela mídia impressa ou digital, ou até mesmo nas conversas informais, que devem conectar as experiências e afetos individuais com alguma visão de mundo, circunscrita à classe e à identidade do grupo. Assim, podemos entender que as pessoas que estavam nas manifestações, exigindo que suas existências fossem reconhecidas estavam se movendo sob afetos. Por outro lado, no contexto das jornadas de junho, a mídia construiu uma atmosfera de medo, um afeto político que está diretamente ligado à questão dos indivíduos, constituindo um elemento de coesão social. Para Safatle (2015), pensar o medo como *“afeto político central”* (2015, p. 19) está além da simples gestão social do medo. Seria pensar também que o indivíduo possui interesses que necessitam ser defendidos *“como fundamento para os processos de reconhecimento”* (2015, p. 19).

Entendemos que os afetos resultam de articulações, por isso não podem ser limitados à conjuntura econômica, ao mesmo tempo em que não são explicáveis somente pelo contexto social mais geral. Nas manifestações de junho de 2013, foi a disseminação do medo como afeto, um dos elementos que permitiu articular as esferas estatais, econômicas e de comunicação, enraizando-se no cotidiano vivido, construindo a polarização política. Assim, o medo enquanto afeto político *“tende a construir a imagem da sociedade como corpo tendencialmente paranoico, preso à lógica securitária do que deve se imunizar contra toda violência que coloca em risco o princípio unitário*

da vida social". (Safatle, 2015, p.24). Caminhar no centro do Rio de Janeiro, durante as manifestações, evocou afetos que podem parecer contraditórios. Um deles foi o medo aflorado pela intervenção da polícia, que utilizou bombas e cavalos, causando o sentimento de desamparo e insegurança. Era a expectativa do mal acontecer, pois

Um corpo político produzido pelo desamparo é um corpo em contínua despossessão e des-identificação de suas determinações. Corpo sem eu comum e unicidade, atravessado por antagonismos e marcado por contingências que desorganizam normatividades impulsionando as formas em direção a situações impredecadas. Por isso, o desamparo produz corpos em errância, corpos desprovidos da capacidade de estabilizar o movimento próprio aos sujeitos através de um processo de inscrição de partes em uma totalidade. Safatle, 2015, p. 26).

De outro lado, as manifestações trouxeram um horizonte de expectativas de atendimento às demandas apresentadas durante as manifestações, principalmente, com a redução das tarifas de transporte público. Havia um afeto capaz de potencializar a imaginação das pessoas, a esperança:

Imagina-se, por outro lado, que a esperança seria o afeto capaz de se contrapor a esse corpo paranoico. No entanto, talvez não exista nada menos certo do que isso. Em primeiro lugar, porque não há poder que se fundamente exclusivamente no medo. Há sempre uma positividade a dar às estruturas de poder sua força de duração. Poder é, sempre e também, uma questão de promessas de êxtase e de superação de limites. Ele não é só culpa e coerção, mas também esperança de gozo. (Safatle, 2015, p. 24).

O fato é que o medo sobrepujou a esperança. Medo este criado a partir de uma ilusão, uma promessa perdida. Uma perda que foi paralisada na mente do individuo e que foi reiterada pela mídia convencional e redes sociais, criando um elemento de coesão social capaz de formatar um público posicionado à direita, como tentaremos mostrar na sequência

2.2 - Os públicos identificados à direita anteriores a 2013.

Existe um entendimento de que os grupos tradicionalmente reconhecidos como de direita são aqueles compostos pelos donos dos meios de produção, preocupados em defender seus interesses utilizando do poder que possuem para influenciar as instituições públicas e, que sempre atuaram na esfera política. Esta percepção não é equivocada, mas *"a ausência de um olhar mais interessado por sutilezas e tons de cinza*

impossibilita uma melhor compreensão sobre quem são e como agem as direitas, especialmente tendo em vista o papel desempenhado pela militância no processo político". (Rocha, 2018, p.47). Assim, na realidade, não devemos falar de um público posicionado à direita, mas de públicos: um deles seria aquele formado por *"capitalistas, grandes empresários, investidores, latifundiários e uma elite econômica voltada para seus interesses materiais (...) fazendo uso do poder de influência junto ao Estado, às igrejas, à grande mídia e, (...) aos militares"*. (Rocha, 2018, p.47).

Em uma primeira análise, poderíamos associar os públicos de direita à posse de recursos financeiros robustos, circunstância esta que seria responsável pelas condições materiais para o êxito da consolidação desses públicos. Destacamos que para a formação desses públicos, outros fatores devem ser considerados, tais como a construção de uma identidade coletiva criada a partir das interações e conflitos entre grupos sociais e, principalmente, as mudanças nas estruturas de oportunidades que favorecem a ação de um determinado grupo. Nos últimos anos, Rocha (2018, p.48) destaca *"a habilidade no uso das mídias sociais"*. Entretanto, entendemos que não devemos imputar o avanço dos públicos de direita exclusivamente aos acontecimentos das jornadas de junho de 2013, uma vez que trata-se de um *"processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma das suas manifestações, (...) o surgimento de um novo modus operandi de ação político-ideológica"*. (Casimiro, 2018, p.41)

No início dos anos de 1980, no contexto do processo de redemocratização do país, foram criadas organizações com o intuito de divulgar os ideais dos grupos posicionados à direita. Assim, apresentaremos de forma sucinta as organizações que foram criadas com intuito de difundir tais ideais:

- a. Em 1983, o Instituto Liberal, que de acordo com *site*¹⁹ tem como missão *difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade*. As ações do instituto contemplavam publicações de livros, palestras, seminários, e após 2013 também passou a incluir avaliações diárias dos acontecimentos nas mídias digitais;
- b. O Instituto de Estudos Empresariais (IEE), criado em 1984, de acordo com o *site*²⁰ tem como missão *"formar lideranças empresariais que se comprometam*

¹⁹ Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>. Acesso em 10/04/2021.

²⁰ Disponível em: <https://www.iee.com.br/quem-somos>. Acesso em 10/04/2021.

- com o modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais, subordinadas ao Estado de Direito*”, também é responsável pela organização do Fórum da Liberdade em 1988 que para Casimiro (2018, p. 42) é um dos *“mais importantes eventos da agenda de direita no Brasil”*;
- c. Os grupos econômicos industriais, em fins da década de 1980 e início de 1990, foram responsáveis pela produção de consenso sobre as reformas neoliberais. Para isso, foram criados: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), em 1989 e o Instituto Atlântico, em 1993. Ambos os Institutos têm discursos fundamentados em valores de uma economia de mercado, por um lado; por outro *“estão essencialmente entranhados na estrutura institucional do Estado”*. (Casimiro, 2018, p.42);
 - d. O Instituto Millenium, criado em 2007, é uma entidade sem vinculação político-partidária, que conta com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, que promovem valores e princípios que garantem uma sociedade livre, com liberdade individual, economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito²¹;
 - e. O Grupo de Líderes Empresariais (Lide) foi criado em 2003. Tem como um de seus objetivos reunir recursos para atuação política de empresários, como ocorreu nas campanhas político-eleitoral do próprio presidente do grupo, João Dória. (Casimiro, 2018, p.43);
 - f. Movimento Brasil Competitivo (MBC), fundado em 2001 *“leva para a sociedade civil o plano do governo de promover a competitividade e reformar o Estado”*²². Uma das principais pautas é a redução do Estado e o modelo privado de gestão como *“proposta modernizadora”*. (Casimiro, 2018, p.43);
 - g. Instituto Mises Brasil (IMB), criado em 2010, *“é uma associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”*²³. Defendem a economia de mercado e a propriedade privada, além de fazer oposição às intervenções estatais nos mercados e na sociedade;
 - h. Estudantes pela Liberdade (EPL), fundado em 2012, tem sua atuação voltada ao público jovem e universitário. Apoiava propostas liberais para o mercado e

²¹Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em 10/04/2021.

²² Disponível em: <https://www.mbc.org.br/sobre-o-mbc/>. Acesso em 10/04/2021.

²³ Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em 10/04/2021.

- atuação do Estado na economia, Estado mínimo e fim do financiamento de políticas públicas redistributivas. (Gohn, 2017, p.46);
- i. Igrejas evangélicas, que se tornaram uma força política no Brasil, a partir dos anos 1990, com o investimento “*das igrejas neopentecostais em prol da eleição dos seus pastores*”. (Miguel, 2018, pp. 20-21);
 - j. Clube Militar – Fundado em 1887, tem como principais objetivos “*estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das Forças Armadas*”, “*defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos*” e “*incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar*”²⁴.

As organizações supracitadas nos permitem verificar a existência de públicos de direita, anteriores a junho de 2013, que apesar de não constituírem um grupo homogêneo, apresentam algumas características em comum tais como: valorização da economia de mercado, Estado mínimo e forte pauta moralista dentre outras. Assim, recorreremos mais uma vez a Tarde (2005, p. XXX), pois para esse autor, as ideias já existiriam na sociedade, porém de forma difusa e seriam apropriadas por um “inventor”, que as mobilizaria de uma forma inovadora. Assim, as ideias de um mundo idealizado do passado e da tradição, dos valores nacionalistas e religiosos ou, ainda, da minimização do poder estatal e o livre mercado, como forma de redução da pobreza e da garantia da liberdade estavam presentes no pensamento político brasileiro. Tais ideias permitem a construção de um fio condutor que possa gerar vínculos, que para Tarde é

(...) a consciência que cada um deles possui de que essa ideia ou vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por estes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante. (Tarde, 2005, p. 7).

A citação supra apresentada indica a construção de um público, pois a linha que une os indivíduos é a percepção de que sua ideia é compartilhada, ao mesmo tempo, por outras pessoas, e esse conhecimento é determinante para que se tenha eficiência

²⁴ Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/clube_militar. Acesso em 01/12/2021.

nesta construção. Outra ideia contida na citação acima, é sobre a motivação de cada indivíduo. Entendemos que o conceito de público deve estar relacionado a um “conjunto de destinatários de algo”²⁵, assim, uma ideia em comum precisa ser transportada por grandes distâncias para estabelecer “entre as pessoas de um mesmo mundo certo vínculo social e supõe entre elas afinidades que esse vínculo estreita e acentua”. (Tarde, 2005, p. 20).

Como mencionado anteriormente, não podemos imputar somente aos recursos financeiros o sucesso dos públicos de direita. A origem da constituição deste público está relacionada à diversas motivações (culturais, políticas dentre outras) que criam vínculos e afetos permitindo uma comunhão de ideias e valores que são partilhados entre seus membros. Para que isso ocorra são necessárias algumas condições como, por exemplo a troca de informação entre os integrantes sobre assuntos de interesse em comum, que permitam a construção de opinião sobre o tema, para isso é necessário possuir uma rede de disseminação de informações, pois não há necessariamente presença física e, também, por possuir afetos em comum. Nesse sentido, a comunicação é uma ferramenta que permite ao público ter grande capacidade de influência, buscar homogeneidade, ser duradouro e ampliar a interação, pois “o agrupamento social em públicos, é aquele que oferece aos caracteres individuais marcantes as maiores facilidades de se impor às opiniões individuais originais as maiores facilidades de se expandir”. (Tarde, 2005, p. 22).

No intuito de melhor entender a conformação ideológica dos públicos de direita, selecionamos as narrativas discursivas de duas organizações posicionadas à direita anteriores a 2013, quais sejam: Instituto Millenium e Instituto Mises. Além do posicionamento ideológico, tais Institutos tem significativa capilaridade nas redes sociais: o primeiro, tem 406 983 mil seguidores no *facebook* e 53,7 mil inscritos em canal do *youtube*, totalizando quase 4 milhões de visualizações, desde 2008; o segundo, tem 275 393 mil seguidores no *facebook* e 53,7 mil inscritos em canal do *youtube*, totalizando quase 4 milhões de visualizações, desde 2015. Selecionamos um artigo de cada Instituto relacionados aos eventos das jornadas de junho de 2013. O primeiro deles, em 06/08/13, publicou uma matéria intitulada “Jornadas de Junho: Uma causa não percebida”²⁶. Nesta, são apontadas possíveis causas para a emergência dos eventos. Para o autor da matéria, as pautas relacionadas à corrupção e à qualidade dos serviços

²⁵ Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/multidao/>. Acesso em 10/04/2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/jornadas-de-junhi-uma-caoa-percebida/>. Acesso em 12/04/2021.

públicos não seriam a razão para a explosão da multidão, pois a população convive com este cenário há décadas, mas haveria uma causa que precisa ser considerada “a consciência da população, especialmente, da classe média, sobre a alta carga tributária brasileira”. O autor indica a formação da Associação da Classe Média (Aclame), que iniciou um movimento pela “conscientização tributária” no Brasil seguida por ações que “ganharam apoio do noticiário a adesão da sociedade(...). Hoje a imensa maioria da população sabe que paga muitos impostos e que os governos gastam mal nosso dinheiro”.

O autor afirma ainda que antes do PT assumir o poder era esse partido, junto com sindicatos e movimentos sociais, que encaminhavam as demandas da sociedade, que eram “traduzidas em pautas econômicas dirigidas aos governos”. Com o referido partido no poder, este “estatizou esses movimentos e organizações, seja cooptando suas lideranças com cargos no Estado, seja comprando seu apoio com a farta distribuição de dinheiro público”. Esta conta foi paga pela classe média, que “foi excluída das bolsas estatais distribuídas para os de baixo e os de cima da pirâmide social, a classe do meio, indignada foi às ruas”. Pressupomos que a classe média a qual se refere o autor se refere seja aquela que de acordo com Lamounier e Souza *apud* Singer (2014, p.14) “está estabelecida como tal há pelo menos uma geração, ou seja, que já tem acesso a determinados bens e serviços desde os pais”. Para essa classe social, “os apelos do centro e da direita fazem mais sentido do que os da esquerda, embora não se possa descartar que parte dela se incline para valores progressistas.” (Singer, 2014, p.10). As classes médias podem ser delimitadas em função da posição que ocupam na divisão social do trabalho. Assim, poderíamos falar de uma classe média alta, uma “média” e uma baixa²⁷. Esses segmentos da classe média são sensíveis às questões afetas a construção e proteção de suas posições, proteção do risco de proletarização e proteção contra a desclassificação, tenderiam a posições mais conservadoras (Cardoso, 2020, pp. 19-28). Com a ascensão econômica de uma faixa, que até então,

²⁷ Classe média alta – posição ocupada pelos gerentes, profissionais liberais assalariados das empresas e do serviço público, profissionais graduados da função pública, profissionais que dirigem os próprios empreendimentos (escritórios e consultórios). Distingue-se das classes superiores por não serem proprietárias de grandes negócios;

Classe média “média” - professores e instrutores em geral, profissões intermediárias administrativas da saúde e do trabalho social, técnicos em geral e agentes de supervisão do trabalho manual. Distingue-se das classes médias altas por sua menor autonomia e qualificação profissional e das classes médias baixas por suas posições mais idealmente mais estáveis, ou mais distantes dos riscos de proletarização;

Classe média baixa – assalariados e agentes pouco graduados dos serviços em geral. Ocupam posições não manuais menos qualificadas e de rotina e, no setor privado, de maior rotatividade o que as torna mais vulneráveis, mas distinta classe operaria e demais classes populares. (Cardoso, 2020, p. 24-25).

estava excluída do mercado, a ideia de classe média fica mais complexa. Não podemos negar a constatação da expansão do consumo, que derivou da conjunção de fatores, como por exemplo:

a geração de 20 milhões de empregos formais entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014; o aumento da renda do trabalho (...); o aumento real de 100% do salário mínimo entre janeiro/2003 e janeiro/2015, que beneficiou diretamente servidores públicos das regiões mais pobres do país (...), parte expressiva dos aposentados e pensionistas (...), além dos assalariados formais que têm essa renda; o aumento da renda de ocupações por conta própria, resultante do aumento da massa salarial e da capacidade de consumo dos assalariados; as transferências de renda por meio de políticas públicas como o Bolsa Família (...); e os mecanismos variados de crédito ao consumidor, que permitiram aos trabalhadores de menor renda acesso a bens de consumo duráveis, entre eles automóveis e (...), a casa própria. (Cardoso e Préticalle, 2017, p. 985)

Destacamos que as políticas redistributivas de rendas aliadas a baixa taxa de desemprego permitiram a emergência de um segmento da sociedade que tivessem acesso a bens e serviços, fazendo emergir na sociedade, o que vários estudiosos denominaram como classe “C”, ou ainda, uma nova classe média. Ainda que seja um conceito controverso, nos apropriamos da análise de Cardoso e Préticalle (2017) para entender a mobilidade que ocorreu entre os estratos. Diante da dificuldade de atribuir o arranjo familiar a uma única classe, uma classe “pura”, os referidos autores definem família de classe média como aquela na qual ao menos um dos membros pertença a um dos três estratos definidos (média alta, média ou baixa). Assim, sistematizaram e analisaram dados obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014 e infere que pouco mais de 72% das famílias são “puras” (incluindo-se as famílias rurais), isto é, apenas um dos membros trabalha, ou os membros que trabalham pertencem à mesma classe, definindo sem ambiguidade a classe à qual devemos atribuir a família: 1,2% são da classe superior pura, 12,2% são classe média pura, e 48,4% popular pura; desconsiderando-se as famílias nas quais todos os membros estão fora da População Economicamente Ativa (PEA) ou desempregados ou sem informação, os demais 17,5% de famílias são híbridas, com pelo menos dois de seus membros em classes distintas. As famílias híbridas que incluem ao menos um membro das classes médias congregavam 16,7% dos brasileiros em 2014 no Brasil e, se somadas às famílias de classe média “pura” (12,2%), chegava-se a quase 29% das pessoas. Os autores apontam quase metade das classes médias puras (47%) estão de fato na classe “C” de renda, o que poderia advir do acúmulo de renda auferida pelas pessoas ocupadas na família ou por um rendimento próximo a três salários mínimos

daquele ano. Por isso, os autores entendem que não devem ser caracterizados como “nova classe média”, assimilando essas categorias populares não pobres ou menos pobres a categorias como professores, enfermeiros, profissões administrativas ou técnicas das empresas etc. Estas verdadeiras classes médias, parte das quais são efetivamente novas, de fato existem e têm um tamanho não negligenciável, porém menor do que “classe C”, que congregou 45% dos brasileiros em 2014. (Cardoso e Préticalle, 2017, pp 996-999).

Ainda sobre o artigo do Instituto Millenium, o autor acredita no “mito da horizontalidade” da *internet*, que “proporcionou à sociedade libertar-se do jugo dos aparelhos paraestatais de controle social (partidos, sindicatos, ONGs)”, como foi discutido no Capítulo 1. O discurso ainda remete para as ideias de privatização e Estado mínimo: “*Supor que rodovias estatais sem pedágio terão melhor qualidade e investimentos adequados do que se forem privadas e pedagiadas é de uma ingenuidade infantil*”.

O Instituto Mises, em 29 de junho de 2013, publicou uma matéria intitulada “*O brasileiro foi às ruas e gostou - mas continua sem entender nada*”²⁸. Nesta, o articulista trata as jornadas de junho de 2013 como uma multidão que explode cuja força não pode ser controlada por qualquer regramento, chamando a atenção para o caráter irracional da multidão. Sobre os grupos que participaram das jornadas, a matéria destaca: (...) *há desde libertários pedindo redução de impostos, livre concorrência e desregulações a grupos comunistas pedindo a estatização geral do transporte público*. Este fragmento aponta para a construção do inimigo (assunto tratado com mais detalhe no item 2.3). A opinião disseminada pelo Instituto Mises sugere que as ações na jornada eram contra a ordem estabelecida, como corroborado pelas frases abaixo:

grupos que fecham estradas pedindo a construção de viadutos, (...) grupos que fecham avenidas exigindo maiores salários para professores e médicos, e mais recursos direcionados para a saúde e a educação. (...) estudantes universitários pedindo (...) maior valor para as bolsas, e há professores universitários querendo que seus salários sejam equiparados aos dos professores das “universidades de ponta”. Há alienados que manifestam apenas pelo prazer de segurar um cartaz (...) e há espertalhões que utilizam estes alienados para aumentar o coro em prol de suas reivindicações. (...) O outro grupo é formado por arruaceiros — que são formados por marginais oriundos de todas as partes do país — que

²⁸ Disponível em: <https://mises.org.br/article/1635/o-brasileiro-foi-as-ruas-e-gostou--mas-continua-sem-entender-nada>. Acesso em 12/04/21.

estão ali apenas pelo prazer de vandalizar e destruir propriedade privada.

As ideias expressas nas frases acima permitem perceber a construção de um elo de ligação, neste caso a natureza violenta das manifestações, como nos ensina Tarde (2005, p. 51) *“As multidões não são apenas crédulas, são loucas. Várias das características que observamos nelas são as mesmas dos pacientes de nossos hospícios: hipertrofia do orgulho, intolerância, imoderação em tudo”*. Nesse sentido, o Instituto em tela dissemina opiniões que contribuem a consolidação de um elo entre as pessoas visando a formação de um público. Uma outra opinião que fica bem clara é quanto a defesa do Estado mínimo:

Se uma geração de jovens entender que não deve depositar no governo suas esperanças de uma vida melhor, então as manifestações terão gerado resultados positivos. Para que isso ocorra, é essencial que grupos pró-liberdade e pró- livre mercado se aproveitem desta oportunidade para difundir a mensagem de que menos governo e menos burocracia geram mais liberdade e mais prosperidade. Isso sim poderia gerar efeitos positivos.

Os discursos dos respectivos Institutos colaboraram para que as pessoas começassem a discutir assuntos de seu interesse, formassem opinião e se posicionassem sobre eles, pois nem todos estiveram presentes nas manifestações, Lippmann (2010, p. 37) nos ensina: *“Teremos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele”*. Assim, as imagens construídas são suas opiniões públicas, consonante com Lippmann (2010, p. 40) *“aquelas imagens são feitas por pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas”*. A partir dessas considerações, fica evidente que a formação de cada opinião resulta na consolidação da opinião pública, que é viabilizada por uma rede de influência cujo início ocorre com o indivíduo recebendo informação dos diversos meios e, de posse de seus repertório e subjetividade, discute o assunto com outras pessoas, contribuindo para a formação de discursos, podendo influenciar no sistema político.

Observamos que esses grupos já eram organizados antes de 2013 e seus interesses eram representados por associações de classe e partidos políticos. Podemos identificar também, trabalhadores precarizados (precariado), o grupo dos religiosos, incluindo tanto evangélicos, quanto católicos no que diz respeito à pauta moral, que se identificavam em posição à direita. Assim, como nos ensina Cepêda, (2018, p. 44) *“o amplo espectro da direita é realmente amplo, incluindo as variantes de modelos mais*

radicalizados (nazismo, fascismos), reacionários, autoritários, conservadores, até posições mais progressistas do liberalismo clássico (de tipo humanista)". Não podemos perceber a direita como um bloco homogêneo, sem atentarmos para suas cores e nuances que contêm *"formulações contraditórias e por vezes antagônicas"* (Cepêda, 2018, p. 50). O fato é que, a partir de 2013, surgiram grupos sociais de posição mais à direita, que se configuram como uma nova força de ocupação das ruas, porque visualizaram uma grande chance de protagonizar o cenário político e demonstrar sua insatisfação.

2.3 – Novos atores identificados à direita e suas demandas.

Como dissemos mais acima, o medo é um afeto político que atua tanto sobre os públicos posicionados à esquerda, quanto à direita. Para os primeiros, o medo é construído a partir da *"difusão de métodos de brutalidade"* utilizados pela força policial. Para a direita, pode vir com uma crise econômica, medo de perder o emprego, há o medo das mudanças, da *"falta de ordem"*. (Solano, 2020). Nesse contexto, podemos entender que o rompimento da conduta do passado pode gerar incertezas nos indivíduos quanto ao futuro. Por outro lado, também pode permitir ter maior controle social sobre suas vidas, produzindo uma atitude transformadora em relação ao futuro. Dessa forma, poderia se emancipar das desigualdades, exploração e opressão, a partir da ideia de *"política emancipatória"*, definida por Giddens (2002, p.194) como *"uma visão genérica interessada, acima de tudo, em libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida"*.

A *"política emancipatória"* teria por objetivo buscar libertar os indivíduos da exploração e também da desigualdade de oportunidades e possibilidades de vida. Isso implicaria, em ações que de acordo com Giddens (2002, p.195) seriam *"adoção de valores morais (...) e tornar imperativos os valores de justiça, igualdade e participação"* que, assim, ganham preeminência na esfera pública. Cumpre observar que a *"política emancipatória"* implica em ter conduta que busque por liberdade, combatendo a exploração e a opressão emitida por indivíduos, grupos sociais ou, até mesmo instituições. Entretanto, tal política *"opera com uma noção hierárquica do poder"*, como diria Giddens (2002, p.197), ou seja, os grupos sociais têm suas capacidades limitadas dentro de determinada estrutura. Ainda assim, a *"política emancipatória"* é importante por conta das desigualdades materiais que crescem em escala global no capitalismo. Dessa forma, seria um degrau para se chegar à *"política-vida"*, definida por Giddens (2002, p.197):

(...) refere-se a questões políticas a partir de processos de autorrealização em contextos pós-tradicionais, onde as influências globalizantes penetram profundamente no projeto reflexivo do eu e, inversamente, onde os processos de autorrealização influenciam as estratégias globais.

A “política-vida” está inserida no âmbito do que Giddens (2002, pp.10 - 11) denominou “modernidade alta” ou “tardia” ou “reflexiva”, para indicar que os princípios e características da Modernidade permanecem até aos dias atuais. Nesse sentido, sem a referência a tradição, o indivíduo estaria imerso em um mundo de diversidades e possibilidades de escolhas, como aponta Giddens (2002, p.200): *“Como o eu, o corpo não pode mais ser tomado como uma entidade fisiológica fixa, mas está profundamente envolvido na reflexividade da modernidade”*. O mesmo autor avalia que *“O corpo, como o eu, torna-se o lugar da interação, apropriação e reapropriação, ligando processos reflexivamente organizados ao conhecimento especializado sistematicamente organizado.* (2002, p.200). No que diz respeito às manifestações, os corpos assumem determinadas relações de poder e de identificação de grupos. Nas ruas, os corpos estavam mobilizados, utilizavam de cores e acessórios para resistir e afirmar seu posicionamento político.

Safatle (2015, pp. 22/27) entende que as metáforas do corpo político buscam a coesão social orgânica, além de indicar a natureza das afecções, que nos orientam na forma de agir em determinadas situações, considerando que o medo é o principal afeto político e que está ligado diretamente aos indivíduos, este é *“indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento”*. (p. 19). Assim, as metáforas do corpo político ajudam a compreender que não há política sem a personificação da vida social e seus conjuntos de relações, afetando os sujeitos que compõem o corpo político, criando e sustentando os laços que se formam.

O contexto da modernidade tardia apresenta muitos desafios, como por exemplo a busca de soluções para problemas envolvendo a superação das desigualdades e da exploração, bem como a construção de princípios éticos e morais, que envolvam as dimensões locais/globais, permitindo que as mudanças possam ocorrer na sociedade. Assim, para o exercício da “política-vida” são necessárias muitas mudanças, que podem acontecer por meio do embate político, em um ambiente de tensão social. Giddens (2002, p.208) aponta um possível caminho:

Os movimentos sociais desempenharam um papel básico trazendo questões da política-vida para o primeiro plano, e forçando-os à atenção pública. Que esses movimentos sejam arautos de mudanças organizacionais nos domínios da atividade política é discutível.

Esta poderia ser uma forma de trazer à tona da sociedade os conflitos existentes na estrutura social derivados das contradições de classes e questões identitárias. Na medida em que tais movimentos conquistam direitos sociais, uma parcela da sociedade tem a percepção de desordem, de caos, levando a uma ansiedade em viver de forma relativamente segura, ou seja, busca-se por uma *segurança ontológica*, que para Giddens (2009, p.444) é “*a confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do self e da identidade social*”. A necessidade de segurança ontológica leva os atores a organizar as relações sociais de forma a estabelecer uma determinada rotina em possa viver em sociedade com relativa confiança e previsibilidade, sem caos que para Giddens (2002, p. 40) “*não é só a desorganização, é a perda do sentido da realidade mesma das coisas e das outras pessoas*”.

Quando a segurança ontológica se encontra ameaçada, o rompimento das rotinas sociais nela baseada pode acarretar em um ambiente propício para a proliferação de lideranças autoritárias ou populistas, gerando um público que vai se identificar com esse discurso, com o líder. Esse público passa a enaltecer um retorno ao passado, em busca de uma suposta segurança, apegando-se a valores considerados tradicionais como a família, por exemplo. Assim, o público de direita, ligado pela valorização do tradicionalismo, este no sentido de ser possível resgatar uma origem, como se fosse possível mudar o curso da história, como se a modernidade deixasse de existir. Interessante observar o quanto esse discurso de valores tradicionais podem ser eficazes em termos de mobilização, como nos diria Adorno (2018, s/p):

O padrão reaparece nos discursos dos demagogos fascistas americanos, que nunca apelam à consciência própria de seus potenciais seguidores, mas invocam incessantemente valores externos, convencionais e estereotipados, os quais são tomados como certos e tratados como autoritariamente válidos sem jamais serem submetidos a um processo de experiência viva ou a um exame discursivo. (...) geralmente exibem crenças em valores convencionais, em vez de tomarem decisões morais próprias, e consideram correto “o que está sendo feito”. Por meio da identificação, elas também tendem a se submeter ao eu do grupo às expensas de seu próprio

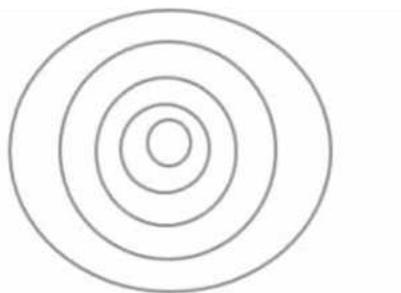
ideal do eu, o qual acaba virtualmente fundido com valores externos.

Neste contexto de modernização tardia, a mídia desempenha um papel primordial, ajudando a separar as esferas de tempo - espaço, do local - global, fazendo com que as informações deixem de ter hierarquia, e se tornem em sua maioria contraditórias. As novas tecnologias de comunicação geram o efeito de familiaridade com fatos e acontecimentos profundamente distantes da vida do indivíduo, no qual os fatos viram, inclusive, marcadores sociais de espaço e tempo. (Giddens, 2002, pp.208-212). Nos cenários políticos brasileiro e internacional observou-se, na última década, a emergência de um fenômeno denominado como “nova direita”, com estratégias diferentes das empregadas até então, envolvendo “*as mobilizações de massa, o recurso aos meios de comunicação das mídias sociais e os mecanismos da guerra híbrida*” (Cepêda, 2018, p. 52).

A *guerra híbrida* é a combinação entre *revoluções coloridas* e *guerras não convencionais*. Neste novo modelo de guerra, as chamadas revoluções coloridas²⁹. Em tese, se caracteriza por manifestações que usam resistências que não são violentas ao governo de um Estado Nacional. Não sendo suficiente para derrubar e substituir o governo, avança-se para o estágio da guerra não convencional³⁰. (Korybko, 2018, p.10). Assim, podemos considerar que na guerra híbrida os agressores tem por objetivo desestabilizar a ordem vigente em um Estado nacional. Para o coronel das Forças Aéreas John Warden, o criador do conceito estratégico dos cinco anéis, existem cinco centros de gravidade principais que mantêm uma força adversária unida. Partindo do anel mais externo (como mostrado na sequencia), teríamos População, Mídia (internacional), Elite nacional, Forças Armadas/Polícia e Liderança. (Korybko, 2018, p.30).

²⁹ São aquelas largamente planejadas anteriormente e utilizando ferramentas de propaganda e estudos psicológicos combinados com o uso de redes sociais – consistem em desestabilizar governos por meio de manifestações de massas em nome de reivindicações abstratas como democracia, liberdade etc.; elas são a fagulha que incendeia uma situação de conflito interno. A revolução colorida é o golpe brando. (Korybko, 2018, p.10).

³⁰ São aquelas combatidas por forças não regulares, sejam guerrilhas, milícias ou insurgências. Este é o momento do golpe rígido. (Korybko, 2018, p.10).



De acordo com Korybko (2018, pp. 20-40), o anel mais externo (população) se une ou, pelo menos, dá a impressão de união para atingir diretamente o núcleo, anel interno (liderança – governo), driblando os demais. Se as Forças Armadas/Polícia vierem ao socorro da liderança e forem bem-sucedidas em repelir a ofensiva, está montado o cenário para uma guerra não convencional. A elite é o terceiro anel mais profundo porque tem o poder de influenciar a mídia e a população, mas em geral é incapaz de induzir as Forças Armadas ou a Polícia. As mídias internacional e nacional têm graus variantes de importância dependendo do Estado-alvo, mas ambas têm efeito sobre a população. No Brasil, a guerra híbrida, começou no núcleo militar e depois se espalhou. Para estes militares a guerra híbrida era realizada pelo PT (e esquerda em geral), que era o Governo. Na articulação do golpe de 2016, vários atores que se consorciaram, quais sejam, Poder Judiciário, imprensa, empresariado, mercado, classe média, igrejas, milícias, políticos. De certa maneira, foi revelador que os militares tivessem encontrado eco nas operações da Justiça contra o PT, confirmando teses (por exemplo, do viés comunista) que eles vinham construindo há anos. Para certos grupos de militares, foi a consagração de uma conjuração que vinha se montando há muitos anos. Antes do Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestar no julgamento do Mensalão, disseminando a ideia do PT ser uma organização criminosa, os militares prepararam um teatro de operações³¹ que chegaria como uma reação em cadeia ao Governo Dilma e aos poucos retiraram toda a cadeia de proteção do Executivo. Nesse sentido, não podemos ignorar os ecos deste processo a partir do acionamento do Judiciário como linha de frente no combate ao PT. Vimos que as manifestações de ruas vinculadas aos partidos políticos de esquerda ou sindicatos eram repudiadas ao mesmo tempo em que

³¹ É a parte do Teatro de Guerra necessária à condução de operações militares de vulto, nestas incluído o respectivo apoio logístico. **A concepção de um Teatro de Operações não abrange apenas a ideia de área geográfica; engloba também a de um escalão de comando com grande autonomia de ação**, cabendo ao seu comandante estabelecer a organização territorial, operacional e administrativa do TO. No TO é que se realiza a estratégia operacional, sendo o elemento, por excelência, que permite à estratégia militar combinar, de forma centralizada, a ação das três Forças singulares. [...] (Costa, 2014, p. 132). Grifo do autor.

aquelas que de caráter nacionalistas tinham apoio da força policial³². Neste contexto, os militares praticamente não assumiram em momento algum a explicitação dos seus atos uma vez que agiram por meio de procuradores. Uma abordagem que foi terceirizada e, isto tem a ver com essa nova forma de guerra que é a guerra híbrida, que segue a estratégia *da abordagem indireta*, ou seja, os militares atuaram sem serem notados. Evidenciamos que a guerra híbrida é produzida no campo de uma guerra informacional cujos processos serão tão mais eficientes quanto mais forem imperceptíveis. Esta envolve contexto muitas expressões, tais como golpe, crime, governo, exército, arma, rede, informação, criptografia, ideologia, *fake*, cortina de fumaça, invasão, soberania dentre outras. (Leiner, 2020, pp.17 – 55). A abordagem da guerra híbrida é mais um elemento que apresentamos que nos ajuda a entender porque houve a formação de públicos de direita e não de esquerda.

Observamos que esta “nova direita” também constitui um grupo heterogêneo com conservadores, neoliberais, reacionários, que disputam a hegemonia de poder. Para Rocha (2018, p.48), as novas direitas começam a se organizar nos anos 2000, época em surge no âmbito da *internet* diversos fóruns de discussão, *sites* e comunidades nas quais se discutia a conjuntura política nacional e internacional, o livre-mercado e a defesa dos valores cristãos. Adicione-se a essas estratégias, “*a formação de uma rede editorial na produção de textos (nacionais ou internacionais); na preparação de quadros e atuação junto à juventude; na disputa por espaço na arena acadêmica e intelectual*” (Cepêda, 2018, p. 59). Consideramos oportuno ainda apresentar uma breve distinção analítica entre os públicos conservadores e reacionários. Os primeiros não querem que o Estado regule alguma matéria que possa impactar em sua esfera privada, ao mesmo tempo em que não reivindicam uma pauta moral. Coutinho *apud* Cepêda (2018, p. 47) “*mantém como eixos do conservadorismo uma longa vinculação ao tema da prudência, na aceitação de uma ordem natural que condiciona indivíduos e instituições e na recusa das proposições de mudanças radicais e utópicas*”. O Instituto Liberal³³ entende que reacionários são aqueles que acreditam que exista um passado (próximo ou distante), no qual os problemas do presente, tais como pobreza e insegurança, não existiam. Para esse público, o mundo moderno é decadente, moralmente decadente, por isso sonham com um passado utópico, que nem sempre existiu de fato, refletindo o medo de mudanças. Podemos ainda identificar um

³² Fato observado nas manifestações favoráveis ao impeachment quando a Polícia Militar estimativa a presença de um público maior do que aquele estimado pelos organizadores.

³³ Disponível em <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/conservadores-x-reacionarios-e-preciso-separar-o-joio-do-trigo/>. Acesso em 08/10/2020

outro público que seria o formado por pessoas da sociedade que se organizaram para difundir ideias conservadoras, a moralidade, e “combater à dominação cultural imposta por ideologias revolucionárias”, como por exemplo, o *Vem pra Rua (VPR)* e o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, ambos criados em 2014, que foram nomeados como novíssimos movimentos sociais. Assim, ao término de 2014 a polarização política estava consolidada. Por isso, o ano de 2014 representou um novo momento, pois os grupos acima mencionados acabaram por imprimir um novo caráter às mobilizações a partir da participação de novos sujeitos sociopolíticos e a da cultura política que foi construída. (Gohn, 2017, pp. 59/60). Importante observar que os partidos políticos recuperaram sua importância nas manifestações, a partir de 2014 e voltaram a ocupar um espaço de participação e representação política. Nesse contexto, os novíssimos movimentos sociais protagonizam as manifestações de junho de 2013, assunto a ser discutido na próxima sessão.

2.4 – Os novíssimos movimentos sociais: o VPR e o MBL

Uma das categorias teóricas utilizadas para estudar as manifestações são os movimentos sociais, pois estes participam da mudança social e histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista, como conservador ou reacionário, dependendo das forças de articulação sociais e políticas, além dos projetos políticos que constroem (Gohn, 1997, pp. 8-21). Nas manifestações de 2013, a pauta de demanda inicial era relativa ao aumento das tarifas dos transportes coletivos, em seguida foi possível observar que outras reivindicações emergiram tais como a cobrança pela qualidade dos serviços públicos e o uso mais eficiente do dinheiro público. Assim, verificamos que tais pautas eram diferentes daquelas apresentadas pelos movimentos sociais clássicos, como por exemplo, o movimento sindical que lutava para proteger os trabalhadores. Também diferiam dos denominados novos, que surgiram nas décadas de 70 e 80 do século passado e que se organizaram ao redor de questões de gênero, etnia, culturais e ambientais ou, ainda, aqueles que reivindicavam questões de demandas urbanas. Tais diferenças entre os movimentos sociais clássicos e novos estavam relacionadas a valores que não são estáticos e podem mudar. Assim, as práticas organizacionais destes movimentos também podem sofrer transformações ao longo do tempo, gerando cultura política que para Eder *apud* Gohn (2017, p.18) “é o efeito de lutas sociais contínuas, no nível do sistema político definido pelo fato de que existem diversas formas de lidar com o político”.

Dentre os novíssimos movimentos, podemos citar o Movimento Passe Livre – MPL (2005), o Vem pra Rua – VPR (2014) e o Movimento Brasil Livre - (2014). Em 2013, o MPL, que *“foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos”* (Secco, 2013, p.76), participou intensamente na chamada *on line* para as manifestações, utilizando as redes sociais. Na página do Facebook³⁴, a postagem diz que *“não foi o Movimento Passe Livre, nem nenhuma outra organização, que barrou o aumento. Foi o povo”*. Após a redução das tarifas pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em 19 de junho, o MPL *“saiu, estrategicamente, após 20 de junho de 2013, quando as manifestações atingiram seu objetivo principal em várias capitais”* (Gohn, 2017, p. 32). Acrescentaram, ainda, que o ato de 20 de junho estava mantido, pois *“além de comemorar a vitória popular, sairemos às ruas em solidariedade às lutas das demais cidades do país e em apoio a todos os companheiros presos, detidos e processados durante os atos contra o aumento, contra a criminalização do movimento”*. O estilo horizontal de organização teria suas raízes na crise da democracia, que leva as pessoas a recusarem as organizações tradicionais sejam partidos políticos ou sindicatos. Contudo, a horizontalidade tem por consequência a falta de uma direção unificada e, na medida em que não se delimitava o teor das manifestações, estas começaram a agregar um pouco de tudo, e até mesmo posicionamentos opostos. Neste contexto, o movimento que foi iniciado pela esquerda *“ficou indeterminado quando se verificou que tal fração de classe pode ser fisgada pela direita, a partir dos apelos contra a corrupção”* (Singer, 2013, s/p). Este fato representa mais uma variável que nos auxilia na comprovação de nossa hipótese de pesquisa: apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um público de esquerda, mas sim públicos de direita, como o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL).

³⁴ <https://www.facebook.com/page/468460996578768/search?q=2013&filters=>

Figura 9 – Convocação do MPL para manifestação de 20 de junho de 2013



Fonte: Disponível em:

<https://www.facebook.com/page/468460996578768/search?q=2013&filters=>

De acordo com o *site*³⁵, o Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014, seu pilar principal é a luta contra a corrupção. Seu manifesto³⁶ é marcado pela indignação com a falta de ética na política e a corrupção e estimula a realização de manifestações “cívicas sempre ordeiras e pacíficas”, além disso, defendem o estímulo à liberdade econômica e o Estado não deve ser maior que o necessário, a fim de que o empreendedorismo e a livre iniciativa gerem riquezas e oportunidades para todos. Posiciona-se contra qualquer tipo de violência e condenamos qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado), e não compactua com governos autoritários. A assinatura do manifesto: O nosso partido é o Brasil. Vem Pra Rua! Também demonstra a crise de representatividade política. Assim,

³⁵ Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/>. Acesso em 21/12/21

³⁶ Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/manifesto.html>. Acesso em 21/12/21

o repertório de demandas do VPR foi sendo construído paulatinamente, indo da indignação à necessidade de controle social, sempre com fundamento em matrizes discursivas liberais modernas em que a gestão empresarial e a governança corporativa são modelos seguir (...). (Gohn, 2017, pp. 37/38)

Além disso, utilizam expressões nacionalistas,

além do termo indignação, ordem moral, cidadania, civismo, senso de comunidade e consciência do outro são (...) termos nacionalistas muito utilizados. O nacionalismo é expresso também na estética, nas roupas verde-amarelas, no uso da bandeira, hino nacional etc. A sentença “alegria cívica” é utilizada para retratar a expressão dos rostos das pessoas nas manifestações. (Gohn, 2017, pp. 41)

Também entendem que a melhor forma de convocar as pessoas para as manifestações é na redes sociais, como pode ser observado nos *tweets*³⁷³⁸ abaixo, logo após a formação do movimento, que atuou na contestação do resultado da eleição presidencial de 2014.

Figura 10 – Convocação do VPR (1)

VAI TER MANIFESTAÇÃO PRA RECONTAGEM DE VOTOS VEM GENTE #VEMPRARUA

[Translate Tweet](#)

12:23 AM · Dec 26, 2014 from Feira de Santana, Brasil · Twitter for Android

5 Retweets

³⁷ Disponível em: <https://twitter.com/gloredays/status/548302993180078081>. Acesso em 21/12/21

³⁸ Disponível em: https://twitter.com/search?q=manifestação%20%20lang%3Apt%20until%3A2012-12-31%20since%3A2015-01-01&src=typed_query. Acesso em 21/12/21

Outro público derivado da explosão de 2013 é o MBL, criado em novembro de 2014. De acordo com o *site*⁴⁰, o movimento se propõe a promover o liberalismo como a política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Assim, defendem a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa. Apontam como objetivos: imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação dos poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras. O perfil político do MBL mistura o liberalismo e o neoconservadorismo. O primeiro, está ancorado na defesa do livre mercado e na posição antiestatista, no que se refere ao papel do Estado na economia. É considerado neoconservador por ser contra vários direitos sociais e culturais modernos, por exemplo, quando elencam em seus princípios o “*fim de toda forma de discriminação oficial instituída por meio de cotas raciais ou de gênero*”. Além disso, são defensores do Projeto de Lei Escola sem Partido. (Gohn, 2017, pp.46-49). Sobre as pautas defendidas pelo MBL, existem aquelas que

dialogam com a esfera econômica, mas que vão além do liberalismo econômico. Essas, vem sendo mais fortemente trabalhadas em temáticas que giram entorno das questões da vida e valores morais da sociedade, como por exemplo, o aborto, a escola sem partido, o queer museum entre outras. A pluralidade de temas, impulsionados pela já mencionada negação da política tradicional, diversifica a possibilidade de representatividade no discurso. Ou seja, tem-se antipetismo, religião, valores morais, anti-corrupção, liberalismo, como outras formas de discurso e identificação, iniciadas pelo discurso antagônico das formas de se fazer política. (Santana, 2018, p.11)

O MBL também fez das redes sociais seu principal canal de comunicação com seus seguidores. No *Facebook*, por exemplo, em 19 de fevereiro⁴¹, um *post* convoca os seguidores para a manifestação de 15 de março e outro, de 12 de abril⁴², também chama para manifestação, com o apelo da estética nacionalista.

⁴⁰ Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em 11/12/21.

⁴¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/286847991439351/>. Acesso em 11/12/21.

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/page/204223673035117/>. Acesso em 11/12/21.

Figura 12 – Convocação do MBL (1)

MBL - Movimento Brasil Livre 19 de fevereiro de 2015 ·

Vamos todos juntos lutar por um país melhor! Não vamos ceder, a luta pela liberdade continua!
 Evento: <https://www.facebook.com/events/1376898842609759/>
 Doações aqui: https://www.paypal.com/cgi-bin/webscr?cmd=_s-xclick...



223 14 comentários 697 partilhas

Figura 13– Convocação do MBL (2)

MBL - Movimento Brasil Livre 12 de abril de 2015 ·

O "Dia D" é HOJE!! Todos às ruas de verde e amarelo!
<http://noticias.uol.com.br/.../com-protestos-amanha-sera...>



NOTÍCIAS.UOL.COM.BR
Com protestos, amanhã será um "Dia D" para o Brasil - Notícias - UOL Opinião
 O dia 15 de março vai entrar para a história. Em todo o país, milhões de pessoas saíram às r...

mil 28 comentários 75 partilhas

A multidão de 2013 poderia ter dado origem a muitos públicos, muitas opiniões aparentemente opostas circulando, permitindo o embate na sociedade. De acordo com Tarde (2015, p.X), tais opiniões estavam presentes na sociedade, em estado latente, esperando o momento adequado para brotar e os agentes que poderiam, por *imitação* dar uma forma a elas. A imitação, no sentido Tardeano, é o que garante a coesão, pois quando os indivíduos imitam e compartilham valores e sentidos, eles se aproximam, criando um elo entre si. Considerando que “(...) *as imitações percebidas pela estatística (...) são imitações realizadas*” (Tarde, 2005, p. XXIX), para os públicos identificados à direita era importante se perceber numericamente como uma força maior do que individualmente as pessoas se imaginavam, pois o espaço público e o espaço urbano na modernidade são fragmentados não permitindo aos indivíduos a visão da totalidade. A partir de pesquisa feita em redes sociais como o *Twitter, Youtube, Facebook e Instagram*, sistematizamos no quadro abaixo as informações sobre o número de seguidores/inscritos e número de visualizações/publicações para o MBL, VPR e Frente Brasil Popular.

Quadro 1 - Comparativo de número de seguidores/inscritos e número de visualizações/publicações.

	Twitter - nº seguidores	Youtube		Facebook - nº seguidores	Instagram	
		nº inscritos	Visualizações		nº seguidores	Publicações
MBL	503.9 mil	1.26 milhões	263 milhões	3 milhões	631 mil	11.096 mil
VPR	252.3 mil	19.6 mil	784 mil	2,18 milhões	134 mil	9.310 mil
Frente Brasil Popular	21.2 mil	770	2.304 mil	156 mil	11,5 mil	839

Fonte: Elaborado Ramos, Katia. 2021.

Ao compararmos os números entre o MBL e a Frente Popular Brasil, podemos inferir que a imitação, no sentido Tardeano, permite produção de sociabilidades na sociedade. Na medida em que cada inscrito/seguidor compartilha postagens, estes estão ampliando o processo de troca de informações e possibilitando um comportamento, que pode servir para “*mostrar os efeitos favoráveis ou prejudiciais produzidos pela imitação de cada uma delas e, por conseguinte, influir que terão conhecimento desses resultados numéricos, sobre a propensão que teriam a seguir ou não estes ou aqueles exemplos.*” (Tarde, 2005, p. XXX). Assim, entendemos que a

capilaridade das ideias dos públicos de direita nas redes sociais também pode ser uma variável que nos possibilita a entender porque não se formaram públicos de esquerda, mas sim de direita.

Reiteramos que o grupo denominado nova direita, no Brasil, não possui homogeneidade ideológica, comportando diferentes orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago até vertentes mais fundamentalistas. Neste sentido, poderíamos dizer que *“A direita é uma árvore composta por diferentes raízes”*. (Tatagiba, 2018, p. 94), assim, podemos encontrar raízes neoliberais, matizes conservadores, classes populares, empresários cuja ligação é pragmática e instigada pela percepção de um inimigo em comum. Nesse contexto, os grupos sociais de posição mais à direita se configuraram como uma nova força de ocupação das ruas, porque visualizaram uma grande chance de protagonizar o cenário político e demonstrar sua insatisfação e, assim, ampliar suas posições sociais. Entre 2014 e 2015, observamos o surgimento de novos grupos de direita e a construção da polaridade política cujo ápice foi o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, com uma sociedade efetivamente polarizada.

2.5 – Os eventos de 2014

As manifestações de junho de 2013, considerando todas as suas etapas, imprimiram um ponto inflexão na sociedade brasileira. Até aquele momento, os protestos eram protagonizados pelos movimentos sociais clássicos ou os novos movimentos sociais, aqueles que surgiram nos anos 70 e 80 do século XX. Este cenário é alterado em 2013 com emergência dos novíssimos movimentos sociais, que *“não só são heterogêneos como também representam diferentes correntes e contracorrentes do mundo da política e da cultura”*. Alonso (2017, p.21). Havia uma pluralidade de pautas apresentadas, dentre elas destacava-se a moralidade política, com o tema da corrupção, que o governo vigente, posicionado à esquerda, não conseguia responder de forma satisfatória. Neste contexto, movimentos posicionados à direita como o Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua canalizaram este sentimento de frustração e descontentamento com o sistema político, gerando um sentimento antipetista. Entendemos ser oportuno lembrar que, em 2014, o PT disputou a eleição para presidência da república ganhando do PSDB, vencendo o pleito com pequena margem de vantagem de votos. Esse fato foi responsável uma representativa divisão na sociedade, gerando uma lógica de polarização política, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, cujo centro era o PT.

Considerando a relevância dos eventos de 2014, apresentamos uma sucinta descrição dos eventos que foram basilares no processo da construção da polarização política. No primeiro semestre de 2014, as manifestações eram direcionadas a Copa do Mundo e ocorreram, principalmente, nas cidades onde ocorreriam jogos, porém não conseguiram reunir contingente populacional similar às manifestações de 2013, principalmente pela repressão policial, aplicando a lei das organizações criminosas (Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013). De acordo com o *site* G1⁴³, em 15 de maio de 2014,

houve protestos contra a Copa do Mundo em 12 cidades do Brasil. Em Porto Alegre, Salvador, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Palmas, Sorocaba e Bauru, as manifestações reuniram, cada uma, entre 50 e 300 pessoas, segundo as autoridades. Em Brasília, Belo Horizonte e Rio, o número variou entre 600 e 1,3 mil pessoas. Em São Paulo, houve vários protestos nesta quinta-feira, o maior deles com cinco mil pessoas, segundo a PM.

Apesar destas manifestações não terem expressiva participação popular, estas possuem relevância para o entendimento do avanço da construção da polarização política. Destacamos que as obras para a preparação da Copa do Mundo causaram rejeição na população, uma vez que vultosas quantias eram investidas na construção de estádios em detrimento da melhoria dos serviços públicos de saúde, educação e segurança pública, principalmente. Foi neste cenário, que significava corrupção, gastos desnecessários, que as manifestações contra a Copa do Mundo chegaram às ruas. O evento em tela tornou-se sinônimo de governo Dilma, que foi sendo desgastado. Uma das razões do desgaste foi que este governo, desde o primeiro mandato do PT, se distanciou dos movimentos sociais, apostando em políticas públicas sociais que promoveram mudanças significativas para as classes pobres, mas não as incluíram politicamente:

O eleitor do PT passou a ser um cliente do governo, um cliente de suas políticas públicas. Uma vez ter-se tornado cliente, o eleitor deixou de ter uma relação política com a política e isso foi marcante quando não se via nas manifestações nenhuma posição explícita de apoio ao governo e/ou ao partido. As duas eleições de Dilma Rousseff mostram essa característica: de que Dilma

⁴³ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contr-a-copa-do-mundo.html>. Acesso em 15/11/21.

vendia uma proposta que fora comprada por uma clientela. (Pinto, 2017, p. 142)

Outra razão de promoção de desgaste do governo petista está relacionada aos escândalos de corrupção que vieram a público em 2005, o “mensalão”, que era uma mesada a alguns deputados da base aliada para ter maioria no Congresso Nacional. O julgamento foi finalizado em dezembro de 2012 com a condenação de alguns deputados e fundadores do PT. Outro escândalo de corrupção vem a tona em março de 2014, culminando com a prisão de diretores da Petrobras, políticos e empreiteiros. Destacamos que esses escândalos não trouxeram consequência eleitoral imediata para PT *“tanto que Dilma Rousseff não perdeu seus eleitores, foi eleita e reeleita em meio aos grandes escândalos de corrupção, mas perdeu a sua capacidade de dar sentido à vida política, às causas políticas”*. (Pinto, 2017, p. 143). Neste contexto, durante o evento de abertura da Copa do Mundo de Futebol, na cidade de São Paulo, em 12 de junho de 2014, a presidenta Dilma foi vaiada ao ter seu nome anunciado para o discurso inaugural. (Pinto, 2017, pp. 138/146).

Ainda no primeiro semestre, ocorreram várias denúncias diárias de corrupção nas mídias levando a criação *“no imaginário da sociedade a figura do grande causador dos problemas nacionais: a corrupção”* (Gohn, 2017, p.60). Para resolver a questão, foi criada em 2014, a Operação Lava Jato que daria a *“sustentação para a representação da sociedade de que a solução dos problemas estava no combate à corrupção via Judiciário”*. (Gohn, 2017, p.60). Assim, em 17 de março de 2014 foi Deflagrada 1ª fase da Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que *“começou com a prisão de 24 pessoas acusadas de lavagem e desvio de dinheiro, evasão de divisas, entre outros crimes”*⁴⁴. No dia 22 de março, em São Paulo e no Rio de Janeiro, de acordo com matéria do Jornal Folha de São Paulo, a Marcha da Família com Deus contra o governo do PT⁴⁵:

Os organizadores discursaram exaltando militares e criticando sobretudo governo do PT. Também havia cartazes contra o governo paulistano do PSDB. Muitos participantes carregavam a bandeira do Brasil e cartazes de apoio à Polícia Militar e contra o comunismo. (...) a marcha Anti-golpista Ditadura nunca mais – convocada justamente em resposta à Marcha da Família. (...) Entre os manifestantes, em sua maioria ligados à partidos de

⁴⁴ Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/todas-as-fases-da-operacao-lava-jato.html#0>. Acesso em 03/08/2021

⁴⁵ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19807&anchor=5924490&origem=busca&originURL=&pd=68bb8c6e556aeb652f5508386f3f6fb9>. Acesso em 03/08/2021

esquerda e sindicatos, havia alguns mascarados. Do carro de som vinham discursos contra a ditadura e a PM.

Em 14 de maio, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, pelo Senador Álvaro Dias e outros senadores⁴⁶, com o objetivo de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias. A matéria publicada pelo jornal a Folha de São Paulo aponta para uma manobra política realizada pelo governo, pois a *“investigação sobre Petrobras não inclui convocação de conselheiros que aprovaram polêmica compra de refinaria”*⁴⁷, a mesma matéria complementa: *“O governo emplacou senadores alinhados com o Palácio do Planalto para a presidência e a relatoria da CPI do Senado”*. Em 24 de outubro, no âmbito de uma delação premiada, o denunciado envolve Lula e a presidenta Dilma no escândalo da Petrobras:

“Perguntado sobre o nível de comprometimento de autoridades no esquema de corrupção na Petrobras, o doleiro foi taxativo:

- O Planalto sabia de tudo!
- Mas quem no Planalto? perguntou o delegado
- Lula e Dilma.”⁴⁸

No dia 25 de outubro ocorreu um ato de apoio ao candidato Aécio Neves, em São Paulo, *que transcorreu sem transtornos graves, e se assemelhou aos desfiles cívicos com alegorias e performances: foram exibidos um caixão com a foto de Dilma Rousseff e uma bandeira do PT, (...)*⁴⁹. Em 26 de outubro de 2014, a presidente Dilma é reeleita, após campanha eleitoral marcada por forte acirramento de ânimos, para mais um mandato presidencial. O resultado foi apertado: Dilma recebeu 51,64% dos votos válidos, pouco mais de 54,5 milhões, enquanto seu adversário, o senador Aécio Neves (PSDB), ficou com 48,36%, correspondentes a 51 milhões⁵⁰. No discurso, após o

⁴⁶ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=1804>. Acesso em 03/08/2021

⁴⁷ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19860&anchor=5937342&origem=busca&originURL=&pd=71190c15e6b455e3090e5ac9abf67d4f>. Acesso em 06/09/2021.

⁴⁸ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/veja-doleiro-diz-que-dilma-e-lula-sabiam-de-corrupcao-na-petrobras/>. Acesso em 06/09/2021.

⁴⁹ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/militantes-fazem-ato-pro-aecio-em-sao-paulo/>. Acesso em 06/09/2021.

⁵⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/reeleicao-de-dilma-teve-campanha-marcada-por-reviravoltas>. Acesso em 06/09/2021.

resultado, a presidenta fez um apelo “*conclamo, sem exceção, a todos (...) para nos unirmos em favor do futuro da nossa pátria e do nosso povo. Não acredito, sinceramente, que essas eleições tenham dividido o país.*”⁵¹ Seis dias após a reeleição, em 01 de novembro de 2014, ocorreu uma manifestação: “*cerca de 2.500 pessoas foram as ruas de São Paulo para contestar o resultado das eleições e criticar o governo do PT*”⁵². Ocorreram protestos também em Curitiba, Brasília e Manaus. De acordo com a Folha de São Paulo, “*O protesto não teve episódios violentos, mas foi marcado por provocação entre os manifestantes e apoiadores da presidente*”. A partir deste protesto, outros foram acontecendo deixando a semente do *impeachment* pronta para germinar. Em 06 de dezembro, pouco mais de um mês da reeleição, ocorreu novo protesto contra a presidenta Dilma em São Paulo e o pedido de *impeachment* já aparece de forma clara. Na capa do Jornal a Folha de São Paulo (Figura 9), observamos a presença da bandeira brasileira, pessoas usando camiseta amarela, que passaram a representar um símbolo de pertencimento ao público de direita, que apoiam o *impeachment* da Presidenta, demonstrando um posicionamento político alinhado à direita. Destacamos também que a fotografia mostra um público, que com a apropriação de signos tranquilo reivindica o *impeachment*, aparentemente de forma pacífica. Importante ressaltar que essas narrativas vão sendo reproduzidas pela mídia, construindo uma imagem, que se contrapõem a aquelas mostradas no âmbito das jornadas de junho de 2013.

Na mesma matéria, o Jornal nomeou o evento como “marcha da discórdia”, pois os manifestantes contra o governo do PT se dividiam entre grupos favoráveis e contra intervenção militar, mostrando que não é razoável pensar em uma homogeneidade da direita. Em 18 de dezembro, o PSDB ingressou com pedido de anulação da eleição. O Partido argumentou que “as campanhas do PT teriam sido financiadas com dinheiro de corrupção, o que tornaria a eleição de Dilma “ilegítima”.”⁵³ A campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2014 trouxe à tona o sentimento de indignação com os políticos e a política, abrindo espaço para a existência de um “inimigo”, que será discutido na próxima seção.

⁵¹ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20025&anchor=5967202&origem=busca&originURL=&pd=02863346d1046d4b14eb77b89c8fdb2e>. Acesso em 06/09/2021.

⁵² Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/1> Acesso em 06/09/2021.

⁵³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>. Acesso em 15/11/21

Figura 14: Novo protesto contra Dilma Rousseff em São Paulo – 06 de dezembro de 2014



Fonte: Disponível em:
<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20066&anchor=5973136&origem=busca&originURL=>. Acesso em 08/08/21.

2.6 - A construção do figura do “inimigo”

Os protestos iniciados pelo Movimento Passe Livre, em 2013, foram crescendo ao longo do mês de junho e em seu bojo multiplicaram as reivindicações permitindo que em um único lugar estivessem pessoas alinhadas tanto à esquerda, quanto à direita. Se inicialmente, na etapa de eclosão (06 a 10 de junho de 13), a demanda era a redução das tarifas dos transportes públicos, esta bandeira se desfez com as pessoas declarando suas próprias reivindicações, dizendo que os protestos ocorriam e não era por “*apenas por 20 centavos*”, mas pela insatisfação com a política e a representatividade. Neste contexto, “*a dualidade esquerda e direita renasceu no Brasil mais forte do que nunca*” (Brugnago e Chaia, 2014, p. 106). Neste embate, os grupos posicionados à direita buscaram mostrar o PT como a representação da esquerda, associando este partido ao comunismo e a corrupção. Assim, “*a sociedade foi dividida aos olhos das discussões ideológicas em dois grandes blocos “coxinhas” e “petralhas”. Quem não se encaixava em um desses dois grupos se torna uma anomalia política, um alienado*”. Brugnago e Chaia, 2014, p. 107).

As eleições de 2014 trouxeram um afeto, o medo que passou a gravitar ao redor do PT e da presidenta Dilma. Nesse sentido, a raiz dos problemas existentes na sociedade estava no PT, incluindo todos aqueles que o apoiavam. Esse foi um dos primeiros passos para a construção do inimigo, que de acordo com Teles (2018, p.66), remonta ao período da ditadura militar, potencializada nas últimas décadas, cuja lógica está na produção do inimigo interno às relações sociais, que são vistos como uma ameaça à ordem e à paz. Assim, “(...) o PT veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo no Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo” (Miguel, 2018, p.22). Todos os problemas da sociedade foram atribuídos à corrupção do PT, que passou a ser o inimigo comum. Por extensão, todos que compõem sua base eleitoral: marxistas, homossexuais, índios, negros, quilombolas e os pobres, particularmente os pobres nordestinos, que dependem do Programa Bolsa Família, também se tornaram inimigos, uma vez que, eram contemplados por políticas públicas. Assim, os grupos conservadores foram desenhando o medo da esquerda e consolidando a narrativa do inimigo:

A classe branca se coloca em lugar de minoria. O PT lhe explora; os gays vão corromper a sua família; os índios vão ficar com as suas terras; os negros vão roubar suas vagas na faculdade; estudantes pobres do PROUNI vão estudar de graça com o seu dinheiro; os cubanos vão roubar suas vagas de médicos; os pobres vão ficar com os impostos que eles trabalharam tanto para pagar; o Estado não vai lhes dar segurança, pois para isso teria que prender pobres votantes. A classe conservadora entende-se como capitalista moralmente correta, branca, minoria e explorada. Estão todos contra eles, por isso precisam se unir para não serem esmagados. (Brugnago e Chaia, 2014, p. 117).

Em linhas gerais, o ano de 2014 representou um importante passo no processo de construção da polarização política, especialmente com a emergência dos novíssimos movimentos sociais, por exemplo, do VPR e MBL, que estes imprimiram novo caráter às manifestações, com a utilização das redes sociais. Outro elemento, o medo utilizado como um afeto político, foi decisivo para a consolidação dos públicos de direita. Os elementos apresentados neste capítulo, permitem inferir que em 2014, já havia um público de direita consolidado. Assim, acreditamos ter evidenciado que em 2014 já ocorriam fatos importantes que poderiam definir a direção das manifestações a partir de 2015 e 2016, assunto a ser abordado no Capítulo 3.

Capítulo 3: A consolidação da polarização política

No pós-2013, *“a popularidade de Dilma Rousseff despencou, as direitas começaram a conquistar mais adeptos e simpatizantes. Mas a mudança na estrutura de oportunidades políticas decisivas para as direitas foi a reeleição de Dilma Rousseff”*. (Rocha, 2018, p. 51). Neste cenário, a identificação política das pessoas entre direita e esquerda passou a ser mais evidenciada, caracterizando a polarização política, tendência que marcou as eleições de 2014. Bobbio (2001, pp. 89/94) entende que a direita e a esquerda são formadas a partir de uma díade, ou seja, uma forma de pensamento em que a existência de um implica a existência do outro, obrigatoriamente. Destacamos que em 2002, PT venceu as eleições presidenciais em disputa com o PSDB, fato esse que se reproduziu em três eleições consecutivas. Na última, em 2014,

A declarada esquerda se mobilizou contra o suposto projeto neoliberal do PSDB, e a direita conservadora desenvolveu sua ideologia em torno de um forte antipetismo declarado antipartidário, com discussões radicalizadas para os extremos dos valores considerados da direita. (Brugnago e Chaia, 2014, p. 102)

Assim, o afeto político do medo que foi construído tinha por base o PT, Lula e a presidenta Dilma Rousseff. A ideologia desenvolvida passou a identificar que a raiz de todos os problemas da sociedade era o governo do PT e daqueles alinhados com o partido. Para corporificar tal ideologia, seria necessário construir a imagem do PT como inimigo do Brasil (como apresentado na seção 2.6 do capítulo anterior). Tatagiba (2018, p. 105) corrobora com essa ideia *“(...) o desejo por uma “faxina ética” ampla e irrestrita vai se deslocando para uma associação direta entre a luta contra a corrupção e o combate ao PT”*. No contexto das manifestações de 2013 – 2016, o comunista também seria um inimigo, que viria de Cuba e/ou Venezuela (como mostrado em publicações de jornais e redes sociais neste capítulo). Era necessário apresentar o PT como uma ditadura comunista radical que viria *“para roubar as liberdades individuais, a liberdade do prazer de consumo e a liberdade de expressão pela mídia que representa os brasileiros, até o ponto de assassinar a quem não se submeta ao poder comunista”*. (Brugnago e Chaia, 2014, p. 116).

No contexto da disputa das eleições de 2014 pela presidência da república, observamos uma forte divisão política na sociedade. De um lado, partidos de esquerda defendendo políticas públicas que visam a redistribuição de renda e a garantia dos direitos sociais de educação e saúde, por exemplo; de outro lado, aqueles que pregam

o liberalismo econômico e o Estado mínimo. Assim, estavam na disputa eleitoral o PT e o PSDB, que gerou uma divisão na sociedade entre o “pró-PT” e o “anti-PT”, consolidando a polarização política. Dentre esses dois grupos antagônicos, o posicionado à direita consolidou um público, porém aquele à esquerda não conseguiu. Como veremos neste capítulo, as imagens das manifestações de 2015/2016 mostram a sociedade polarizada e, também, um posicionamento político claro da mídia convencional, em especial a imprensa, com destaques, distorções ou omissões de fatos, expressos nas manchetes, mapas, legendas e comentários. Observamos que houve destaque para signos, especialmente no que se refere as cores verde e amarelo, simbolizando manifestações “ordeiras e pacíficas”, criando na população um afeto de esperança e um medo do vermelho que representava o inimigo do Brasil. A forma da veiculação das manifestações também foi responsável pela construção de um elo de ligação, permitindo a construção de um elemento de coesão para a consolidação de um público de direita e não de esquerda, sempre apresentada como símbolo da corrupção e de todas as mazelas do Brasil.

Em 2015 e 2016, existiram manifestações a favor e contra o *impeachment* da presidente. Aquelas favoráveis eram protagonizadas pelos novíssimos movimentos sociais e lideradas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), e contaram com apoio da mídia convencional, além de expressiva atuação nas redes sociais. Na pesquisa realizada nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, principalmente, observamos diferença na escala da divulgação das manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment*. Para as que apoiavam, as capas dos jornais mostravam fotos que ocupavam toda a página, com imagens que não limitavam o campo visual. Além disso, havia destaque para o número de manifestantes, visando superdimensionar a adesão da maioria da população brasileira ao *impeachment*. Para as manifestações contrárias, o que notamos foi a pouca expressividade nas capas dos jornais que utilizaram imagens cujos ângulos delimitavam os manifestantes no espaço, além de destacar um menor quantitativo de manifestantes apontando o baixo apoio à presidente Dilma. Nas redes sociais, especialmente o *Twitter* e o *Facebook*, os manifestantes alinhados à direita foram muito ativos, fazendo chamadas para as manifestações e demonstrando repúdio à esquerda.

Ainda em 2015, podemos observar a construção da narrativa para a concretização do *impeachment*. Para isso, apresentamos fatos que ocuparam as capas de jornais: desde as manifestações até algumas das etapas da Operação Lava Jato selecionadas porque

A partir de março de 2015, observa-se também, nas ruas, a consolidação de uma representação social criada na conjuntura política vivenciada no país em 2014, de um novo ator coletivo que desempenhará um papel crucial no processo de impeachment da presidente Dilma: o Poder Judiciário. (Gohn, 2017, p 66).

A partir dos dados divulgados pelo Instituto Datafolha, traçamos o perfil socioeconômico e político dos manifestantes. Também apresentamos o perfil político-ideológico utilizando a pesquisa coordenada pelo Núcleo de Estudos e Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo⁵⁴ (FPA) intitulada “*Projeto: Manifestações março – comparativo 13 e 18 e 2015 /2016*”, realizada na avenida Paulista. Os dados obtidos permitiram entender que existe um público de direita já consolidado. Para entendermos o processo de consolidação da polarização política e, principalmente, da consolidação dos públicos de direita, estruturamos esse capítulo com quatro seções: as manifestações favoráveis ao *impeachment*, o perfil do público de direita, as manifestações contra o *impeachment* e o perfil dos manifestantes de esquerda.

3.1 – As manifestações contra a Presidente Dilma Rousseff

O ano de 2014 foi marcado pela reeleição da presidenta Dilma Rousseff cuja vitória foi obtida com pequena vantagem (51,64%) contra seu oponente, Aécio Neves (48,36%) dos votos válidos, mostrando o quanto a campanha eleitoral foi acirrada⁵⁵. Para Gohn (2017, p. 62), “(...) o próprio resultado do pleito demonstra-nos uma grande divisão na sociedade. Essa divisão se refletirá nas manifestações de março de 2015, gerando duas correntes de protestos”, destacamos que, em dezoito de dezembro, o partido derrotado PSDB ingressou no Tribunal Superior Eleitoral - TSE com o pedido de anulação da eleição, indicando a grave crise política que estava por se instaurar. Acrescente-se a este cenário político hostil, uma crise econômica que se aprofunda, notícias de corrupção ocupando as capas dos jornais, aumento do desemprego e da insatisfação com o governo. Um dos primeiros indicativos de descontentamento ocorreu no dia oito de março: “*gritos, vaias, panelas batendo e buzinas foram ouvidos em algumas cidades do país (...) durante o discurso da presidente Dilma Rousseff em rede nacional de televisão*”⁵⁶. Destacamos que o ato de bater panelas em janelas dos

⁵⁴ Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>

⁵⁵ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em 20/09/2021.

⁵⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/pessoas-protestam-durante-pronunciamento-de-dilma.html>. Acesso em 20/09/2021

edifícios, chamado de “panelaço” foi “a principal inovação das diretas (...) ocorreu em 12 capitais, sobretudo nos bairros de classes média e alta, e foi convocado pelas redes sociais e por aplicativos de conversa via celular.” (Tatagiba, 2018, p.101). Esse foi o evento que desencadeou a ocorrência de manifestações contra e a favor do governo, que ocorreram em muitas cidades do Brasil, articuladas pelas redes sociais e com cobertura da mídia.

Em 15 de março, ocorrem manifestações em várias cidades pelo “Fora, Dilma”. De acordo com o Jornal Folha de São Paulo, “O protesto contra Dilma Rousseff (PT) atraiu 210 mil pessoas no domingo (15), na maior manifestação política já medida pelo Datafolha após as Diretas Já, em 1984, quando 400 mil tomaram a Sé”. Se estiveram 210 mil pessoas na avenida Paulista, no mesmo jornal, para o mesmo evento “a Polícia Militar calculou em 1 milhão o número de participantes(...)”. No Rio de Janeiro, “o maior ato foi ocorreu na orla de Copacabana, onde mais de 15 mil manifestantes fecharam a avenida Atlântica, segundo oficiais da Polícia Militar (...) os organizadores disseram ter reunido ao menos 50 mil pessoas”⁵⁷. A quantificação das manifestações revela a intensidade da adesão a uma determinada causa, pois

A estatística enumera a repetição de um comportamento social, isto é, sua adoção, mais ou menos consciente, pelo grande número. Mas seu interesse maior não está no simples registro do que acontece num dado momento (...); está, ao contrário, na medida da *propagação* (...) de uma votação, etc., no interior de uma *mesma comunidade*. (Tarde, 2005, p. XXVI).

Nesse contexto, as manchetes de jornais reafirmaram o anseio de um segmento da população pelo *impeachment*, corroborando os números acima apresentados: Jornal O Globo “Em todo o país, 2 milhões vão às ruas contra o governo”⁵⁸ e Folha de São Paulo “‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”⁵⁹. Evidenciamos que neste contexto, não seria pertinente falarmos de multidão, mas de um público posicionado à direita, que não é homogênea, com suas nuances que perpassam pelos donos de meio de produção, evangélicos, conservadores e reacionários, que “apesar

⁵⁷ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20165&anchor=5984056&origem=busca&originURL=>. Acesso em 20/09/2021.

⁵⁸ Disponível em:<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150316>. Acesso em 20/09/2021.

⁵⁹ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20165&anchor=5984056&origem=busca&originURL=>. Acesso em 20/09/2021.

das divergências e da multiplicidade dos públicos que coexistem e se misturam numa sociedade, tais públicos parecem formar juntos um único e mesmo público, por seu acordo parcial em alguns pontos importantes” (Tarde, 2005, p. 26). Neste caso, o ponto principal foi o antipetismo. As imagens que se seguem mostram um público predominantemente vestido de verde e amarelo, deixando clara a posição à direita do espectro político, *“que acabou por monopolizar o uso do verde-amarelo e, por esta via, procurou se constituir na única portadora de uma narrativa legítima sobre o Brasil”*. (Guedes e Silva, 2019, pp.12-18). A imagem mostra ainda a manifestação de 15 de março em cinco capitais brasileiras, em lugares abertos permitindo visualizar pessoas em uma dimensão espacial de ocupação infinita, conferindo consistência visual aos grandes números apresentados. As construções foram focalizadas de forma a ficar em segundo plano, sem delimitar a área ocupada pelas pessoas. De forma diferente das imagens das manifestações de 2013, que mostravam cenas de violência, estas sugerem um ambiente pacífico e ordeiro, com representativo aparato policial, *“mas os policiais não inspiravam medo, ao contrário, tirar selfies com eles tornou-se uma “diversão” para muitos presentes*” (Gohn, 2017, p. 65). Em 2013, sempre em algum momento das manifestações se instaurava um ambiente de tensão, uma vez que as autoridades políticas não buscavam a mediação, enviando a polícia cujo aparato cria uma sensação de violência latente. Uma manifestação de caráter político deveria ser resolvida no ambiente da política e não se transformar em questão de segurança pública. Nas manifestações ocorridas no Centro do Rio de Janeiro, as percepções quanto à presença policial eram bem distintas quando eram pelo #foradilma ou #naovaitergolpe. Nesta última, o que se via era a região da Candelária cercada pela Polícia Militar, com policiais de capacetes e escudos; na Praça XV ficava o regimento de polícia montada, além de ônibus e viaturas com grande contingente policial. A sensação era que poderíamos ser atacados a qualquer momento, todos os manifestantes eram “os inimigos que deveriam ser abatidos”, a figura dos policiais remetia ao medo, e invariavelmente, do meio para o final destas manifestações a Polícia Militar decidia dispersar utilizando bombas de gás lacrimogêneo dentre outras ações violentas. Em contrapartida, no #foradilma a atuação era diferente, a sensação era que os policiais estavam presentes visando a proteção dos manifestantes. Tal fato nos remete a matéria do Jornal El Pais⁶⁰

⁶⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/23/politica/1458756387_712849.html. Acesso em 20/12/21

A PM só faz alimentar a percepção de que simpatiza por um dos lados. Como sempre, há policiais que não se deixam contaminar e agem racionalmente. São exceções que confirmam a regra, mas têm que obedecer ordens hierárquicas. No geral, o que vimos é mais do mesmo: uma PM desorientada tanto na ação quanto na omissão, tolerada pela indiferença das autoridades com poder para regulá-la e controlá-la.

As imagens abaixo (Figura 10) mostram ainda cartazes como “Cadê a pátria educadora” ou que reivindicam “intervenção militar”, o que nos faz refletir sobre uma pseudo homogeneidade do verde e amarelo, uma vez que abriga distintos grupos. Chama a atenção, também, a ausência de bandeiras de partidos políticos, uma vez que as lideranças da manifestações têm como mote “*a negação no campo da política partidária de certos políticos, sob o argumento de combate à corrupção, falta de ética etc*”. (Gohn, 2017, p. 61).

FIGURA 15 – Manifestação Pró-*impeachment* de 15 de março de 2015



Fonte: Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150316>. Acesso em 21/09/2021.

Em 16 de março, o início da 10ª fase da Operação Lava Jato recebeu destaque na capa do Jornal Folha de São Paulo, com a seguinte manchete “*Tesoureiro do PT e ex-diretor de estatal são denunciados*”⁶¹, bem como no Jornal o Globo, “*Tesoureiro do PT denunciado por corrupção e quadrilha*”⁶². Tais manchetes vão consolidando para a população a ideia do PT como o inimigo a ser combatido, que deve ser eliminado, porque “(...) *ele visa ao nosso extermínio(...)* O inimigo está na posição do mal absoluto,

⁶¹ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20166&anchor=5984143&origem=busca&originURL=>. Acesso em 22/09/2021

⁶² Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150317>. Acesso em 21/09/2021

o risco originário à própria civilização do poder, e por isso ele dever ser simplesmente extirpado, destruído, exterminado". (Ab'Sáber, 2018, p. 123). Nesse sentido, Tarde (2005, p.74) aponta que *"são os jornais que inflamam a vida nacional, que excitam os movimentos de conjunto dos espíritos e das vontades em suas flutuações grandiosas cotidianas"*. Esses eventos, ao direcionarem os holofotes para o PT, ajudaram a construir o sentimento antipetista, que encontrou lugar no movimento de negação do sistema político, com rejeição das instituições, amparado na crise de representatividade política. Assim,

A associação entre *antipetismo* e *luta contra a corrupção* ofereceu uma poderosa chave de leitura para os problemas brasileiros e, ao mesmo tempo, a solução para esses problemas. O *slogan* "Fora CorruPTos" sintetiza essa interpretação segundo a qual o problema do Brasil é a corrupção dos governos do PT e a superação do problema é o "Fora PT, Fora Lula, Fora Dilma". (Tatagiba, 2018, pp. 106-107).

Em 12 de abril ocorreu a segunda manifestação a favor do *impeachment*. A manchete da Folha de São Paulo: "Manifestantes voltam às ruas com menos força; ato em SP tem 100 mil"⁶³. O número de participantes foi objeto de discussão da mídia, uma vez que poderia representar uma mudança na opinião e adesão ao *impeachment*, a partir da comparação com o número de participantes em 15 de março. Aquele veículo de comunicação aponta possíveis causas para o esvaziamento desta manifestação, em relação àquela ocorrida em março, como por exemplo *"as pessoas achavam que Dilma sofreria o impeachment logo depois. Como isso não aconteceu, elas desestimularam(...)"*. Nesse contexto, a polarização política ainda não está efetivamente consolidada, pois *"O impeachment de Dilma, principal bandeira dos grupos que organizaram o protesto, tinha apoio de 77%, mas apenas 13% o citaram como motivo para ir à rua"*⁶⁴, porém a polaridade está nas ruas como evidenciado no episódio em Copacabana onde um *"homem que caminhava com megafone e bandeira do PT foi hostilizado por manifestantes e teve de ser retirado por policiais"*⁶⁵. Ressaltamos que esta manifestação resultou na criação da Aliança Nacional de Movimentos, que articulou 26 movimentos, dentre os "novíssimos" e outros. Esta aliança elaborou um documento contendo uma pauta de reivindicações intitulada "Carta do Povo Brasileiro". O conteúdo desta contribui na corroboração do PT como o inimigo a ser combatido, como aponta o seguinte trecho da citada carta: *Vivemos um quadro assustador de corrupção no seio*

⁶³ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20193&anchor=5987295&origem=busca&originURL=&pd=a65182abfb2c9b95d2972dae0d85b36f>. Acesso em 21/09/2021

*dos poderes constituídos. Há 12 anos, ela se tornou sistêmica e se institucionalizou na máquina pública em níveis sem precedência (...)*⁶⁴.

Em 15 de abril, tem início a 12ª fase da Operação Lava Jato. O Jornal O Globo trouxe a seguinte manchete: “Depois de preso, Vaccari deixa tesouraria do PT – Juiz entendeu que, solto e no cargo, petista poderia prejudicar investigações”⁶⁵. Em agosto, a 17ª fase da Lava Jato prende o ex-ministro do governo Lula José Dirceu, que foi noticiada pelo Jornal O Globo: “Nova prisão de Dirceu une Lava-Jato e mensalão – Petista teria recebido pelo menos R\$ 90 milhões em propinas e imóvel para filha”⁶⁶. Esses episódios contribuíram para a construção de um cenário favorável a terceira manifestação pelo *impeachment*, que ocorreu em 16 de agosto de 2015, com a seguinte manchete no Jornal Folha de São Paulo: “Novos protestos mantêm Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil – Atos em todos os Estados pedem impeachment da presidente, prisão de Lula e elogio o juiz Moro”⁶⁷. Observamos nas matérias publicadas pelos jornais, que as manifestações no âmbito das multidões de 2013 apresentavam um número menor de participantes do que aquelas em que já se observava um público consolidado de direita. Neste caso, a propagação das ideias inerentes ao público de direita “*conduz naturalmente à ideia de uma quantidade social (...) a opinião deixa de ser uma realidade individual para se tornar um fato antes de mais nada coletivo*”. (Tarde, 2005, p.XXV).

Em ações subsequentes, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabriu ação que pede cassação da chapa Dilma/Temer (06 de outubro de 2015)⁶⁸, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a reprovação das contas do governo por “pedaladas fiscais”(07 de outubro de 2015)⁶⁹, Parlamentares da oposição entregam pedido de

⁶⁴ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/organizadores-de-protestos-contra-dilma-entregam-reivindicacoes-ao-congresso/>. Acesso em 21/09/2021.

⁶⁵ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150416>. Acesso em 21/09/2021.

⁶⁶ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150804>. Acesso em 21/09/2021.

⁶⁷ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20319&anchor=5999135&origem=busca&originURL=&pd=2814ac5892d38391fb567664de10fc32>. Acesso em 21/09/2021.

⁶⁸ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020151007>. Acesso em 21/09/2021.

⁶⁹ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20371&anchor=6004149&origem=busca&originURL=>. Acesso em 21/09/2021.

impeachment (21 de outubro de 2015)⁷⁰, Líder do Governo no senado é preso por obstruir as investigações da lava jato (25 de novembro de 2015)⁷¹ e o Presidente da Câmara autoriza abertura do processo de impeachment (02 de dezembro de 2015)⁷². A quarta manifestação pelo *impeachment* ocorreu em treze de dezembro, a Folha de São Paulo, noticiou que este ato contou a “*menor adesão*”, que foi atribuída pelos organizadores ao início do processo de *impeachment*, e que o protesto foi tratado como “*uma prévia e já convocam outro ato para 13 de março*”⁷³. Nesse cenário, o tema do *impeachment* assumiu centralidade nas manifestações que ocorreram em 2015, além disso foi determinante para a consolidação da polarização política verificada na sociedade em 2016, com os públicos formados à direita.

A agitação verificada em 2015 continua em 2016 com manifestações, e agravamento da crise política e econômica. Nesse contexto, em 03 de fevereiro ocorreu um “*panelaço*” durante o pronunciamento da presidenta Dilma em rede nacional, como foi noticiado pela Folha de São Paulo “*Dilma foi alvo de nova onda de panelaços (...) ao fazer pronunciamento sobre o zika vírus*”⁷⁴ na TV. (...) SP (...), Brasília, RJ, Belo Horizonte, Salvador e Ribeirão Preto (SP) também registraram panelaços embora em intensidade menor a das últimas vezes”⁷⁵. Pinto (2019, p.152) também observou esse tipo de evento: “*As grandes manifestações foram lideradas por moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas, muito dispostos a bater panelas e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República e lutar por seu impeachment*”. No final deste mesmo mês, nova notícia acirra ainda mais os ânimos,

⁷⁰ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20385&anchor=6005306&origem=busca&originURL=>. Acesso em 21/09/2021.

⁷¹ Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020151126>
Acesso em 21/09/2021.

⁷² Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20427&anchor=6010016&origem=busca&originURL=>. Acesso em 21/09/2021.

⁷³ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20438&anchor=6011096&origem=busca&originURL=&pd=e3aca4c281f367fdc3bc3f162d8762dd>. Acesso em 21/09/2021.

⁷⁴ A epidemia de zika no verão de 2015/2016 representou uma das maiores emergências de saúde pública da história do Brasil. Zika é um vírus (...) classificado como arbovírus (vírus transmitido por picadas de insetos, especialmente mosquitos). Os primeiros sintomas da zika são manchas vermelhas em todo o corpo, que podem vir acompanhadas de olho vermelho, febre baixa e dores pelo corpo e nas juntas. A zika apresenta risco superior a outras arboviroses, como dengue, febre amarela e chikungunya, para o desenvolvimento de complicações neurológicas, como encefalites, Síndrome de Guillain Barré e outras doenças neurológicas. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/zika>. Acesso em: 22/12/21.

⁷⁵ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20490&anchor=6014753&origem=busca&originURL=&pd=3f10706d6796657f15178519be49154f>. Acesso em 21/09/2021.

conforme capa do jornal O Globo: “Escândalos em Série – PT defende Lula na TV e provoca “panelaço” por todo país”⁷⁶, na mesma capa noticia a prisão do publicitário que trabalhou nas campanhas de Lula e Dilma:

Segundo os investigadores, o publicitário teria sido pago por serviços prestados ao PT com recursos desviados da Petrobras. Com essa prisão as investigações se aproximavam ainda mais do ex-presidente Lula e do PT, ampliando a extensão da crise para além da interrupção do mandato da presidente. Tataba (2018, p.129)

Em seguida, na 24ª operação da Lava Jato, o ex-presidente Lula foi conduzido de forma coercitiva para prestar esclarecimentos na sede da Polícia Federal em Curitiba, aumentando o clima de tensão do conflito, levando a realização de uma manifestação em treze de março de 2016 a favor do *impeachment*. Neste ano, os grupos organizados com identificação política à direita (conservadores, empresários, anarco-capitalistas dentre outros) foram os principais promotores das manifestações e buscavam ser embaixadores deste público, como por exemplo o MBL e o VPR, que atraíram milhares de pessoas às ruas focalizando em temas sensíveis conseguiram conquistar “as emoções e subjetividade coletiva, trabalharam temas como a indignação em face das denúncias de corrupção, rejeição à política (plantada em 2013) e o descontentamento popular (desemprego, retorno da inflação, insegurança etc)”(Gohn, 2017, p. 71). Tais grupos buscavam divulgar as chamadas para as manifestações por meio das redes sociais como por exemplo o *Twitter* e o *Facebook*, como pode ser visto abaixo:

Figura 16 – Convocatória do VPR



Fonte:

<https://www.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/546975708817115>.
Acesso em 16/10/21

⁷⁶ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-aoacervo/?navegacaoPorData=201020160224>. Acesso em 21/09/2021.

Essa convocatória foi feita em 09 de março, com vinte e dois mil likes, 523 comentários e 20 mil compartilhamentos. Dentre os comentários destacamos o que se segue: *“Boa!!! Eu quero ver esses 5 milhões na rua...todos de verde e amarelo defendendo o Brasil!!! Melhor seria muito mais de 5 milhões”*. Na página do MBL no Facebook⁷⁷, evidenciamos a postagem de um inscrito: *“Você também pode ir de branco⁷⁸ e usar um detalhe verde-e-amarelo: uma fitinha, bandana, colar, pulseira. Mas não deixe de reafirmar o seu apoio ao #ImpeachmentJá e #2016SemDilma portando algo com as cores da nossa bandeira, que jamais será vermelha”*. Um outro post, da mesma página, também nos chamou a atenção: *“Estarei com toda certeza para protestar. Nosso país é verde amarelo azul e branco e não vermelho...todos unidos conseguiremos resgatar nosso país.... o Brasil é um país maravilhoso não merece esse bando de corruptos”*. Assim, esses públicos foram expandindo suas crenças e ideologias, conclamando seus pares a manifestação de treze de março cuja resultante foi amplamente noticiada pela mídia convencional, como podemos verificar na Figura que se segue:

⁷⁷ Disponível em:

https://www.facebook.com/hashtag/ImpeachmentJá/?__gid__=285690784910602

Acesso em 16/10/21.

⁷⁸ Para Zylberglej (2017, s/p), *“na simbologia, o branco é a mais perfeita entre todas as cores. Não existe nenhuma concepção de branco com significado negativo. O branco representa o início, é a cor da ressurreição, da absolvição dos pecados. (...) é a cor do bem, da verdade, da perfeição, do ideal, da honestidade. (...) é uma cor absoluta. (...)”*. De acordo com o post e a simbologia atribuída à cor branca, podemos inferir que a presença desta cor nas manifestações estaria representado uma ruptura com tudo aquilo de maléfico que estaria na sociedade, que no caso dessa manifestação, seriam todos aqueles que estivessem posicionados à esquerda da espectro político.

Figura 17 – Manifestação Pró-impeachment de março de 2016

FOLHA DE S. PAULO

95 ANOS

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 95 • SEGUNDA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2016 • Nº 33.757

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08H22 • R\$ 3,50

ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA



★ 500 MIL MANIFESTANTES FORAM À AV. PAULISTA, CALCULA DATAFOLHA

★ JUIZ SERGIO MORO, DA OPERAÇÃO LAVA JATO, É SAUDADO COMO HERÓI

★ EM NOTA LACÔNICA, GOVERNO FEDERAL ELOGIA CARÁTER PACÍFICO

O protesto pela queda da presidente Dilma Rousseff em São Paulo no domingo (13) foi o maior ato político da história do país. O Datafolha contou 500 mil pessoas na avenida Paulista. Antes, o mais vistoso protesto contra ela reuniu 210 mil no local, em março de 2015. Em 1984, 400 mil estiveram em comício pelas Diretas-Já.

A Polícia Militar de São Paulo e o MBL (Movimento Brasil Livre), um dos organizadores do ato, estimaram o público em 1,4 milhão de pessoas. Protestos em outras 24 capitais e no Distrito Federal somaram mais de 1 milhão, segundo a polícia. Não houve confrontos.

Saudado como herói, o juiz Sérgio Moro se disse "tocado" pelo apoio à Lava Jato. Já o ex-presidente Lula, investigado na operação, foi alvo de críticas. Lideranças da oposição foram recebidas com misto de hostilidade e assédio na capital paulista. Em nota lacônica, o governo Dilma elogiou o caráter pacífico dos atos. Poder

AS MAIORES CONCENTRAÇÕES JÁ MEDIDAS

Evento	Data	Local	Participantes
Atos pró-impeachment	13.mar.2016	Av. Paulista - SP	500 mil
Diretas-Já	18.mar.2015	Av. Paulista - SP	400 mil
Marcha para Jesus	14.jul.2013	Campo de Marte - SP	335 mil
Parada Gay	30.jun.2013	Av. Paulista - SP	270 mil
Atos pró-impeachment	13.mar.2015	Av. Paulista - SP	210 mil
Atos pró-impeachment	09.mar.2015	Av. Paulista - SP	135 mil
Jornadas de Junho	03.jun.2013	Av. Paulista - SP	110 mil

ALGUMAS CIDADES ONDE OCORRERAM ATOS ONTEM



25 capitais, incluindo a DF, reuniram 2,5 milhões* de pessoas, segundo IPRS

*Incluindo Rio e Manaus

ROGERIO CHEQUEN
Povo e políticos devem convergir para impeachment
Opinião AS

LUIZ FELIPE PONDE
PT hoje continua sendo uma seita, a seita da jararaca
Esportiva C6

VINICIUS MOTA
Multidão responde a inchaço do poder presidencial sob PT
Opinião AA

VALDO CRUZ
Desfecho está próximo, pode não passar de julho
Opinião AA

PABLO ORTELLADO
Pedem a saída de Dilma, mas toleram Cunha
Opinião AS

Ato pode acelerar impeachment, diz vice-líder do PMDB
Poder A33

EDITORIAIS Opinião AA
Lula "Recado cabal", sobre manifestações ocorridas no domingo, e "O céu sobre as cabeças", a respeito de ausência de regulamentação de drones.

Imagem aérea da avenida Paulista às 16h; Datafolha contou 500 mil manifestantes no ato anti-Dilma ao longo da tarde

ISSN 2175-4502

9 771414 572029

ASSINATURA: 30 dias R\$ 100,00 (Impressão + digital) ou 12 meses R\$ 900,00 (Impressão + digital)

FALE COM A FOLHA: Para vendas, entrar em contato com o serviço ao consumidor, de segunda a sexta, das 9h às 18h. E-mail: atendimento@folha.com.br

RODÍZIO: Não devem circular cartões com placas cujo final seja 1.2

CELEBRANDO 95 ANOS

ATMOSFERA: Céu nublado
Temperatura: Mínima 18°C, Máxima 25°C

Fonte:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018187&origem=busca&originU>
RL. Acesso em 16/10/2

O ângulo da fotografia da capa do jornal permitiu uma visualização, que corroborou a grandeza do ato, conferindo o título de “a maior observada no país”. Se por um lado está limitada pelos edifícios, por outro não se consegue observar o final, levando o olhar do leitor ao infinito. A simbologia cartográfica utilizada também foi um elemento que favoreceu a percepção da existência de um público de direita já consolidado. Observamos que o mapa está dividido pelos estados da federação mostrando que nestes ocorreram manifestações indicando uma força nacional a favor do *impeachment*, assim “a cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e de poder. (...), pode acontecer que algumas implicações práticas dos mapas caiam também na categoria que Foucault qualifica como atos de vigilância (...) à propaganda política”. (Harley, 2009, s/p). De acordo com o Jornal Folha de São Paulo⁷⁹, “atos contra o governo federal aconteceram em mais de 121 cidades⁸⁰. Destacamos que o símbolo (ponto) para indicar a ocorrência das manifestações é único, como todas tivessem tido a mesma dimensão, além de apresentar uma linha de divisas tênue, aparentando homogeneidade no desejo pelo *impeachment*, em sua distribuição pelo território nacional. Verificamos uma concentração de manifestações no eixo Santa Catarina – Rio de Janeiro (Macrorregiões Sul/Sudeste), tornando-se mais rarefeita na medida em que avança para as macrorregiões Centro-oeste, Norte e Nordeste. No caso específico do Rio de Janeiro, face às suas dimensões territoriais, o mapa nos leva a crer que aconteceram manifestações em todo o território do estado, o que levaria a acreditar que este estado seria muito favorável ao *impeachment*. Outra informação interessante, diz respeito representação numérica de concentrações intitulada “As maiores concentrações já medidas”. Nesta, são estabelecidas duas categorias de eventos: “política” e “não política”. Na primeira, estão elencadas as “Diretas Já” e três dos atos pró-*impeachment* (15 de março – 210 mil e 16 de agosto de 2015 - 135 mil participantes / SP; 13 de março de 2016 / SP). Na categoria “não política” estão: Visita do Papa Francisco (25 de julho de 2013 / RJ) com 865 mil participantes; Marcha para Jesus (14 de julho de 2012 / SP) com 335 mil, Parada Gay (10 de junho de 2012 / SP) com 270 mil e, de forma bastante curiosa, as Jornadas de Junho (20 de junho de 2013 / SP) com 110 mil. A categorização deste último evento como “não política” nos leva a inferir que

⁷⁹ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018188&origem=busca&originURL=&pd=455b289edd24e1cab5b0907f601ac3e6>. Acesso em: 26/12/21.

⁸⁰ O IBGE define como cidade a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. Considerando que o Brasil tem 5.568 municípios, portanto, o mesmo numero de cidades. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso em 20/12/2017.

No caso em questão, 121 cidades representam aproximadamente 2% do total de cidades, porém o mapa apresentado na capa de jornal leva a inferir uma forte adesão ao *impeachment*.

houve uma redução da relevância e do número de manifestações que conformaram as Jornadas de Junho. Assim, a multidão de Junho de 2013, mobilizada pela esquerda, perde importância diante da ênfase empregada aos eventos mobilizados pelos públicos de direita. Os números apresentados foram produzidos pelo Instituto Datafolha, que utilizou metodologia específica para esta estimativa bem como para as estatísticas apresentadas na seção 3.2 deste capítulo.

Figura 18 – Manifestação de 13 de março – Outra escala



Fonte: Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018179&origem=busca&originURL=&pd=398b95f14a82d69af300c0b6e54dc800>. Acesso em 18/10/21.

Esta manifestação consagrou a consolidação de um público, que se apropriou de símbolos nacionais, especialmente, da bandeira e hino, bem como das cores verde e amarelo para legitimar seu posicionamento político, ideológico e moral. Para Guedes e Silva (2019, p.4) isso decorre da necessidade de buscar *“fontes de emanção simbólica que tornem possível tocar o coração da nação, suscitando nela as mais genuínas emoções”*. Acrescentam ainda que a apropriação dos símbolos nacionais *“sinalizavam o desejo de retomada pela nação dos símbolos e cores que, por natureza, eram seus, mas, por razões alheias à sua vontade, lhes haviam sido usurpados”*. No bojo do Movimento Diretas Já (1984) as cores nacionais foram apropriadas e ressignificadas para representar a redemocratização do Brasil, bem a realização de eleições diretas para a Presidência da República. Em junho de 2013, observamos um novo movimento de apropriação política do verde e amarelo, que passou a ser incorporado pelos públicos de direita nas manifestações pró-*impeachment* como um símbolo de união e de construir um sentimento de pertencimento desses públicos com

o país, contribuindo também com a polarização política, uma vez que divide a população entre aqueles que amam o país e os símbolos que o representam (públicos de direita) e aqueles que lhes são alheios. De outro lado, na lógica da construção do inimigo, os mesmos autores entendem que a cor vermelho foi utilizada “*como uma categoria de acusação no País*” (p. 11), como mostra a postagem na página do Facebook do MBL⁸¹:

Figura 19 – Prints do MBL



A capa do Jornal Folha de São Paulo permite-nos constatar, ao mesmo tempo, a rejeição das ruas ao poder executivo e emergência de uma figura emblemática da Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro, que foi “*tratado como herói*”⁸². O Poder Judiciário, “*em diferentes instâncias, passou a ser o grande condutor dos passos da grande luta política que se instaurou, especialmente as ações de combate à corrupção, como a Operação Lava Jato*” (Gohn, 2017, p. 75). Em seguida, outros episódios contribuíram para a consolidação da polarização política, como por exemplo: o escândalo da indicação de Lula como ministro da casa civil, o que gerou manifestações contra a nomeação em 16 capitais⁸³. Em abril, o pedido de *impeachment* é aprovado na

⁸¹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/419898111467671>

Acesso em 24/10/21

⁸² Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018188&origem=busca&originURL=&pd=455b289edd24e1cab5b0907f601ac3e6>. Acesso em 28/10/21.

⁸³ Disponível em:

Câmara dos Deputados⁸⁴; em maio, o Senado aprova abertura do processo de *impeachment* e Dilma Rousseff é afastada da Presidência da República⁸⁵ e no final de agosto, a Presidente é definitivamente afastada⁸⁶, consolidando a polarização política. Neste mesmo dia, públicos consolidados de direita foram às ruas em várias cidades⁸⁷, para comemorar o *impeachment*, pois “*um mesmo público pode estar espalhado por um vasto território(...)*” (Tarde, 2005, p.27). Esse público tem como características comuns ser conservador, predominantemente masculino, com mais de cinquenta anos, ensino superior, de cor branca e com rendimentos compatíveis com o estrato de classe média, como pode ser observado na próxima seção.

3.2 – Perfil socioeconômico e político ideológico do público de direita

As manifestações, que reivindicavam o *impeachment* da Presidente Dilma ocorridas entre 2015 e 2016, levaram milhares de pessoas às ruas, em várias cidades brasileiras. Um ponto de destaque foi a participação de públicos de perfil conservador, ainda que com nuances ideológicas, posicionados à direita do espectro político, que protestaram contra a corrupção, o PT e as políticas sociais que vinham sendo implementadas em diversas áreas, tais como:

(...) habitação (Minha Casa Minha Vida e a abertura de empréstimos para a compra de casa própria), educação (Prouni, Fies, política de cotas, criação de quase uma vintena de novas universidades e ampliação de vagas públicas na educação superior), saúde, previdência, assistência social, mercado de trabalho (aumento expressivo do rendimento real médio e o mais baixo nível de desemprego), integração social, entre outras. (Marques, Ximenes e Ugino, 2018, p. 526)

Evidenciamos que ao longo de um ano, ocorreram cinco grandes manifestações favoráveis ao *impeachment* no país: a primeira em 15 de março de 2015 e a última em 13 de março de 2016, todas foram convocadas principalmente pelas redes sociais do

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20532&anchor=6018481&origem=busca&originURL=.> Acesso em 28/10/21.

⁸⁴ Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/485945-plenario-da-camara-aprova-o-pedido-de-impeachment-de-dilma>. Acesso em 28/10/21.

⁸⁵ Disponível em:

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/05/senado-aprova-o-afastamento-de-dilma-rousseff-por-55-22.html>. Acesso em 28/10/21.

⁸⁶ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20700&anchor=6032996&origem=busca&originURL=.> Acesso em 28/10/21.

⁸⁷ Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20700&anchor=6032993&origem=busca&originURL=&pd=4fc92c3ea6626f2665125eeb837bbfde>. Acesso em 29/10/21.

MBL e VPR. De acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, podemos observar que o perfil socioeconômico dos participantes das manifestações pró-impeachment de 2015 e 2016 não sofreu maiores alterações, apesar das variações no número de participantes, como pode ser observado no quadro abaixo. Em todas as manifestações, a maioria dos participantes era do sexo masculino, com uma participação mínima de 56% (12 de abril 2015) e máxima de 63%(15 de março, 2015). Em relação à faixa etária, no grupo de 12 a 50 anos não houve alteração significativa, porém para as pessoas de mais de cinquenta anos, houve uma variação expressiva: a primeira manifestação com 21%, atingindo 47% (13 de dezembro, 2015), chegando a última com 40% de participantes. No quesito escolaridade, para aqueles que possuem o ensino fundamental houve uma alteração de 2% (15 de março, 2015) para 4% (16 de agosto, 2015), mantendo este percentual até a última (13 de março, 2016); no ensino médio, variou em torno dos 20% e o superior ficou por volta de 80%. Sobre a cor, a branca liderou com uma participação mínima de 69% (15 de março, 2015) e máxima de 80 % (dezesesseis de agosto, 2015); em relação à participação de pessoas pardas com uma participação mínima de 12% (13 de dezembro, 2015) e máxima de 20%(15 de março, 2015) e de pessoas de cor preta a participação mínima foi 2% (13 de dezembro, 2015) e máxima de 5% (15 de março, 2015). A estratificação por renda mostra uma menor participação dentre os que têm remuneração de até três salários mínimos e um equilíbrio entre os estratos de cinco a dez e dez a vinte salários mínimos. Mais de 80% faz parte da população economicamente ativa (PEA), com destaque para os assalariados registrados cujo percentual gira em torno de 30%, autônomos regulares (que pagam ISS), 12% e empresários, por volta de 10%. Dentre aqueles que não estão incluídos na PEA, destacam-se os aposentados, com aproximadamente 10% de participação nas manifestações. Assim, podemos inferir que o público de direita é predominantemente masculino, com mais de cinquenta anos, ensino superior, de cor branca e com rendimentos compatíveis com o estrato de classe média, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 2 – Comparativo de número de manifestantes em 2015 e 2016

		15/03/15 ⁸⁸	12/04/15 ⁸⁹	16/08/15 ⁹⁰	13/12/15 ⁹¹	13/03/16 ⁹²
Sexo (%)	Masculino	63	56	61	58	57
	Feminino	38	44	39	42	43
Idade (anos)	De 12 a 20	6	5	5	3	4
	De 21 a 25	9	6	6	4	5
	De 26 a 35	28	19	19	16	19
	De 36 a 50	36	30	30	30	33
	51 e +	21	41	40	47	40
Escolaridade (%)	Fundamental	2	3	4	4	4
	Médio	21	20	20	16	18
	Superior	76	77	76	81	77
Renda (Sal. Mínimo - %)	Até 2	7	6	6	6	6
	De 2 a 3	7	8	8	8	8
	De 3 a 5	15	14	13	12	17
	De 5 a 10	27	24	25	25	26
	De 10 a 20	22	25	25	26	24
	De 20 a 50	16	13	14	14	11
	Mais de 50	3	3	3	4	2
Cor	Branca	69	73	75	80	77
	Parda	20	18	17	12	15
	Preta	5	4	3	2	4
	Outra	5	5	5	5	3
Ocupação Principal	PEA	85	82	84	82	82
	NÃO PEA	15	18	16	18	18

Fonte: Elaborado por Ramos, Katia a partir de Datafolha Instituto de Pesquisas - Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf. Acesso em 25/10/21

Firmino (2017, p.213) corrobora com nossa análise quando afirma que “é possível afirmar, (...), que os protestos convocados pelo VPR e MBL atraíram, um perfil específico de manifestante, em geral, branco, com alta escolaridade e renda correspondente”. Este perfil socioeconômico delineado pelo Instituto Datafolha que

⁸⁸ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>. Acesso em 25/10/21

⁸⁹ Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/manifestacao_12_04.pdf. Acesso em 25/10/21

⁹⁰ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/17/manifestacao-16-08.pdf>. Acesso em 25/10/21

⁹¹ Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/12/14/manifestacao_13_12.pdf. Acesso em 25/10/21

⁹² Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf. Acesso em 25/10/21

sozinho não daria conta de explicar a formação do público de direita presente nas manifestações, pois como mostraremos na seção 3.4 deste capítulo, apresenta composição relativamente uniforme entre os atos políticos. Assim, acrescentamos o delineamento do perfil político-ideológico do público de direita, para entender a adesão às manifestações, por isso traçaremos também o perfil, uma vez que este nos oferece variáveis que reafirmam os elementos de coesão destes públicos.

Como apontamos da seção 2.5 do capítulo anterior, o candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014 não reconheceu o resultado das urnas, acusa o governo eleito de fraude eleitoral e convoca a população às ruas, estimulando e direcionando os protestos, que até então eram difusos, contra o governo do PT. Para Tatagiba (2018, p.118), *“o que define o antipetismo não é apenas rejeição ao PT, mas o ódio ao PT, um sentimento com forte potencial mobilizador”*. Nesse sentido, o afeto do ódio ao PT foi um elemento de coesão, que levou os manifestantes a ocupar as ruas, a maioria sem experiência em participação em manifestações, fato que ajudou a desencadear a construção dos públicos de direita. Para análise do perfil político-ideológico, utilizamos a pesquisa coordenada por Pablo Ortellado e Ester Solano (2015), que realizou *“uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015”*. A citada pesquisa abordou dois macro temas: confiança no sistema político e seletividade política.

Para a análise da confiança no sistema político, a citada pesquisa que foi realizada na manifestação de 12 de abril de 2015, analisou as seguintes variáveis: a confiança nos partidos políticos, nos políticos, em ONGs e movimentos sociais, na imprensa e nos comentaristas políticos. Em relação à confiança em partidos políticos, foi verificado que 73% não confiavam em partidos, de forma geral. 96% dos manifestantes não confiavam no PT, bem como aproximadamente 81% não confiavam no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, (PMDB) que era da base do governo. O PSDB, de oposição ao governo, contava com 11% de grau de confiabilidade. Sobre a confiança nos políticos, 80% “não confia” nos petistas, entretanto a falta de confiança também atinge líderes da oposição: 32% “não confia” em José Serra. A questão da desconfiança também recai sobre políticos do legislativo, refletindo a crise de representatividade. Destacamos que, na pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha na manifestação a favor do *impeachment* de março, 82% votaram em Aécio Neves (PSDB) nas eleições de 2014, entretanto, na pesquisa de abril, apenas 11% “confia muito” neste partido. No que se refere à confiança sobre as ONGs e movimentos sociais, de modo geral, mais de 46% dos manifestantes confiam pouco. Para os movimentos sociais alinhados à esquerda como o MST e MTST mais de 79% “não confia”, entretanto para

aqueles posicionados à direita, o VPR tem 70% e o MBL 52% de “confia muito”, o que poderia estar relacionado à desvinculação dos partidos políticos. A confiança na imprensa foi uma variável estudada no âmbito da pesquisa da manifestação de abril, pois *“a imprensa também compunha o sistema político, num sentido ampliado, já que ela é responsável por prover as informações necessárias para o debate e a tomada de decisão políticas”* (Ortellado e Solano, 2015, p.173). Os manifestantes afirmaram confiar pouco no jornal Folha de São Paulo (42%) e no Jornal Nacional (45%). A confiança nos comentaristas políticos também foi objeto de investigação: Raquel Sheherazade (49%) e Reinaldo Azevedo (39%) *“alinhados à extrema-direita”* (Ortellado e Solano, 2015, p.174) foram aqueles em que os manifestantes como confiam muito. (Ortellado e Solano, 2015, pp.169 - 180).

Para a análise da seletividade política, a citada pesquisa que foi realizada na manifestação de dezesseis de agosto de 2015, analisou as seguintes variáveis: a gravidade de escândalos de corrupção, percepção do envolvimento de políticos com corrupção, alternativas para a crise política e concordância com universalidade e gratuidade de serviços públicos. Sobre os escândalos que envolviam corrupção, lideraram como “grave” aqueles relacionados à Operação Lava Jato (99%) e o mensalão PT (99,3%). Os manifestantes também destacaram como “grave” os escândalos que envolviam a oposição, como o caso do Metrô/CPTM (87%), e do Mensalão tucano (80%). Ao mesmo tempo, no estrato “não grave”, a liderança coube ao mensalão tucano (6,7%), indicando haver alguma seletividade política. Em relação à percepção do envolvimento de políticos com corrupção, os manifestantes apresentaram a percepção de que Renan Calheiros, então ligado ao governo, seria envolvido com corrupção (93,8%); enquanto para 89,6%, Dilma também estaria envolvida. Entretanto, aproximadamente 60% não percebiam Geraldo Alckmim e Aécio Neves envolvidos em corrupção. (Ortellado e Solano, 2015, pp.169 - 180). Para a mesma manifestação, o Instituto Datafolha verificou que, em 2014, 77% votaram em Aécio Neves e em caso de *impeachment* da presidenta e do vice, 67% votariam em Aécio. Sobre as alternativas para a crise política,

Os resultados foram ambivalentes. Pouco mais da metade dos manifestantes concordavam total ou parcialmente em entregar o poder para um juiz honesto ou para alguém de fora do jogo político. Por outro lado, 76% concordavam total ou parcialmente em tomar decisões políticas por consultas diretas, e 59% em fortalecer ONGs e movimentos. Felizmente, uma sólida maioria de 71% rejeitava a passagem do poder aos militares. (Ortellado e Solano, 2015, p.176)

No que se refere aos serviços públicos de saúde, educação e transportes coletivos, mais de 72% concordam plenamente com a universalidade e gratuidade dos citados serviços. Para os coordenadores da pesquisa,

o resultado mais surpreendente ocorreu quando investigada a hipótese de que, contrário a todas as aparências, a opinião dos manifestantes no tocante a direitos sociais fundamentais poderia ser progressista, como parte do legado de junho de 2013, isto é, que a defesa dos serviços públicos aventada nas manifestações de dois anos atrás poderia também estar presente na opinião dos manifestantes de 2015, a despeito do antipetismo e da orientação liberal e conservadora dos grupos que convocavam os protestos. (Ortellado e Solano, 2015, pp.169-180)

Em relação ao perfil político-ideológico dos manifestantes, em 13 de março de 2016, de acordo com o Instituto Datafolha³², 98% avaliaram como ruim/péssimo o governo da presidente Dilma; 79% votaram em Aécio Neves; Fernando Henrique Cardoso foi o melhor presidente que o Brasil já teve para 60%; 95% são favoráveis ao *impeachment*; 79% acreditam que a presidente “sim, vai ser afastada”; 96% acreditam que o juiz Sérgio Moro “agiu bem” no depoimento de Lula à Polícia Federal; 70% já participaram de outras manifestações contra o governo e 94% não participavam de nenhum dos grupos que convocaram as manifestações. Para complementar o perfil, o Datafolha consultou a posição política dos manifestantes nas pesquisas de março, abril e agosto de 2015. Em março, 37% se identificavam como “centro”, 12% se percebiam em posições mais alinhadas à esquerda⁹³47% se reconheciam no espectro da direita⁹⁴ Em abril, 34% se identificavam como “centro”, 14% em posições mais à esquerda, e 46% em posições mais à direita; em agosto, 34% se identificavam como “centro”, posições mais à esquerda 14% e posições mais à direita 47%. Ainda que o referido instituto de pesquisas não tenha investigado estes quesitos para os meses de dezembro de 2015 e março de 2016, podemos inferir que nestas manifestações o perfil político-ideológico não tenha sido alterado de forma significativa, pois o perfil socioeconômico não sofreu grandes alterações e as redes sociais continuaram com a campanha favorável ao *impeachment*.

O elemento de coesão decisivo para a consolidação dos públicos de direita foi a disseminação do ódio ao PT, cuja *“disposição cognitiva e emocional teve importantes implicações para o recrutamento e para as características da mobilização social, que as- sumiu a forma de uma cruzada moral, representada na luta do bem (o “nós”) contra*

⁹³ Somamos as posições centro-esquerda com esquerda.

⁹⁴ Somamos as posições centro-direita com direita.

o *mal* (“eles”)(Tatagiba, 2018, p.119). Reiteramos que essa situação foi agravada quando o PSDB não reconheceu a derrota em 2014 e chamou as pessoas para as ruas e, com apoio da mídia impressa e redes sociais construiu o afeto do medo, mais um elemento de coesão para a consolidação dos públicos de direita, que reagiu às políticas afirmativas que vinham sendo implementadas pelo PT, uma vez que estas geraram medo de perder prestígio e posições sociais adquiridas. Este movimento parece ter facilitado a aversão aos projetos ditos de esquerda e a crescente agressividade que logo apareceriam nas redes sociais

3.3 – As manifestações contra o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff

Aconteceram três manifestações em 2015 e uma em 2016 contra o *impeachment* da Presidente de âmbito nacional. Neste contexto, destacamos que quanto menor for o espaço para a disseminação da ideia/opinião, mais chances essa ideia terá de não se tornar um fato social, não criando legitimidade nem se institucionalizando. *Para Tarde* (2005, p. XXIII), “se uma opinião política nova surge, ela produz, ao difundir-se, o declínio de uma ou de várias opiniões novas”. Observamos que nas notícias veiculadas nos jornais, haviam artifícios cujo objetivo era diminuir a visibilidade dos eventos. Nesse contexto, apresentaremos nesta seção, uma análise das capas de jornais, apontando os signos que se pretende destacar, os apelos feitos nas redes sociais, análise dos cartogramas, bem como a comparação entre os números divulgados no jornais pelos organizadores, instituto de pesquisa e Polícia Militar, como apresentado no quadro que se segue:

Quadro 3 – Comparação de número de manifestantes

Data	Lugar	Organizadores (nº manifest.)	Datafolha (nº manifest.)	Pol. Militar (nº manifest.)
13 de março	Brasil	169.000	---	26.050
	São Paulo	100.000	41.000	12.000
20 de agosto	Brasil	207.000	----	62.000
	São Paulo	---	37.000	----
16 de dezembro	Brasil	217.000	----	40.007
	São Paulo	---	55.000	
18 dezembro (2016)	Brasil	1,3 milhões	----	278.006
	São Paulo	500 mil	95 mil	80.000

Fonte: Elaborado por Ramos, Katia, 2021.

Evidenciamos que os números foram construídos a partir de metodologias diferentes, o que fica evidente face à discrepância observada entre eles. *Para Tarde* (2005, p. XXII), o uso de uma opinião define seu valor de verdade. A verdade não é a justiça, é uma quantidade. Por isso o vínculo social (...) é a opinião pública e não uma

verdade determinada”. Os números também atuaram como unificador simbólico, permitindo aos participantes se reconhecerem como grupo de interesse, que partilha valores e ideias.

Figura 14 – Manifestação contra o *impeachment* de 13 de março de 2015



Manifestantes incluem as reformas política e agrária, programas pró-moradia e manutenção de benefícios trabalhistas entre as reivindicações da marcha na rua da Consolação, em SP



No Recife, cartazes e faixas mostram apoio à presidente...



... e crítica a duas medidas provisórias do ajuste fiscal

Atos defendem Dilma, mas criticam governo

Protesto de grupos de esquerda reuniu 41 mil pessoas em SP, diz Datafolha

Os protestos organizados pela central sindical CUT, pelo MST e por outros movimentos em pelo menos 23 capitais nesta sexta-feira (13) defenderam a presidente Dilma Rousseff dos atos por seu impeachment marcados para amanhã (15), mas fizeram críticas à política econômica do governo petista.

As principais bandeiras foram a defesa da Petrobras, alvo de desvios de recursos, e a oposição ao ajuste fiscal do Planalto, que restringe benefícios trabalhistas.

Em discurso no Rio, o líder sem-terra João Pedro Stedile disse que o ministro Joaquim Levy (Fazenda) era um capitalista infiltrado no governo.

Ativistas criticaram ações pelo impeachment de Dilma, classificadas de “golpe da direita”, mas o apoio a ela não impediu cobranças pelas reformas agrária e política.

Para alívio do governo, os atos não foram protestos duros contra o arrocho nem tiveram confrontos que pudessem inflamar opositores.

Policiais estimam a participação de ao menos 26 mil pessoas em todo o país. Os organizadores falam em 170 mil. Em São Paulo, local do maior protesto, o Datafolha calculou público de 41 mil.

Em rede social, o presidente do PSDB, Aécio Neves, incentivou a participação nos atos de amanhã. Poder A4

ANDRÉ SINGER

Democracia pode passar a viver teste de estresse

É possível que a partir de amanhã a democracia restabelecida nos anos 1980 passe a viver inédito teste de estresse. Com o enfraquecimento do governo e com o apoio de segmentos de centro, a hora da direita pode ter chegado. No passado, esse tipo de polarização acabou em golpe. Opinião A2

PROTESTOS ATINGEM 23 CAPITAIS



Planalto errou na comunicação com o país, diz ministro

O governo Dilma precisa se comunicar melhor com a sociedade, tanto na questão do ajuste fiscal como na dos desafios políticos. A afirmação é do ministro Ricardo Berzoini (Comunicações). Em entrevista à *Folha*, ele disse que as pessoas gostam “de ouvir a verdade”. Negou, porém, que a real situação da economia tenha sido omitida na campanha. Poder A9

Fonte:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20163&anchor=5983672&origem=busca&originURL=>. Acesso em 02/11/2021.

Observamos que os manifestantes entendiam como uma traição do governo as Medidas Provisórias 664 e 665 de 2014⁹⁵, que alteravam as regras de acesso a benefícios sociais, como seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença. A capa do jornal busca mostrar uma imagem na qual se pode perceber uma delimitação dos manifestantes entre as construções e os marcos físicos, como um evento de “*menor importância*”, com pouca adesão da população, recurso oposto ao empregado nas imagens que estamparam as capas e reportagens sobre as manifestações antigoverno. As bandeiras do MST aparecem em primeiro plano, há uma solitária bandeira brasileira e a cor vermelha é predominante, seja nas bandeiras ou nas roupas dos manifestantes. Para Jasper (2016, p. 87), “*transmitimos declarações por meio de nossas roupas, desde certas cores que representam uma aliança ou um partido político (...), passando por acessórios como bótons ou camisetas com slogans ou imagens (...)*”. O PT e outras entidades alinhadas utilizam o vermelho como símbolo e em seus símbolos, especialmente nas bandeiras. Considerando que o PT e a esquerda de modo geral foram apontadas pela mídia e redes sociais como inimigos do Brasil, a “mancha” vermelha que se destaca nas capas dos jornais (Figuras 14, 16 e 17) pode movimentar os afetos, gerando uma repulsa pelos grupos de esquerda, identificados ao anti-nacionalismo por meio da dicotomia vermelho / verde-amarelo. Para Guedes e Silva (2019, p.11), “*o vermelho funciona como a contraparte de um sistema de oposições que tem do outro lado as cores verde e amarelo, cuja reconhecida força simbólica viabiliza o englobamento do seu contrário*”.

Para além das mensagens contidas nas imagens dispostas na capa, ressaltamos o uso da informação cartográfica, que apresenta um mapa político do Brasil, com a identificação dos estados bem delimitada, refletindo agora a ideia de uma fragmentação da população quanto ao *impeachment*, que não haveria consenso sobre a aprovação do governo, mesmo nos atos a seu favor. Os pontos (símbolos) utilizados para identificar as localidades em que ocorreram manifestações contra o *impeachment* são distribuídos de forma a indicar a ocorrência de apenas uma manifestação por estado da federação. O conteúdo dos mapas tem tendência a criar distorções em

⁹⁵ As Medidas Provisórias 664 e 665, ambas de 2015, transformaram-se nas Leis nº 13.135 de 2015 e 13.134 de 2015, respectivamente. A primeira trata da pensão por morte, do auxílio-doença, da aposentadoria por invalidez e do auxílio-reclusão. De modo geral, as mudanças foram no sentido de instituir períodos de carência para a percepção do benefício, diminuir os valores pagos pela alteração na fórmula de cálculo, restringir o conjunto de situações contempladas, ampliar o período de pagamento sob responsabilidade das empresas e permitir que convênios realizem a perícia antes a cargo exclusivo do INSS. A MP 665, Lei nº 13.134 de 2015 refere-se ao seguro-desemprego, criando maiores exigências para a concessão dos benefícios a depender se for a primeira, segunda ou terceira solicitação de um mesmo trabalhador. Disponível em: http://sa.previdencia.gov.br/site/2015/04/cartilha_pergresp.pdf Acesso em 26/12/2021.

relação à realidade, que são geralmente medidos em relação a uma norma de objetividade, oriunda dos métodos cartográficos. Nesse sentido, existe a ideia de que os mapas são produtos científicos, que reproduzem uma imagem exata do mundo que representam. Para Harley (2009, s/p)

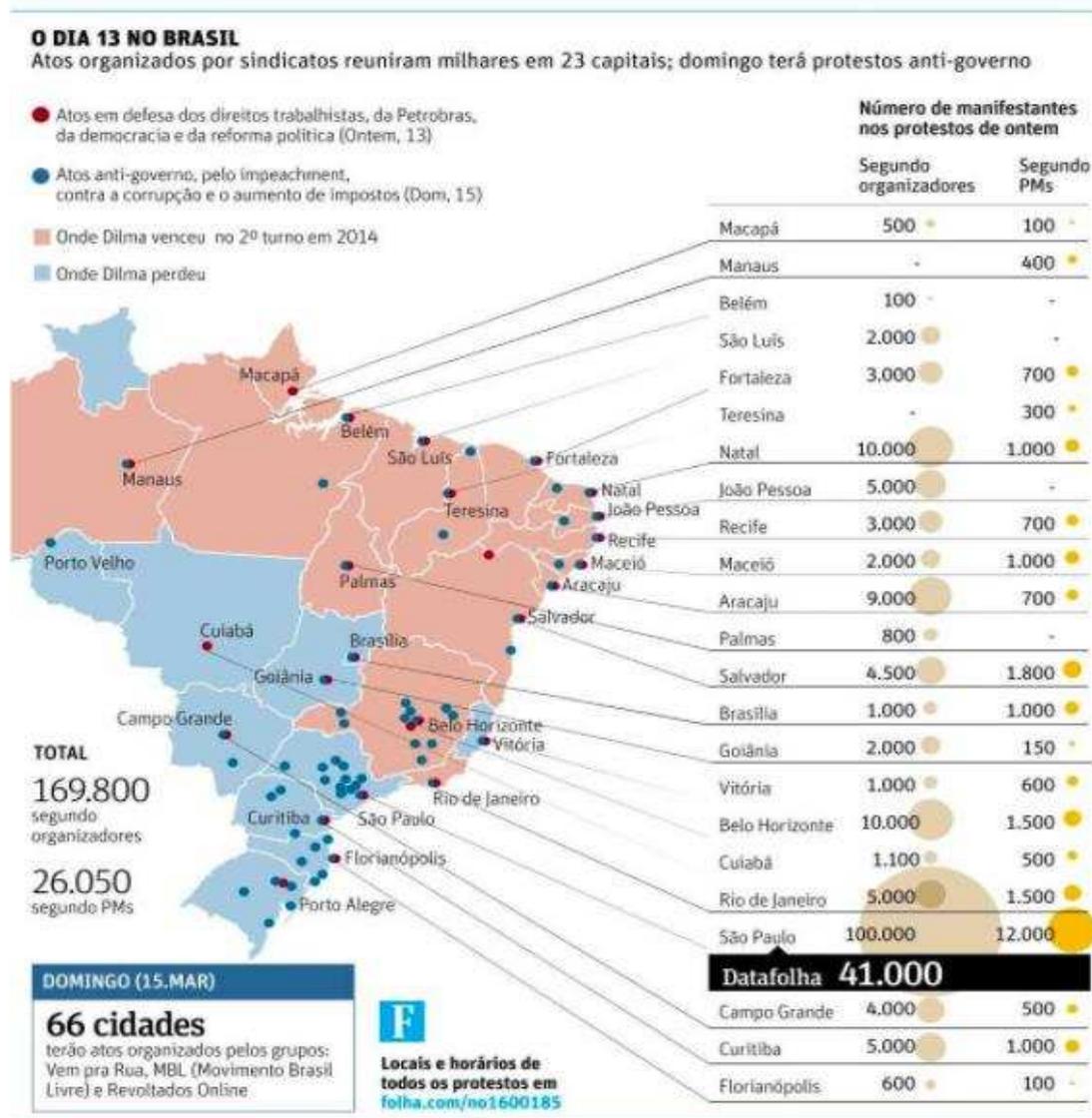
(...) pode-se encontrar distorções intencionais do conteúdo dos mapas com fins políticos; o cartógrafo, nunca foi um artista, um artesão ou um técnico independente. Por trás do criador dos mapas se esconde um conjunto de relações de poder, que cria suas próprias especificações. Sejam impostas por um particular, pela burocracia, ou pelo mercado, estas regras podem, às vezes, ser reconstruídas a partir de um conteúdo de mapas e do modo de representação cartográfica.

No mesmo Jornal (p.A4), encontramos o cartograma (Figura – 21) que mostra em primeiro plano, uma divisão em duas cores: azul, que representa os estados em que a presidenta perdeu as eleições e, rosa, onde ganhou. A este mapa foi acrescentado mais uma camada de informação que diz respeito a ocorrência de manifestações. Os pontos vermelhos indicam “atos em defesa dos direitos trabalhistas, da Petrobras, da democracia e da reforma política”, porém não fala explicitamente sobre a manifestação contra o *impeachment*; os azuis mostram “atos contra o governo, pelo *impeachment*, contra a corrupção e o aumento dos impostos”. Observe-se ainda, que esta é uma edição publicada em 14 de março de 2015 e, de fato, à época, somente havia ocorrido o ato da véspera. As manifestações representadas pelos pontos azuis, ainda não haviam ocorrido, portanto, são expectativas de futuro sobre os atos convocados, antecipações de fatos ainda não ocorridos. A distorção nas informações contidas no cartograma apresentado, nos remete a Tarde (2005, p.69): “os jornais começaram a exprimir a opinião, inicialmente a opinião local de grupos privilegiados, (...); acabaram por dirigir e modelar a opinião quase a seu bel-prazer, (...)”. E assim, essas ideias foram veiculadas por jornais de grande circulação, uma imposição persuasiva, como nos diria Tarde (2005, p. XXI):

o cidadão dos tempos novos orgulha-se de fazer uma *livre escolha* entre as proposições eu lhes são feitas; mas, em realidade, a que segue, é aquela que responde melhor a suas necessidades, a seus desejos, que preexistem a e resultam de seus hábitos, seus costumes, todo o seu passado de obediência. (...) Tanto ontem como hoje não escolhemos realmente nossas opiniões. Grifo do autor.

Dessa forma, a veiculação das narrativas visuais e cartográficas foi mais uma variável a gerar dificuldades na construção de um público à esquerda.

Figura – 21 Cartograma das manifestações ocorridas no dia 13 de março e a expectativa de ocorrência das manifestações no dia 15 de março de 2015



Fonte: Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20163&anchor=5983680&origem=busca&originURL=&pd=ee346d9be911c9e5a46cfe6fb6245744>. Acesso em 27/12/21.

Destacamos que na tabela apresentada na Figura 15, uma representação de figura proporcional, quanto maior o diâmetro da circunferência, maior o número de manifestantes. Neste caso, a cor utilizada para representar o número dos organizadores (maior) é um sépia esmaecido, enquanto que a cor escolhida para a representar o número da Polícia Militar (menor) é um amarelo vibrante. Considerando que a comparação entre os tamanhos dos símbolos é fundamental para a leitura das informações, a escolha das cores foi estratégica para chamar a atenção dos leitores para o menor número de participantes. No que se refere aos números de manifestantes

apresentados, de acordo com os organizadores, compareceram um total de 169.800 manifestantes. Para as Polícias Militares dos estados, 26.050, valor que equivale a aproximadamente 15% do total estimado pelos organizadores.

Mais uma vez, os números vão para os jornais e são convertidos em estatísticas, traduzindo as quantidades em peso político, e, assim, tornando-se o “*olho da sociedade, verdadeiro órgão social*” (Tarde, 2015, XXX). Além disso, oferecem a dimensão de cada grupo em disputa, subsidiando as imagens que mostram um “inimigo” homogêneo e sectário, cuja expressão numérica, porquanto minoritária, não representaria a verdadeira opinião pública nacional. Em 20 de agosto, ocorreu nova manifestação contra o *impeachment* (Figura 16). Mais uma vez o ângulo da fotografia nos conduz a uma visão delimitada da ocupação dos manifestantes, com a bandeira do PT em primeiro plano, como se tivesse a função de lembrar aos leitores a proximidade do “inimigo”. Existem faixas que mostram o desacordo com as políticas sociais e fiscais que o governo vinha implementando,

é preciso registrar também que, em 2015, aliada à crise política gerada pelas denúncias de corrupção, a crise econômica do país se aprofunda e vem à luz dados até então “dissimulados” mostrando o retorno da inflação e do desemprego, crise fiscal, paralisação de obras públicas etc. Gohn (2017, p.62)

Nesse contexto, os manifestantes questionam a política econômica, porém não são contra o governo e nem favoráveis ao *impeachment*, causando uma ambiguidade que “*fragilizava essa corrente*” (Gohn, 2017, p.62). Destacamos que no início de 2015, havia um cenário que mesclava as crises econômica e política, levando a presidenta a reagir e responder às determinações do mercado, contrariando as promessas feitas na campanha eleitoral, iniciando um programa de ajuste fiscal análogo ao defendido pelo PSDB, porém as medidas não surtiram o efeito desejado e criou atrito com a base aliada, gerando muitas críticas a sua gestão, levando a queda de popularidade, que permitiu o avanço dos públicos de direita nas ruas, acirrando ainda mais a polarização política (Tatagiba, 2018, pp.120-128). Essa ambiguidade pode ser um dos elementos que nos ajudam a entender porque não foram formados públicos de esquerda (nossa hipótese de pesquisa) pois o elemento de coesão estava pulverizado em temas diversos. Em agosto, o Instituto Datafolha estimou para São Paulo 37 mil manifestantes enquanto que os organizadores em 207 mil e a Polícia Militar em 62 mil, esses números tem por objetivo “*esclarecer o movimento de uma sociedade, revelando o sentido e a*

intensidade nos grandes domínios da vida social” (Tarde, XXVI). Assim, visando obter maior adesão da população para os atos anti-*impeachment*,

(...) o setor socialista acelerou a campanha #nãovaitergolpe. Sindicatos, movimentos e pequenos partidos de esquerda investiram em atos simultâneos e sequenciais. Mas a militância petista ainda fazia corpo mole na defesa da presidente, por conta de sua agenda de ajuste fiscal. (Alonso, 2017, p. 56).

Em dezesseis de dezembro, mais uma manifestação de expressão nacional contra o *impeachment* (Figura 16). A capa do Jornal Folha de São Paulo utilizou dos mesmos recursos das capas anteriores, como a “mancha” vermelha, imagem de curto alcance visual e destaque para uma entidade alinhada à esquerda, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com o destaque para os seus balões vermelhos.

Figura 22 - Manifestação contra o *impeachment* de 20 de agosto de 2015



Manifestação na avenida Paulista, em São Paulo

Atos contra o impeachment mobilizam 32 cidades no país

Ao menos 32 cidades de 24 Estados e do DF foram palco ontem de manifestos contra o impeachment de Dilma. Para os organizadores de 25 dos atos, 207 mil pessoas participaram. A PM somou 62 mil em 21 municípios.

Em São Paulo, o Datafolha contabilizou 37 mil pessoas. Segundo o instituto, o protesto de domingo (16) na cidade, contrário ao governo, atraiu 135 mil. **Poder A30 e A12**

guia
Veja os destaques do 26º Festival Internacional de Curtas Pág. 8

MUNDO
Julho de 2015 foi o mês mais quente já registrado desde 1880 Pág. 120

Denúncia cobra US\$ 80 mi de Eduardo Cunha e aliada

Procuradoria acusa presidente da Câmara de envolvimento com petrolão; ele nega

Em denúncia ao Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria exige que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e a ex-deputada Solange Almeida paguem US\$ 80 milhões (R\$ 277 milhões), entre reparação e devolução de recursos ao erário.

Eles são acusados pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo a denúncia, Cunha recebeu ao menos US\$ 5 milhões em propina de Julio Camargo, então executivo da Toyo Setal e delator na Lava Jato.

Investigadores dizem que empresas de Camargo, que é católico, pagaram R\$ 250 mil à Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Rio, da qual Cunha é próximo. Caberá ao Supremo decidir se aceita a denúncia, que aumentou o desgaste do parlamentar.

O peemedebista declarou que é inocente e está “absolutamente sereno” com as denúncias. Ele acusou o governo de estar por trás das aparções e disse que foi “escolhido para ser investigado”. A ex-deputada não quis comentar a acusação. **Poder A4**

Fonte: Disponível em:

https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20323&anchor=5999296&origem=busca&originURL=_ Acesso em 02/11/21

Figura 23 - Manifestação contra o *impeachment* de 16 de dezembro de 2015

Ato pró-Dilma reúne 55 mil na Paulista, diz Datafolha

Três dias após as manifestações pelo impeachment da presidente Dilma, protestos a favor dela ocorreram nesta quarta (16) em 22 capitais.

O ato que começou na avenida Paulista reuniu 55 mil pessoas, diz o Datafolha — mais do que as 40,3 mil que estiveram no local no domingo contra o governo. Ontem, a maioria era ligada a entidades sindicais como a CUT e o MST e parte fez críticas à política econômica. Poder A9

Brasil perde selo de bom pagador pela segunda vez

A agência de classificação de risco Fitch retirou o grau de investimento (espécie de selo de bom pagador) do Brasil. É a segunda entidade do tipo a cortar a nota brasileira — a Standard & Poor's rebaixara o país em setembro. A decisão tende a afastar investidores. Mercado A21



Manifestantes em protesto ontem na avenida Paulista em favor da presidente Dilma Rousseff e contra Eduardo Cunha

Cerveró diz que pagou US\$ 6 mi para Renan e Jader Barbalho

O ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró afirmou em delação premiada que repassou US\$ 6 milhões de propina aos senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho, ambos do PMDB, informam **Bela Megale, Graciliano Rocha e Daniela Lima**.

Os pagamentos envolveriam contratos suspeitos de corrupção, entre eles os de refinaria e navios-sonda. Renan nega a acusação. Jader não foi localizado. Poder A7

Justiça condena Azeredo à prisão por mensalão tucano

O ex-governador mineiro Eduardo Azeredo (PSDB) foi condenado a 20 anos e 10 meses de prisão por envolvimento no "mensalão tucano" — esquema de desvio de verba pública para financiar campanha eleitoral de 1998. Azeredo nega a acusação e pode recorrer. Poder A12

Fonte: Disponível em:

https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20441&anchor=6011233&origem=busca&originURL=_. Acesso em 02/11/21

Observamos nas redes sociais das lideranças do evento a convocação para as manifestações que ocorreram em 2015. No *Facebook* da UNE⁹⁶, uma postagem de dezoito de agosto chama a população para manifestação do dia vinte. Dentre os sessenta e seis comentários sobre a postagem, notamos que a maior parte eram de pessoas contrárias às manifestações, que associavam a instituição ao PT, como segue:

Figura 24 – *Print* da UNE

UNE - União Nacional dos Estudantes ✓
18 de agosto de 2015 · 🌐

#bomdia com a convocação geral para a grande manifestação da quinta-feira, dia 20 de agosto. Curtam, divulguem, compartilhem. Ocupar as ruas por mais direitos, liberdade e democracia. **#dia20diadeluta** **#agostodosestudantes** **#aunesomsnós**
Ver menos

👍 157 66 comentários 6,5 mil visualizações

Gosto · Responder · 6 ano(s)

Só pode ser brincadeira, de muito mal gosto. A vergonha na cara acabou mesmo! Os caras falam em petróleo e pré sal ????? É serio isso ?? UNE hoje é um bando de pelego do PT e age como braço do partido

⁹⁶ <https://www.facebook.com/uneoficial/>

Na mesma rede social⁹⁷, em mais uma convocação, observamos uma postagem que demonstra a ausência de um elemento de coesão, dificultando a consolidação de um público à esquerda. Nos comentários, a maioria é a *hashtag* #naovaitergolpe, porém posições contra o governo também estão presentes como se pode ver abaixo:

Figura 25 – *Prints* dos públicos de direita

15 de abril de 2016

A grande verdade é que esse impeachment é um golpe, um ato de vingança do Eduardo Cunha, um processo iniciado por Aécio Neves que numa atitude típica de menino mimado não aceitou a derrota nas urnas em 2014.

Não é uma posição em favor do governo Dilma que está péssimo e ninguém pode negar isso. Trata-se de algo maior que é a defesa da Legalidade e da DEMOCRACIA

Eu não posso ser omissivo e deixar que se aplique um golpe contra a DEMOCRACIA e assistir como mero espectador sem me manifestar.

Sem nenhuma dúvida eu afirmo:
ESSE IMPEACHMENT É UM GOLPE!!!!

Eu quero mais DEMOCRACIA e esse rompimento do processo Democrático vai colocar o Brasil numa situação muito pior do que já está.

NÃO É PELA DILMA E NEM PELO PT, é pela DEMOCRACIA e Pelo Brasil que estamos lutando contra esse GOLPE!!!!

#DemocraciaSimGolpeNão

134 100 comentários 35 partilhas

Não é golpe...pelo contrário é a comprovação da democracia... O povo não quer mais a Dilma no poder...estamos exercitando o direito democrático.

Gosto Responder · 5 ano(s)

Em dezembro, o Instituto Datafolha estimou 55 mil manifestantes em São Paulo, enquanto que os organizadores 270 mil e a Polícia Militar três mil, na mesma cidade⁹⁸. Em março de 2016, mais uma manifestação contra o *impeachment*, que foi notícia na capa do jornal Folha de São Paulo. Na fotografia mesmo com um ângulo que permite ver maior extensão, observa-se um distanciamento que não permite visualizar as pessoas, apenas a mancha vermelha delimitada pelos prédios. A manchete diz “*Ato pró-governo reúne 95 mil na paulista, calcula Datafolha*”; em letras menores, vem informando que no ato do dia 13, “*500 mil pediram saída de Dilma*”. Desta vez, com a proximidade da votação do *impeachment*, a disputa pelos números veio para a capa, como um lembrete de que existem muito mais pessoas favoráveis do que contra. As manifestações de março de 2016 foram aquelas em que a disputa de números se mostrou mais acirrada e relevante, pressionando a votação do *impeachment*. Isso pode causar dúvidas na opinião de algumas pessoas, pois (Tarde, 2005 p. XIV):

⁹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/hashtag/democraciasimgolpenão>. Acesso em: 02/11/21.

⁹⁸ Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20441&anchor=6011231&origem=busca&originURL=&pd=991d81214770de9f732b1f7c720b7a4d>. Acesso em: 02/11/21.

a ideia nova também pode contradizer uma opinião dominante e produzir uma “interferência-luta”. A inovação poderá então expandir-se progressivamente e substituir pouco a pouco a opinião dominante, até tornar-se ela própria uma opinião dominante descartada (...) por uma nova opinião.

Para Tarde (2005, pp XIII-XXXIV), o fato social tem origem na imitação que pode ser compulsória ou espontânea, eletiva ou até mesmo inconsciente, e vai sendo disseminada na sociedade e, progressivamente, vai sendo absorvida pelos grupos e públicos. A imitação vai acontecendo a partir das relações entre os indivíduos, pois na medida em que a ideia de uma pessoa torna-se a mesma de um grande número de pessoas, essa ideia passa a ser legítima. Então, os números apresentados, além de expressarem a pretensão de superioridade dos grupos em disputa, estabelecem essa nova ideia/opinião como um fato social, até então não institucionalizado. Os meios de comunicação, seja a mídia convencional ou as redes sociais distribuem informações/opiniões, que são selecionadas pelas pessoas e, compartilhadas com alguém de opinião similar, construindo um elemento de coesão para a consolidação de um público. Para Tarde (2005, p.XXII), *“A verdade de uma ideia, no sentido social da palavra, aumenta na medida em que a fé nessa ideia se expande num maior número de espíritos de igual importância social e fortifica-se em cada um deles. Ela diminui no sentido inverso”*. Entendemos ser papel da mídia divulgar tais informações/opiniões, pois o *“protagonismo da imprensa na vida política não pode ser ignorado”*. (Rodrigues, 2017 p. 53). A opinião da imprensa está subjacente na escolha das fotos e na elaboração das manchetes, isso não seria um problema. No caso do *impeachment* da presidenta Dilma, o que presenciamos foi que *“a assimetria de vozes e narrativas torna-se evidente. Nesse cenário não há nem diversidade cultural, nem pluralidade de informações, mas sim o oligopólio da comunicação”*. (Rodrigues, 2017 p. 53).

Figura 26 - Manifestação contra o *impeachment* de 18 de março de 2016

Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha

Presente no evento, Lula adota discurso conciliador; no domingo (13), 500 mil pediram saída de Dilma



Ato pró-governo na av. Paulista, às 19h25, momento de maior aglomeração, diz Datafolha

O maior ato pró-governo Dilma Rousseff (PT) reuniu 95 mil na avenida Paulista, segundo o Datafolha — em dezembro, 55 mil foram ao local em apoio à presidente.

No domingo (13), 500 mil manifestantes pediram o *impeachment* da petista.

Nesta sexta (18), movimentos ligados ao governo realizaram atos em todo o país, em apoio ao ex-presidente Lula e com críticas ao juiz Sergio Moro, da Lava Jato.

Na avenida Paulista, Lula adotou tom conciliador. Afirmou ter voltado a ser "Lulinha Paz e Amor", pediu a opositores que "não nos tratem como inimigos" e disse que não vai ter golpe.

Ele declarou ter aceitado a chefe da Casa Civil para ajudar Dilma, em resposta à acusação de que buscava obter o foro privilegiado.

Uma nova divulgação de gravação telefônica, autorizada por Moro, mostra que o presidente do PT, Rui Falcão, pressionou o ministro Jaques Wagner para colocar Lula no governo federal.

Em evento na Bahia, Dilma disse que, em outros países, aqueles que grameiam presidente sem autorização da Suprema Corte são presos.

O PRB entregou o Ministério do Esporte, primeira baixa no alto escalão desde a abertura do processo de *impeachment*. Poder A4

ENTREVISTA
EUGÊNIO ARAGÃO, MINISTRO DA JUSTIÇA

Equipe da PF será trocada se houver cheiro de vazamento

O novo ministro da Justiça, Eugênio Aragão, 56, mandou um recado à Polícia Federal: trocará a equipe inteira de uma investigação se houver vazamento de informações.

"Cheirou vazamento por agente nosso, a equipe será trocada, toda. Não preciso ter prova", declarou ele em entrevista a Leandro Colon.

O ministro negou ter a intenção de influenciar a Lava Jato, da qual a PF é parte central. José Eduardo Cardozo, seu antecessor na pasta, era criticado pelo PT por não "controlar a Polícia Federal".

Aragão classificou de "extorsão" o método de negociação das delações premiadas na Lava Jato. Poder A10

Janot chancelou a divulgação das gravações de Lula

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu aval para a divulgação das conversas telefônicas do ex-presidente Lula horas antes do pedido do fim do sigilo sobre a investigação do petista.

Investigadores avisaram Janot que os grampos envolviam também pessoas com foro, além de menções ao procurador. Poder A8

OAB vai apoiar o *impeachment* da presidente Dilma

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) apoiará o *impeachment* da presidente Dilma. A decisão foi tomada nesta sexta-feira (18) pelo conselho da entidade.

A entidade aprovou parecer da comissão que analisa o pedido de afastamento e que aponta suposto cometimento de crimes de responsabilidade. Poder A11

Fonte: Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20534&anchor=6018614&origem=busca&originURL=>. Acesso em 02/11/21

3.4 – Perfil dos manifestantes de esquerda

Desde a vitória nas eleições presidenciais, a oposição liderada pelo PSDB pedia o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Quando assume seu segundo mandato em 2015, as relações políticas da presidenta com o Congresso Nacional eram ruins criando uma séria crise política e acirrando a econômica. Nesse contexto, uma parcela da população defende a presidenta e realizam manifestações, que repudiavam o *impeachment*, levando milhares de pessoas às ruas, em várias cidades brasileiras. Evidenciamos que ao longo do ano de 2015, ocorreram quatro manifestações contra o

impeachment e uma em dezoito de março de 2016⁹⁹. Todas foram convocadas, principalmente, pelo MST, CUT, UNE dentre outras instituições de mesmo posicionamento político.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha nas manifestações de 2015, podemos observar que o perfil socioeconômico dos manifestantes não sofreu maiores alterações, apesar das variações no percentual de participantes, como pode ser observado no quadro abaixo. Em todas as manifestações, a maioria dos participantes era do sexo masculino, com uma participação mínima de 59% (agosto, 2015) e máxima de 63% (março, 2015). Em relação à faixa etária, no grupo de 12 a 20 anos, observamos uma redução na participação e uma discreta progressão no estrato 21 a 25 anos (6% em março e 8% em dezembro); de 26 a 50 anos o número de participantes diminuiu e, em sentido contrário, houve um aumento na participação das pessoas de mais de 51 anos, houve uma variação expressiva: a primeira manifestação com 21%, atingindo 32% em agosto, chegando aos 35% em dezembro, 2015. No quesito escolaridade, para aqueles que possuem o ensino fundamental, o ápice ocorreu em agosto com participação de 18%, a mínima foi em dezembro 12%; no ensino médio, houve variação significativa, pois em março eram 18% e em agosto 30%; o superior contou mais de 50% de manifestantes, sendo observado o máximo em 68%. Sobre a cor, a branca liderou com uma participação mínima de 46% (em agosto) e máxima de 56 % (em março); podemos observar que as categorias da cor preta e parda, mesmo se somadas, apenas na manifestação de agosto (49%) consegue ser ligeiramente maior que a branca (46%). A estratificação por renda mostra uma menor participação dentre os que têm remuneração de até três salários mínimos e aqueles com mais de vinte salários mínimos. A maior parte dos manifestantes possuíam renda entre 3 a 10 salários mínimos. Mais de 80% faz parte da população economicamente ativa (PEA), com destaque para os assalariados registrados (mínimo de 19% em março e máximo de 38% em dezembro) e funcionários públicos (mínimo de 13% em dezembro e máximo de 44% em março). Dentre aqueles que não estavam incluídos na PEA, a participação variou entre 13% (março) e 18% (dezembro). Assim, podemos inferir que os manifestantes de esquerda são predominantemente masculinos, com mais de cinquenta anos, ensino superior, de cor branca e com rendimentos compatíveis com o estrato de classe média, como pode ser observado no quadro abaixo:

⁹⁹ O Instituto Datafolha não publicou pesquisa para a manifestação de 18/03/16.

Quadro 4 – Comparativo entre o número de manifestantes nas manifestações contra o *impeachment* em 2015 e 2016.

		13/03/15 ¹⁰⁰	20/08/15 ⁴³	13/03/16 ¹⁰¹
Sexo (%)	Masculino	63	59	60
	Feminino	37	41	40
Idade (anos)	De 12 a 20	8	5	5
	De 21 a 25	6	7	8
	De 26 a 35	27	22	21
	De 36 a 50	38	34	30
	51 e +	21	32	35
Escolaridade (%)	Fundamental	14	18	12
	Médio	18	30	26
	Superior	68	52	62
Renda (Sal. Mínimo - %)	Até 2	18	24	16
	De 2 a 3	20	17	14
	De 3 a 5	24	16	20
	De 5 a 10	21	21	25
	De 10 a 20	10	15	15
	De 20 a 50	1	5	6
	Mais de 50	1	0	0
Cor	Branca	56	46	52
	Parda	28	32	25
	Preta	12	17	18
	Outra	4	4	4
Ocupação Principal	PEA	87	84	82
	NÃO PEA	13	16	18

Fonte: Elaborado por Ramos, Katia a partir de Datafolha Instituto de Pesquisas - Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf. Acesso em 25/10/21.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>. Acesso em 25/10/21

¹⁰¹ Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao_13_03_2016.pdf. Acesso em 25/10/21

Contudo, consideramos insuficiente apenas o delineamento do perfil socioeconômico dos manifestantes para entender a dinâmica da participação nas manifestações, o que nos leva a incluir na análise o perfil político-ideológico. Para isso, utilizamos a pesquisa coordenada pelo Núcleo de Estudos e Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo¹⁰² (FPA) intitulada “*Projeto: Manifestações março – comparativo 13 e 18 e 2015 /2016*”, realizada na avenida Paulista. Em 2015, 70% votaram na presidenta Dilma no primeiro turno, enquanto que em 2016, 69%; No segundo turno, 82% em 2015 e 87% em 2016. Sobre a relação com o governo Dilma, os que votaram na presidenta e estão satisfeitos, em 2015 eram 58% e 2016, 63% enquanto que 61% (em 2015) e 66% (em 2016) entendem que a presidenta tem cumprido suas promessas de campanha; No que se refere ao interesse na política, 48% (2015) e 66% (2016) estavam muito interessados; Quanto aos meios de informação sobre política, 53% (2015) e 48% (2016) buscavam informação na *internet*; Em relação à participação em organizações, observamos que para sindicato, centro acadêmico e partido político houve uma redução nas participações¹⁰³ enquanto que para os movimentos sociais houve um discreto aumento de 24% (2015) para 26% (2016), mas destacamos que a maioria não participa de organizações: 36%, em 2015 e 47%, em 2016; No que se refere ao auto posicionamento no espectro direita/esquerda, 71% (2015) e 83% (2016) se posicionaram como esquerda, de forma ampla. Quando questionados sobre forma de governo, 87% (2015) e 93% (2016) entendem que a “*democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo*”. Sobre a tolerância à pluralidade de opiniões 54% (2015) e 46% (2016) entendem que “*existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população*” e que estas “*podem ter suas ideias e tentar convencer os outros*”.

Ainda na conformação do perfil político-ideológico dos manifestantes de esquerda, sobre posicionamentos em relação a algumas pautas, a questão era ser a favor ou contra sobre:

Pauta	Totalmente contra		Totalmente a favor	
	2015	2016	2015	2016
Deus não existir	54	40	19	24
Criminalização do aborto	71	75	9	9

¹⁰² Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>. Acesso em 13/11/21.

¹⁰³ Sindicato: 2015 – 27% e 2016 – 12%;
Centro Acadêmico: 2015 – 6% e 2016 – 2%;
Partido Político: 2015 – 24% e 2016 -11%.

Pena de morte no Brasil	69	79	12	7
Melhor ditadura em certas situações do que um regime democrático	81	86	4	5
Adoção de crianças por casais homossexuais	12	13	74	73

Evidenciamos que as opiniões contidas nas pautas progressistas foram rebatidas pelos públicos de direita. No confronto das ideias, uma sociedade de caráter conservador emergiu com forte apoio dos meios de comunicação. Participaram dessas manifestações os movimentos sociais clássicos (sindicais, estudantis e populares) e novos (movimento de mulheres, por exemplo). Em 2015, esses movimentos se uniram e criaram duas frentes de ação política: a Frente Brasil Popular e a Frente Brasil Sem Medo. Essas frentes se apresentam “*como progressistas, ou de esquerda, contrapondo-se aos que denominam como conservadores ou da direita*” (Gohn, 2017, p.73) e foram criadas em razão da dificuldade de se encontrar uma narrativa comum de todos os segmentos. Ou seja,

as Frentes surgem como uma articulação estratégica, entre inúmeros movimentos sociais já existentes, com demandas específicas, que se uniram em função do contexto político nacional, denunciando os perigos do “golpe”, a perda de direitos sociais, a mudança das políticas de inclusão social dos últimos 15 anos etc. (Gohn, 2017, p.73)

Evidenciamos que ambas as Frentes são contra o impeachment da presidenta Dilma. Entretanto, a Frente Povo Sem Medo “acredita que as críticas são essenciais para evitar “*que a presidência ceda ainda mais à pressão do que chamam de grupos conservadores e continue a adotar mais políticas de austeridade*”¹⁰⁴. Por outro lado, a Frente Brasil Popular, ligada ao PT, “acredita que o momento não é de aumentar o tom contra as políticas de austeridade do Governo, algo que, para os petistas, pode desgastar ainda mais Rousseff nesta crise política”⁴⁷. Fica evidenciado que entre esses movimentos, que objetivam rearticular a esquerda, existem aproximações e divergências. A formação de duas frentes indica que não há organicidade nas estratégias, propostas e bandeiras para compor uma frente única de esquerda, pois cada uma delas prioriza seus projetos políticos em detrimento de composição de alianças políticas mais abrangentes. Neste cenário, as ideias/opiniões, no sentido tardeano, não encontram um ambiente propício à sua disseminação.

¹⁰⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Acesso em 15/11/21.

O fenômeno social não reside fundamentalmente no sentido da opinião, num conteúdo particular de que seríamos portadores, mas no fato de opinar no mesmo sentido (...). A questão de sentido não se coloca portanto, e isso tanto mais que o critério de *verdade* de uma opinião só se encontra em potência quantitativa, ou seja, no número de indivíduos que a partilham. (Tarde, 2005, p. XXII). Grifo do autor.

A fragmentação das frentes não permitiram uma homogeneização de opiniões, limitando sua propagação, “se uma opinião não se propaga espontaneamente é por causa (...) da similitude imperfeita de cérebros e uma liberdade também imperfeita de comunicação. (...) a imitação acarreta a propagação dos comportamentos sociais e sua adoção pelos grandes números dos membros da comunidade”. (Tarde, 2005, p. XXV). Essa é mais uma das variáveis que não permitiram a consolidação de um público de esquerda.

Conclusão

O objetivo da dissertação foi contribuir para um debate sobre o significado político e social das manifestações ocorridas em 2013 e seus desdobramentos, fazendo uso dos conceitos de multidão e público, abordado como um fator de agência e mudança social. Iniciamos com a discussão da polissemia do vocábulo “multidão”, que foi amplamente utilizado durante os eventos ocorridos entre os anos de 2013 e 2016 e foram objeto de grande visibilidade, com ampla cobertura da mídia e das redes sociais, passando a ser pauta principal dos veículos de comunicação, que são responsáveis, em grande parte, pela formação da opinião pública. Destacamos que as redes sociais digitais baseadas *na internet* e plataformas sem fio foram ferramentas importantes para mobilização da multidão e, posteriormente, protagonistas na consolidação do público de direita.

Para evidenciar a multidão como categoria empírica, utilizamos imagens e manchetes de jornais que no primeiro momento procurou mostrar a multidão como uma massa amorfa, e, em seguida uma multidão que se tornava violenta e enfrentava a força policial, colocando-se contra o Estado e contra a ordem, desqualificando os objetivos das manifestações. Nas matérias analisadas, apresentava-se um *ethos* violento, que mesclavam baderna, crime e violência, eclipsando uma dimensão maior das Jornadas de Junho cujo início se caracterizava como uma grande mobilização popular, pacífica e democrática. Assim, os discursos foram sendo reinterpretados, associados à violência e distribuídos para a população, como uma verdade absoluta, contribuindo para a construção da opinião pública negativa sobre as manifestações per si. A mídia construiu uma atmosfera de medo, um afeto político que está diretamente ligado à questão dos indivíduos, constituindo um elemento de coesão social, propiciando a formação um público alinhado à direita e não de esquerda. Destacamos que os partidos alinhados à esquerda do espectro político, quando conquistaram a hegemonia no governo, distanciaram-se da população e “*enterraram a pauta da participação popular e da gestão participativa direta*”. (Rolnik, 2013, p.11). Isso deixou claro a necessidade de uma reforma política, pois a questão relativa à representação não estaria relacionada apenas a crise dos partidos políticos e do sistema político, de modo geral.

Para tematizar a multidão enquanto categoria analítica partimos dos conceitos de Gabriel Tarde e de Hardt e Negri. Para Tarde, a multidão “*é o grupo social do passado; depois da família, é o mais antigo de todos os grupos sociais*” (2005, p.13), teria “*surgido aparentemente por geração espontânea*” (2005, p.33) e teria apenas “*conexão física e não psíquica*” (2005, p.6), que só poderia se mover dentro de um

pequeno raio. Para Hardt e Negri, a multidão se caracteriza pelo ajuntamento de pessoas de forma não artificial, mobilizadas em torno de pelo menos um interesse comum, que compartilham um sentimento de solidariedade, senso de comunhão e coesão mental, permanecendo individualizadas, ou seja, com a convicção plena de suas identidades singulares. Nesse sentido, os autores entendem que a multidão “*é composta de um conjunto de singularidades*” (2004, p. 139) que, embora múltipla, “*não é fragmentada, anárquica ou incoerente*” (2004, p. 139) e acrescentam: “*as ações e constituição da multidão estão baseadas no que tem em comum, não na sua identidade ou unidade* (2004, p. 140). As manifestações de junho de 2013 destacaram a multidão com suas variadas singularidades, que foram sendo explicitadas na medida em que se ampliaram. Novos manifestantes se somaram àqueles que, no início, reivindicavam a revogação do aumento das tarifas do transporte público. Nesse contexto, as singularidades estavam apresentadas nos inúmeros cartazes com reivindicações diversas (de saúde a corrupção, por exemplo), que eram empunhados por pessoas de diversas origens mostrando que a multidão é irreduzível, uma vez que as diferenças estavam expressas. Evidenciava-se assim que não havia uma homogeneidade, porém havia um elemento em comum: a insatisfação com as políticas públicas nas mais diversas áreas, principalmente de saúde, educação e segurança pública.

Destacamos que para a verificação da hipótese da pesquisa: “*apesar de haver uma multidão posicionada à esquerda, a explosão da multidão das jornadas de 2013 não consolidou um (novo) público de esquerda*”, Gabriel Tarde foi um autor fundamental, pois contrapõe o conceito de público ao de multidão. O primeiro é “*uma evolução mental e social bem mais avançada que a formação de uma multidão*” (2005, p.9), que de certa forma poderia ser comparada a “*sociedades animais mais inferiores*” (2005, p.6), caracterizadas, principalmente, por uma conexão apenas física. Assim, a principal diferença entre o público e a multidão seria a coesão mental, que une um público, porém inexistente na multidão. Para Hardt e Negri, a multidão se caracteriza pelo ajuntamento de pessoas de forma não artificial, mobilizadas em torno de pelo menos um interesse comum, que compartilham um sentimento de solidariedade, senso de comunhão e coesão mental, permanecendo individualizadas, ou seja, com a convicção plena de suas identidades singulares. Nesse sentido, estes autores entendem que a multidão “*é composta de um conjunto de singularidades*” (2004, p. 139) que, embora múltipla, “*não é fragmentada, anárquica ou incoerente*” (2004, p. 139) e acrescentam: “*as ações e constituição da multidão estão baseadas no que têm em comum, não na sua identidade ou unidade* (2004, p. 140).

Para Tarde (2005, p. 5), a multidão não se confunde com público, pois são categorias de análise distintas, entretanto não é possível entendê-las individualmente, pois nem sempre que explode a multidão, seus estilhaços formam públicos, mas todo público tem sua origem na multidão. Entendemos que a explosão da multidão em junho de 2013 originou públicos de direita, uma vez que estes conseguiram se institucionalizar. Utilizamos também a categoria analítica de opinião, que se constrói para formar valores e que foram fundamentais para a construção de sentimento de pertencimento, na medida em que cria elemento de coesão mental e social, importantes para a consolidação do público de direita. Apesar das manifestações terem sido iniciadas pela esquerda *“ficou indeterminado quando se verificou que tal fração de classe pode ser fisgada pela direita, a partir dos apelos contra a corrupção”* (Singer, 2013, s/p). Este fato representa mais uma variável que nos auxilia a compreender a não consolidação de um público de esquerda, mas sim públicos de direita, uma vez que se constituíram um espaço ideal para a disseminação de informações e sentimentos comuns aos públicos de direita. Outro ponto, foi entender que os afetos têm relação com a gênese dos públicos uma vez que a mídia construiu uma atmosfera de medo, um afeto político diretamente ligado à questão dos indivíduos, constituindo um elemento de coesão social, propiciando a formatação um público alinhado à direita. Assim, a multidão que havia sido formada em junho de 2013, a partir de um movimento de esquerda, estava sendo fragmentada em públicos de direita, com elementos de coesão que tinham o viés do conservadorismo moral, com ataques a minorias e proposição de políticas autoritárias, por meio de intervenção militar ou judicial, além da pauta da corrupção, que promoveu o afeto da indignação. Além deste, estava o medo das políticas afirmativas que vinham sendo implementadas, favorecendo a produção de subjetividades reativas e levando a classe média às ruas para afirmar suas preferências políticas.

Destacamos ainda, que para a formatação dos públicos de direita, outros fatores devem ser considerados, tais como a construção de uma identidade coletiva criada a partir das interações e conflitos entre grupos sociais e, principalmente, as mudanças nas estruturas de oportunidades que favorecem a ação destes. Entendemos que não devemos imputar o avanço dos públicos de direita exclusivamente aos acontecimentos das jornadas de junho de 2013 como faz grande parte da análise política, uma vez que se trata de um *“processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma das suas manifestações, (...) o surgimento de um novo modus operandi de ação político-ideológica”*. (Casimiro, 2018, p.41). Algumas das imagens apresentadas nas manifestações de 2013, particularmente a partir da fase de diversificação iniciada em

11 de junho apontam para o início da polarização política, que posteriormente vai adquirindo expressão nacional a partir da formação dos públicos de direita, que vai se consolidando com o contínuo retorno às ruas. A partir deste momento, quem vai para as ruas não é mais a multidão, mas um público organizado a partir da experiência da rua que vai ativar a dimensão afetiva fundamental para a participação política. (Bringel e Pleyers, 2015, p.11). Este público reagiu às políticas afirmativas que vinham sendo implementadas pelo PT, uma vez que estas geraram medo de perda do prestígio e da distinção adquiridas, criando forte aversão aos projetos de esquerda. Assim, no pós-2013 surgiram os novíssimos movimentos sociais, cujo início foi viabilizado pela *internet*, que possibilitou criar algumas das condições que permitiram a organização e expansão de públicos de direita como o Movimento Brasil Livre – MBL e o Vem Pra Rua – VPR, em 2014.

Em 2014, a identificação entre direita e esquerda passa a ser contundente, com símbolos, cores, gritos de guerra e performances levados à rua pelas pessoas, marcando suas insatisfações e as diferenças ideológicas eclodem apontando para a polarização política que se mostrou resistente e, tem conseguido se manter até aos dias atuais, perpassando as eleições presidenciais de 2014. Para manter a sociedade polarizada, uma das estratégias foi a construção de um inimigo cujo elemento de coesão decisivo para a consolidação dos públicos de direita foi a disseminação do ódio ao PT, cuja *“disposição cognitiva e emocional teve importantes implicações para o recrutamento e para as características da mobilização social, que assumiu a forma de uma cruzada moral, representada na luta do bem (o “nós”) contra o mal (“eles”)*”(Tatagiba, 2018, p.119). Reiteramos que essa situação foi agravada quando o PSDB não reconheceu a derrota em 2014 e chamou as pessoas para as ruas e, com apoio da mídia impressa e redes sociais construíram o afeto do medo, mais um elemento de coesão para a consolidação dos públicos de direita, que reagiu às políticas afirmativas que vinham sendo implementadas pelo PT, uma vez que estas geraram medo de perda do prestígio e da distinção adquiridas, criando forte aversão aos projetos ditos de esquerda, além da agressividade vista nas redes sociais.

Os meios de comunicação foram determinantes na capilaridade das ideias dos públicos de direita nas redes sociais também podem ser uma variável que nos possibilita a entender porque não se formaram públicos de esquerda, mas sim de direita. De acordo com Tarde (2015, p.X), as ideias estariam em estado latente esperando o momento adequado para brotar e os agentes que poderiam, por *imitação* dar uma forma a elas. A imitação, no sentido Tardeano, é o que garante a coesão, pois quando os

indivíduos imitam e compartilham valores e sentidos, eles se aproximam, criando um elo entre si. Considerando que “(...) *as imitações percebidas pela estatística (...) são imitações realizadas*” (Tarde, 2005, p. XXIX), para os públicos identificados à direita era importante se perceber numericamente como uma força maior do que individualmente as pessoas se imaginavam, pois o espaço público e o espaço urbano na modernidade são fragmentados não permitindo aos indivíduos a visão da totalidade. As capas de jornais buscaram mostrar imagens que corroboravam com os elevados números de presentes às manifestações para àquelas a favor do *impeachment* e para as contra o *impeachment*, como um evento de “*menor importância*”, com pouca adesão da população. Nas redes sociais, a imitação, no sentido Tardeano, permitiu a produção de sociabilidades na sociedade, pois quando cada inscrito/seguidor compartilha postagens, estes estão ampliando o processo de troca de informações e possibilitando um comportamento, que pode servir para “*mostrar os efeitos favoráveis ou prejudiciais produzidos pela imitação de cada uma delas e, por conseguinte, influir que terão conhecimento desses resultados numéricos, sobre a propensão que teriam a seguir ou não estes ou aqueles exemplos.*” (Tarde, 2005, p. XXX). Considerando que na perspectiva de Tarde (2005, pp XIII-XXXIV), o fato social têm origem na imitação que pode ser compulsória ou espontânea, eletiva ou até mesmo inconsciente, e vai sendo disseminada na sociedade e, progressivamente as ideias ditas conservadoras foram sendo absorvidas e consolidando os públicos de direita. A imitação destas ideias foram sendo disseminadas até tornarem-se a mesma de um grande número de pessoas, adquirindo legitimidade e cria um fato social que ainda não estava institucionalizado.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Tales. **Crise, Alucinação e Mentira: O anticomunismo do nada brasileiro**. In.: Conservadorismos, fascismos e Fundamentalismos. Orgs.: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Tirol. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. pp. 117 - 142.

ADORNO, Theodor W. **A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista**. Publicado em 25/10/18. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>. Acesso em 31/08/20.

ALONSO, Ângela. **A política das ruas 25/09/2016**. Folha, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/09/1816167-a-politica-das-ruas.shtml>. Acesso em: 27/07/21.

ALONSO, Ângela. **A política das ruas**. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos Estudos Cebrap. São Paulo. Especial. pp. Junho 2017. Disponível em: http://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf
Acesso em: 27/07/21.

ANDRADE, F. M. **Notas sobre os confrontos de junho de 2013 no Brasil**: causas prováveis, significados em disputa, possibilidades históricas. 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_3491594aaf81cadf1e20f0cd3c0eadcf
Acesso em 28/07/21.

ARAÚJO, C. J. **Jornadas de junho de 2013**: a rede em rede. 2016. 101p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23106>
Acesso em 28/07/21.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Os sentidos da participação para o partido dos trabalhadores(1980-2016)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS Vol. 34 nº 100. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9Z9CT9Qcp43DsXwkNxyLYXd/abstract/?lang=pt>
Acesso em 28/07/21.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. Razões e Significados de uma distinção política. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 187p.

BRASIL, **Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro

de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm.

Acesso em 10/10/21.

BRASIL, **Lei 12.858 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm

Acesso em 10/10/21.

BRASIL, **PEC 90/2011**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Transformada na Emenda Constitucional 90/2015. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=522343>

Acesso em 10/10/21.

BRASIL, **Lei nº 13.134 de 2015**. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13134.htm

Acesso em: 12/12/21.

BRASIL, **Lei nº 13.135 de 2015**. Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13135.htm

Acesso em: 12/12/21.

BRINGEL, Breno. **Movimientos sociales y la nueva geopolítica da la indignación global**. 2017. Disponível em:

<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm&ogbl#inbox/FMfcgxwJXLmmHGjfFNNbrJmqpNzdGWpg?projector=1&messagePartId=0.3>. Acesso em 18/08/20.

BRINGEL, Breno e SPOSITO, Marília P. Apresentação do Dossiê: **Tendências disciplinares e diálogos necessários**. Educ. Soc., Campinas, v. 41, e238520, 2020. Disponível em:

<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm&ogbl#inbox/FMfcgxwJXLmmHGjfFNNbrJmqpNzdGWpg?projector=1&messagePartId=0.2>. Acesso em 19/08/20.

BRINGEL, Breno e PLEYERS, Geoffrey. **Junho de 2013...dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil**. Conjuntura NUSO n^o novembro. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/junho-de-junho-dois-anos-depois/>. Acesso em 17/08/20.

BRUGNAGO, Fabrício e CHAIA, Vera. **A nova polarização política nas eleições de 2014**. In: Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22032>
Acesso em 20/08/20.

BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?**. In.: Conservadorismos, fascismos e Fundamentalismos. Orgs.: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Tirol. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. pp. 15 – 68.

CASIMIRO, **A reemergência da direita brasileira**. In.: O Ódio Como Política. Org. Esther Solano Gallego. 1^a. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. pp.41-47.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271p.

CARDOSO, Adalberto Moreira e Préticalle, Edmond. **Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando?**. 2017. 18p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/BzYpTwFd4bcZddnFnmJjBRz/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 28/12/21

CARDOSO, **Classes médias e políticas no Brasil: 1922 – 2016**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. 280p

CEPÊDA, Vera Alves. Dossiê – Interpretações do Brasil Contemporâneo. **A nova direita no Brasil: Contexto e matizes conceituais**. Londrina, 2018. V.23 N.2. pp.40-74. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801/pdf>. Acesso em 06/10/2020.

COSTA, Gustavo Paccelli. **Movimentos sociais e democracia: reflexões contemporâneas sobre o ativismo social**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) - da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://www.ufjf.br/graduacaocienciasocias/files/2010/11/`MOVIMENTOS-SOCIAIS-E-DEMOCRACIA`-Gustavo-Parccelli-da-Costa.pdf>
Acesso em: 02/12/21.

COSTA, L. P. S. **Teatro de operações militares conjunto: definição de espaço geográfico**. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, v. 8, n. 33, p. 195-203, 16 jan. 2015. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/305>
Acesso em: 02/01/22.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação de Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. pp. 193-274.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política**. In: Serv. Soc., São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago. 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Q8RDj8sWYg5RSZCBBPLdwTr/?lang=pt>
 Acesso em: 15/11/21

FIRMINO, Gustavo Cassanta. **Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes**. Revista de Ciências Sociais, nº 47, Junho/Dezembro de 2017, pp. 209-227

FRATESCHI, Yara. **Antibolivarismo à brasileira**. In.: Conservadorismos, fascismos e Fundamentalismos. Orgs.: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Tirol. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. pp.143 – 161.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Projeto: Manifestações março – comparativo 13 e 18 e 2015 /2016**. 2016. 61p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>. Acesso em: 20/11/21

GAJANIGO, Paulo Rodrigues e SOUZA, Rogério Ferreira de. **Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma culturas contra – hegemônica**. Vol.27, pp.577-592. Cad. CRH. 2014 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/h6BfQXfBGVmGr83Jw6RkVdt/abstract/?lang=pt>.
 Acesso em: 15/05/21.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2002. pp. 193-212.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. 3ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 444p.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
 Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acesso em: 01/07/2020.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo, RJ: Cortez Editora, 2017.

GUEDES, Simoni Lahud e Da SILVA, Edilson Márcio Almeida. **O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais**. Cuadernos de Aletheia. 2019, nro. 3, p. 73-89. Disponível em:
https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf

Acesso em 14/11/21.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 530p.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. In: Revista Franco-Brasileira de Geografia nº5 pp. 19-51. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724#tocto1n14>. Acesso em: 05/01/2022.

JASPER, James M. **Protestos** – Uma introdução aos movimentos sociais. 1a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 244p.

KORYBRO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 173p. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/guerras-hibridas-livro-digital/> Acesso em 03/01/22.

LEINER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e políticas em uma perspectiva etnográfica**. 1a ed. São Paulo: Alameda, 2020, pp. 17-55. Disponível em: <https://www.alamedaeditorial.com.br/antropologia/o-brasil-no-espectro-de-uma-guerra-hibrida-de-piero-c-leirner>. Acesso em 02/01/22.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 350p.

LOVEMAN, Mara. **A política de um cenário de dados transformado: estatísticas etnorraciais no Brasil em uma perspectiva comparativa regional**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n.56, jan-abr 2021, pp. 110 – 153.

MACHADO e MISKOLCI. **Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira**. Sociol. antropol. | Rio de Janeiro, v.09.03: 945 – 970, set. – dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/q8zsjyJYW3Jf3DBFSzZJPBg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 15/11/21.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barroa e UGINO, Camila Kimie. **Governos lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior**. Revista de Economia Política, vol. 38, no 3 (152), pp 526-547, julho-setembro/2018.

MENDONÇA, Daniel. **Antagonismo como identificação política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228.

MIGUEL, Luis Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In.: O Ódio Como Política. Org. Esther Solano Gallego. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. pp.17 – 26.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista**. 2019. 21p. Disponível em:
https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA
 Acesso em: 12/12/21.

NUNES, Denilson Ribeiro de Sena. **Assimetria da informação entre eleitores e candidatos na era da internet: um olhar regulatório**. Vol.8. FGV. pp. 146 -175. 2017. Disponível em:
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/19380/1/PR_Assimetria%20da%20informação%20entre%20eleitores_215097_P_BD.pdf
 Acesso em 08/08/21.

ORTELLADO, Pablo e SOLANO, Ester Gallego. **Novas direitas nas ruas?** No 11, Ano 7, 2016. Disponível em: <https://cdc.fflch.usp.br/sites/cdc>. Acesso em: 20/08/21.

PEREIRA FILHO, Antônio José. **Notas sobre a crítica de Ernesto Laclau a Antonio Negri e a psicologia das multidões de Gustave Le Bon**. 2018. Pp. 33 – 52. Disponível em:
https://www.google.com.br/search?q=Pereira+filho+carater+%E2%80%9Ccar%C3%A1ter+abstrato%2C+po%C3%A9tico+ou+mistificador+de+sua+no%C3%A7%C3%A3o+de+multid%C3%A3o+&sxsrf=AOaemvIZ6NX9my5C0rLymepFXy31b23y0w%3A1642612711262&ei=50foYYO2D8Wq5OUP4qWokA0&ved=0ahUKEwjDxaGZqb71AhVFFbkGHeKSA9IQ4dUDCA0&uact=5&oq=Pereira+filho+carater+%E2%80%9Ccar%C3%A1ter+abstrato%2C+po%C3%A9tico+ou+mistificador+de+sua+no%C3%A7%C3%A3o+de+multid%C3%A3o+&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EANKBAhBGAFKBAhGGABQ_xhYqjZgqk1oAXAAeACAAX-IAfgBkgEDMC4ymAEAoAECOAEBwAEB&sclient=gws-wiz

Acesso em: 08/09/21

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, 100, 2017. pp. 119 -153.

RANCIERE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014

REZENDE, Rafael. **Entre o povo e multidão: uma análise das lutas contemporâneas**. 2015. 17p. Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2015/07/Artigo-GT3-REZENDE-Rafael.pdf>
 Acesso em 10/10/21.

ROCHA, Camila. **O Boom das Novas Direitas Brasileiras: Financiamento ou Militância?** In.: O Ódio Como Política. Org. Esther Solano Gallego. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 47 - 52.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Guerras híbridas na América do Sul: uma definição das ações políticas veladas**. 2020. pp. 139-168. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/31949>
Acesso em 05/01/22.

ROLNIK, Rachel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. pp. 7-12

SAFATLE, Wladimir. **O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify. 1a ed., 2015. 512p.

SANTANA, Júlia Lima. **Ressignificação política pós junho de 2013**. Novos atores e mudança na gramática política – O caso do MBL. 2018. 90f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Cândido Mendes. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. Hucitec, 1999.

SECCO, Lincoln. **As jornadas de junho**. In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. pp. 71 – 78.

Silva, Selmo. N. da. **O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista**. Revista Espaço Acadêmico, 18(210), 89-101. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/45360>
Acesso em: 08/11/21.

SILVA, Rodrigo Oliveira. **Um mapa da <<direita>> no YouTube do Brasil através dos métodos digitais**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Nova de Lisboa. 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwiAtvK46rv1AhWkqJUCHT53AXYQFnoECBAQAQ&url=https%3A%2F%2Frun.unl.pt%2Fbitstream%2F10362%2F79654%2F1%2FDISSERTA%25C3%2587%25C3%2583O-RODRIGO-SILVA-FINAL.pdf&usg=AOvVaw1iG6SbZYxqZkzLj8XyPzOC>
Acesso em: 07/09/21.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias**. In: BONILLA, MHS. and PRETTO, NDL., Orgs. *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. pp. 49 – 59. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063-04.pdf>
Acesso em: 07/09/21.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da e CASSINO, João Francisco. **Comunicação militarizada: a internet e os novos formatos da guerra**. In: Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Unisinos. Vol. 22 nº 1-Janeiro/abril. 2020.

SINGER, André. **Esquerda ou direita?** 2013. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/esquerda-ou-direita/>. Acesso em 05/01/22.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos 97. 2013. 23-40pp. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>
Acesso em: 08/10/21/

SINGER, André. **Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo**. Vol. 26 – nº 1 – pp 7-14. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/99fcNBh3WHTd8kpxSDhFjSP/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 15/11/21.

SOLANO, Esther. **O medo é uma antiga ferramenta de manipulação**. 2020. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/m/kul/fok/ags/21754686.html>
Acesso em: 20/12/21.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 199p.

TATAGIBA, Luciana. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff**. Lusotopie 17, pp. 112-135. 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c_/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20institui%20es_%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf. Acesso em 01/11/21.

TATAGIBA, Luciana. **Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011 – 2016)**. In.: Conservadorismos, fascismos e Fundamentalismos. Orgs.: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Tirol. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. pp. 89 – 116.

TELES, Edson. **A Produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção**. In.: O Ódio Como Política. Org. Esther Solano Gallego. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. pp.65 – 72.

ZYLBERGLEJD, Raissa. **A influência das cores nas decisões dos consumidores**. – Rio de Janeiro: UFRJ/Escola Politécnica, 2017. Disponível em: <http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10023496.pdf>. Acesso em 06/12/21.